AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
INSTITUTO BRASILEI
22 ❑ Nº 03 ❑ MARÇO DE 2002 ❑ R$ 6,00

IMPOSTOS DEMAIS

A política tributária dificulta a expansão da cadeia da carne bovina brasileira

Ênio Marques:
A pecuária brasileira trabalha para ampliar espaços conquistados no exterior

Alberto Portugal:
A pesquisa agropecuária tem que atender às demandas da agricultura familiar

Nivaldo Manzano:
Para saber o que as coisas significam é preciso saber antes "que pau é esse?"

Marcos Jank:
Falta ao Brasil construir coalizões comerciais além do Mercosul

ISSN 0100-4298
00003 >
9 770100 429025

FGV
IBRE

Um lançamento FGV/ABAG

AGENDA PARA A

Competitividade

DO AGRIBUSINESS BRASILEIRO



UM BANCO DE DADOS EM FORMA DE LIVRO



288 páginas ricamente ilustradas, com informações sobre as principais cadeias do agronegócio, preparadas pelo corpo técnico de Agroanalysis. Um trabalho com a qualidade editorial e a credibilidade da FGV e ABAG.

Para mais informações, reservas e consultas:

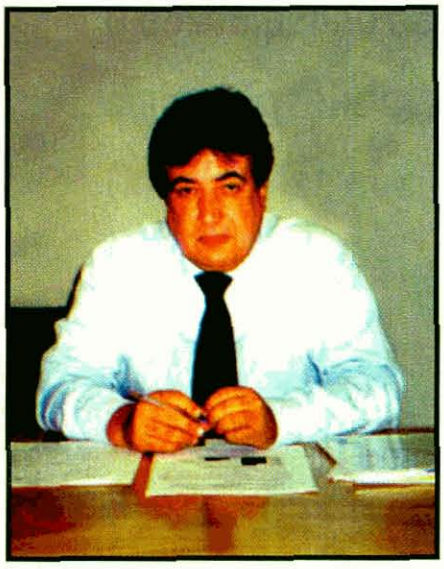
FORMULA PROMOÇÕES E EVENTOS
Rua Fulvio Morganti, 64 – Mandaqui – São Paulo – Capital – Cep: 02417-170
Tel./Fax: (11) 6232-2114 E-mail: formula@netpoint.com.br A/c: Rosa Broglieto

ÊNIO MARQUES

POR NIVALDO T. MANZANO

Boas notícias

Um conjunto de condições favoráveis no Brasil reserva ao país nos próximos 10 anos uma posição de destaque no comércio mundial de carnes



A boa notícia para o setor de carne bovina não é apenas a de que as exportações previstas para este ano deverão manter-se pelo menos no mesmo patamar do ano passado – cerca de 750 mil toneladas. Isso ocorre ao tempo em que, por menor que seja o sucesso nas negociações multilaterais em curso para a remoção das barreiras protecionistas, o setor espera conquistar nos próximos anos mais espaço num mercado que cresce muito lentamente, com taxas abaixo do crescimento populacional. Um conjunto de condições favoráveis no Brasil reserva ao país nos próximos 10 anos uma posição de destaque no comércio mundial de carnes. É nesses termos que Ênio Marques, diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, analisa a conjuntura, nesta entrevista a AGROANALYSIS. Ênio, médico veterinário, é funcionário licenciado do Ministério da Agricultura, onde esteve à frente de algumas de suas principais secretarias, em longos anos de carreira.

Como explicar a presença fulgurante do Brasil no mercado mundial de carne bovina?

— O cenário presente é o resultado de um conjunto de decisões tomadas no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e hoje. Ao término da guerra, surgiram organismos internacionais com o objetivo de neutralizar os conflitos e estimular condições que permitissem a reconstrução, em especial na Europa e no Japão. No caso da Europa, uma das ferramentas mais importantes utilizadas foi a Política Agrícola Comum (PAC). A PAC tem os mesmos fundamentos da política utilizada por países em desenvolvimento, de substituição de importações. Na situação dos europeus, a carne foi considerada um produto estratégico, dada a sua grande dependência, então, de países fornecedores. A Europa importava cerca de 25% de suas necessidades. Essa política sustentou-se sobre a disposição do consumidor de pagar um alto custo de produção. Esse foi o

preço da proteção, que se expressava do outro lado como imposição de tarifas e controles quantitativos aos produtos importados. Hoje estamos vivendo uma situação muito interessante, de desmontagem dessas políticas protecionistas. A referência da desmontagem são os compromissos firmados na Rodada Uruguai do Gatt. A partir de 1995, com a criação da Organização Mundial do Comércio, descortina-se um novo cenário: países mais competitivos em determinados segmentos sentem-se estimulados a dar uma contribuição maior ao sistema de produção mundial.

Até onde se podem alimentar expectativas otimistas?

— No caso da carne bovina, a situação da produção mundial é a seguinte: o crescimento é pequeno; permaneceu estagnado nos últimos 15 anos e nos últimos três anos cresceu muito pouco. Comparado esse crescimento em volume com o crescimento demográfico, tem-se que a produção *per capita* caiu nos últimos 20 anos, ao contrário das demais carnes, como suínos e aves. A carne bovina tem perdido espaço, em parte em razão de uma questão de estilo de vida das pessoas. A carne bovina é um produto que não se atualizou, dando novas respostas à nova maneira como as pessoas vivem: ela é maciçamente comercializada de uma maneira que obriga o usuário a ter um mínimo de conhecimento culinário, enquanto os outros produtos são colocados no mercado prontos para consumir ou sem transferir para o consumidor a preocupação com desperdício e sobra. Além disso, a carne bovina enfrenta dificuldades específicas na desmontagem da política protecionista. Como a barreira protecionista para a carne foi a mais difícil de ser construída – pense-se no ciclo longo de sua produção –, ela é também a mais difícil de ser desmontada. Produtos novos não têm vínculos tão arraigados no aparato produtivo que se comparem com os da carne bovina. O que está ajudando a desmontar essa política – e isso é uma contradição – é a crise sanitária da vaca louca, que lançou no descrédito a confiança do consumidor na eficácia das políticas públicas. A prática estava muito distante do que preconizavam as regras.

Quais são os grandes jogadores nesse jogo?

— Vejamos o conjunto. Segundo a FAO, a produção mundial é de cerca de 60 milhões de toneladas/ano. As exportações no ano de 2000 foram de cerca de 5,5 milhões de toneladas. Um grupo de países domina praticamente as exportações mundiais: Austrália e Nova Zelândia, com 1,6 milhão de toneladas/ano; Canadá e EUA, com 1,6 milhão de toneladas. Antigamente, o bloco da atual União Européia exportava cerca de 750 mil toneladas/ano. O bloco da América Latina exportava cerca de 1 milhão de toneladas. Com o problema sanitário da União Européia, parte de seus antigos clientes passou a ser atendida pelos outros países. A disponibilidade maior estava nos países da América Latina. Do lado do consumo mundial, os grandes importadores são os EUA, país que é também um grande exportador; o Japão, com 1 milhão de toneladas; a Rússia, com 600 mil; União Européia, com 370 mil. Os EUA são abastecidos principalmente por Austrália, Nova Zelândia e Canadá. O Japão é abastecido metade pela Oceania e metade pelos EUA e Canadá. A Rússia, anteriormente abastecida com sobras dos estoques europeus, está aberta ao mercado, quando não tem vinculadas suas importações a empréstimos financeiros tomados a países que são grandes produtores. A União Européia sempre importou um máximo de 5% de sua produção e exportou um mínimo de 10%. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, tradicionalmente com exportações conjuntas de cerca de 1 milhão de toneladas, com a crise sanitária européia conseguiram elevar esse volume para 1,4 milhão de toneladas (700 mil toneladas por parte do Brasil). Estamos, assim, próximos de 1,6 milhão, que é o volume exportado pelos maiores. Tradicionalmente, a Argentina liderava. Acredita-se agora que o Brasil, que participava esporadicamente do mercado internacional, tenha conseguido sua cadeira cativa como país exportador, assumindo provavelmente a liderança no Mercosul.

A Europa importava *cerca de 25% de suas necessidades. Essa política sustentou-se sobre a disposição do consumidor de pagar um alto custo de produção. Do outro lado, a proteção se expressava em tarifas e controles quantitativos aos importados. Hoje vivemos a desmontagem dessas políticas protecionistas.*

Como explicar que o atraso no sistema de criação a pasto se tenha convertido de repente em trunfo estratégico?

— A característica da matéria-prima do hemisfério Norte é diferente da nossa. Lá o animal, de origem européia, é engordado em *feedlots* (confinamento), em contraste com o que ocorre no Brasil, país onde se cria e engorda gado, de predominância zebuína, a pasto. Antes da crise da vaca louca, a tendência no Brasil era também de confinar, seguindo o caminho da Austrália e da Argentina. Com a crise sanitária, questões do tipo "bem-estar dos animais", "criação a pasto" passa-

ram a ter um valor estratégico maior do que o da criação intensiva. Isso fez com que ocorresse no mercado um diferencial de valor e preço favorável à criação extensiva. Com a crise, a Europa deixou de atender a seus clientes tradicionais (Leste europeu e Oriente), e foi aí que o Brasil conseguiu dar sua contribuição, bastante razoável no ano passado, alçando-se à posição de terceiro exportador. Como o Brasil tem grandes volumes e tem sido agressivo no acesso a mercados, sem ter uma cultura exportadora e de proteção de preços nas negociações; e como mais da metade do que exporta vai para a União Européia – engessada com tarifas altas e licenças de importação nas mãos de poucos –, ao entrar em algum mercado acaba provocando uma baixa de preços. Assim, triplicamos o volume de exportação nos últimos quatro anos; em contrapartida, os preços caíram além do que deveriam.

Quais os cenários futuros?

— Trabalhamos com duas hipóteses: a otimista, com recuperação econômica; a pessimista, com crises esporádicas e persistência dos problemas da última década, com dificuldades de refinanciamento das dívidas externas. Ambos os cenários serão fruto do sucesso ou não da nova rodada da OMC. No caso do Brasil, podemos criar um seguro de proteção aos avanços conquistados, se formos pragmáticos nas relações com o Mercosul, que precisa ser fortalecido; nas relações Mercosul/União Européia, com negociações a serem concluídas até 2005; e nas relações com a Alca, também com agenda a ser concluída em 2005. Se pudéssemos ter com a Alca uma relação de zero para zero de proteção, isso seria muito benéfico para nossa agropecuária. Acredita-se que a aceleração do cumprimento e o aprofundamento do acordo de 1994 e o menor sucesso que se possa vir a ter na rodada da agricultura permitam uma redução significativa nos subsídios às exportações por parte dos países ricos. Ou seja, por menor que seja o sucesso, o Brasil sairá ganhando na nova rodada.

Como o Brasil se prepara para esse momento?

— O Brasil tem muito a fazer no plano interno. Nos últimos anos, ocorreram coisas interessantes, como o Programa Especial de Exportação (PEE). Nós montamos nosso PEE com três vertentes: uma macroeconômica, uma microeconômica e uma de inserção internacional. Nesta última, o objetivo é mostrar que a carne é um produto que pode dar uma contribuição econômica e social maior se a reorganização do mercado interno seguir a receita internacional. É dizer: ter regras que valham tanto para o mercado interno quanto para o externo. Como a gerência do PEE está com o setor privado, em associação com instituições públicas, acreditamos que algumas regras internas poderão ser melhoradas. Refiro-me, em especial, à criação de um ambiente competitivo saudável, sem abates clandestinos, melhor qualidade, padrões nas relações entre indústria e produtor, entre indústria e comércio e entre comércio e consumidor. A carne é um dos produtos em cuja compra o consumidor é mais maltratado. Não existem indicadores que assegurem que tal produto é tal produto, de comportamento assegurado. A gestão da qualidade precisa alcançar o setor produtivo. O fazendeiro está sendo estimulado a deixar de produzir por tentativa e erro e passar a contratar a tecnologia que lhe seja mais adequada, acompanhada de suas garantias; criar os animais em condições ambientalmente saudáveis; manter relações de trabalho adequadas; cuidar da sanidade. Na fase do abate, a questão se coloca em termos de instalações que respeitem os aspectos sanitários, a identidade do produto, a sua rastreabilidade. Essas reformas respondem aos compromissos assumidos em 1994.

Montamos nosso *Programa Especial de Exportação com três vertentes: uma macroeconômica, uma microeconômica e uma de inserção internacional. Nesta, o objetivo é mostrar que a carne pode dar uma contribuição econômica e social se o mercado interno seguir a receita internacional.*

Em que pé andam as reformas no Brasil?

— Em relação a elas, o Brasil está em alguns aspectos mais adiantado, e em outros, mais atrasado. Mas o fato importante é que já existe uma consciência do que deve ser feito. Dez anos atrás, nem havia audiência disposta a ouvir. Outra questão relevante associada a essas reformas é que os ativos no Brasil – o valor da fazenda, do frigorífico, comércio, emprego, dos equipamentos – é muito baixo em relação aos países que têm a economia mais protegida. Isso quer dizer que, com a abertura desses mercados, poderá haver um fluxo intenso de investimentos no Brasil. Para que nossos bens tenham um bom valor, é importante que se removam tanto quanto possível as incertezas que envolvem as regras de relacionamento. Uma terceira questão relevante é a da aliança que existe no segmento exportador das carnes. Assumimos um compromisso, com o propósito de criar uma agenda comum nas questões de imagem do país, das negociações bilaterais e de bloco. Isso já é uma realidade,

o que significa capacidade de imprimir velocidade e foco ao processo. Temos também uma aliança com os produtores rurais, através da Confederação Nacional da Agricultura e o Programa de Promoção da Carne Brasileira no Exterior, coordenado pelo ministro Pratini de Morais, com o apoio financeiro da Apex, participação da Abiec e do Fórum Permanente da Pecuária de Corte. Além de cuidar da promoção, essa aliança está criando a base de entendimento necessária para que se possa instituir pagamento por qualidade, tipificação de carcaça, de corte.

Como vão comportar-se as exportações neste ano?

— A previsão para a produção e para o consumo mundial é crescimento de 1%. Estamos trabalhando para manter as exportações no patamar já atingido de 750 mil toneladas. Sabemos que vai ser difícil manter os mesmos volumes para clientes anteriormente atendidos pela União Européia. Por isso estamos trabalhando com outras opções, entre elas a Rússia, um mercado muito grande, que poderá gerar para o Brasil cerca de US$50 milhões neste ano. Outra opção é a China, mercado que vai compensar em termos de valor e não em volume e tipo de produto. A China consome subprodutos não comestíveis no Brasil, tais como beiço, olho, intestino. Isso pode representar importações de US$15/20 milhões por mês.

Como se desenha o futuro para o Brasil exportador de carnes?

— Analistas internacionais indicam que o Brasil deve assumir a liderança no mercado internacional de carnes no período de 10 anos. Alguns *donos* dos mercados protegidos farão certamente parcerias com empreendedores nacionais – alavancando a ampliação da participação brasileira nesses mercados. Isso é dizer: elevar a participação brasileira no mercado mundial da carne bovina dos atuais 14% para 25%. Um quarto da carne importada no mundo seria brasileiro.

Qual é o impacto esperado desse crescimento sobre a estrutura da produção brasileira?

— A pecuária pode crescer muito, mas será provavelmente um crescimento seletivo. Os novos arranjos pressupõem um planejamento sustentado. Atualmente, o número de estabelecimentos rurais com bovinocultura é de mais de 2,5 milhões. Houve nos últimos anos um avanço enorme na adoção de tecnologias por parte de pecuaristas. Como a velocidade dessa incorporação tem sido desigual, é previsível que o número de estabelecimentos se reduzirá, caindo, segundo algumas previsões, para 1 ou 1,5 milhão. A tendência é de aumento da área e do número de animais, neste último caso também como resultado do aumento da produtividade. Pecuaristas com dificuldade de se atualizar na gestão do negócio poderão ficar fora da corrente dinâmica do mercado, tanto mais que as relações com os frigoríficos passam a ser de maior responsabilidade mútua. Espacialmente, a tendência é de interiorização da atividade, especialmente em direção ao Centro-Oeste, cuja infra-estrutura melhorou muito nos últimos 10 anos. Prevêem-se mais investimentos em logística para superar o problema de baixa produtividade na movimentação de bens (insumos e produtos); no aumento do valor agregado, com a desossa e melhor aproveitamento dos subprodutos. Quanto à exportação, precisamos sair da situação de produto FOB para a de CIF, o que representaria uma receita para melhor, com a incorporação de frete e seguro, de cerca de 10 a 30%.

Já atendemos *à rastreabilidade segundo as exigências européias para carne importada. Na aliança com os produtores, defendemos que as fazendas tenham um bom controle de entrada e saída de animais, um registro de eventos, uma boa identificação da disponibilidade de água e pastagens e um bom controle sobre insumos.*

Como anda a adoção da rastreabilidade?

— O desafio coloca-se para nós de modo diferente de como ocorre na Europa. Lá o animal tem RG. Com a crise sanitária, adotou-se um sistema complementar, pelo qual se coloca no rótulo o código da propriedade onde o animal nasceu, onde engordou e onde foi abatido. Bancos de dados foram centralizados, permitindo a rastreabilidade. Nós já atendemos à rastreabilidade segundo as exigências européias para carne importada. No Brasil, estamos à espera de que o Ministério da Agricultura baixe as regras de certificação. Na aliança com os produtores, defendemos que as fazendas tenham um bom controle de entrada e saída de animais, um registro de eventos, uma boa identificação da disponibilidade de água e pastagens e um bom controle sobre insumos. Mas não enxergamos como necessária a identidade individual. Em nosso caso, a identidade seria a marca dos animais, deixando-se a critério do pecuarista o acompanhamento individual dos animais. O RG iria onerar desnecessariamente o país. A garantia da questão sanitária é a marca do animal, com certificação complementar realizada por uma terceira parte, uma instituição certificadora.



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

GESTÃO ESTRATÉGICA EM AGRIBUSINESS

Fundamentos e oportunidades

Público alvo

Profissionais em cargos de gerência em empresas do agribusiness, nos segmentos da indústria de insumos; empresas e cooperativas agropecuárias; indústria de processamento (alimentos, bebidas, fumo, fibras e energia renovável); distribuição (atacado e varejo) e prestadores de serviços (tradings e instituições financeiras). Profissionais que desejam ingressar na moderna era do conhecimento estratégico na carreira administrativa e no ramo do agronegócio.

Objetivo

Dar aos participantes uma visão integrada do agribusiness e de gestão empresarial. Capacitar os seus participantes com ferramentas empresariais modernas de planejamento, organização, direção e avaliação aplicados ao agribusiness. Desenvolver habilidades de análise de empresas e mercados e elaboração de planos de negócios.

Metodologia

O programa consiste em três módulos, que poderão ser realizados independentemente. O participante que completar os três módulos, totalizando uma carga horária de 370 horas-aula, poderá obter um certificado de Especialização Lato sensu em "Gestão Estratégica em Agribusiness", desde que cumpra os requisitos de freqüência, notas de avaliações e apresentação do trabalho de conclusão do curso. O curso baseia-se na exposição dialogada, que dará suporte aos debates, vivências, discussão de textos, exercícios de situações práticas e atuais, jogos, além do uso de dinâmica de grupo e de estudos de casos.

Realização do Módulo I

Número de aulas: 120
Dia da semana: Sábado
Horário: das 8h30 às 18h
Início: 23-3-2001
Término: 22-6-2001
Preço: R$4.560,00 à vista ou 1+3 *parcelas de* R$1.175,30

Módulo I - Fundamentos e oportunidades no agribusiness (120 aulas)

- Política Agroindustrial e Cadeias Produtivas
- Fundamentos de Economia Brasileira e Internacional
- Análise de Preços Agrícolas
- Fundamentos de Matemática Financeira
- Mercados Futuros e Bolsas
- Novos Instrumentos de Financiamento da Agricultura

Módulo II - Liderança e organização no agribusiness (120 aulas) (programado para o 2º semestre de 2002)

- Comunicação e Técnicas de Apresentação
- Liderança, Motivação e Formação de Equipes
- Gestão de Pessoas no Agribusiness
- Gestão de Processos e Qualidade
- Logística Empresarial para o Agribusiness
- Sistema de Informações para o Agribusiness
- Comercialização e Vendas

Módulo III - Gestão e planejamento no agribusiness (130 aulas) (programado para o 1° semestre de 2003)

- Fundamentos de Gestão Estratégica
- Metodologia de Elaboração de Plano de Negócios**
- Contabilidade e Análise do Desempenho das Empresas do Agribusiness
- Análise de Projetos
- Marketing Aplicado à Empresa do Agribusiness
- Direito Tributário, Ambiental e Trabalhista
- Estratégias Empresariais para o Agribusiness

Local de realização

A FGV-EAESP dispõe de 2 endereços para realização dos cursos do GVpec:
Prédio 1 - Av. 9 de julho, 2029
Prédio 2 - Rua Bela Cintra
Os participantes serão comunicados previamente em qual dos endereços acima foi alocado o curso de sua escolha. O GVpec se reserva o direito de cancelar o curso que não atingir um número mínimo de inscrições.
As datas de término apresentadas são as previstas, podendo sofrer alterações.

Outras informações

GVpec - Programa de Educação Continuada
Av. 9 de Julho, 2029 - 8º andar - CEP 01313-902 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3281.7777 - Fax (11) 288.2295 / 288.7480
gvpec@fgvsp.br
Horário de atendimento: das 9h às 21h

TODOS OS INSCRITOS RECEBERÃO UMA ASSINATURA DE AGROANALYSIS A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Coordenadores:
Prof. Antonio Carlos K. Aidar
Prof. Ivan Wedekin

** Os alunos que desejarem um certificado de pós-graduação lato sensu "Especialização em Gestão Estratégica em Agribusiness" deverão ter completado os três módulos cumprindo a exigência de notas e freqüência, e ao fim deste terceiro módulo deverão apresentar um plano de negócios.

Divulgação



O 4100.4 da Agrale é o modelo 4x4 mais compacto do mercado

Agrale cresce 10% no segmento de tratores

A Agrale registrou aumento de 10% na produção de tratores e manteve a liderança nacional no segmento até 49cv de potência, com 64% de participação de mercado. Um dos destaques de vendas da empresa em 2001 foi o Agrale 4100.4, o trator 4x4 mais compacto do mercado. Lançado em setembro do ano passado, o veículo conquistou, em três meses de comercialização, cerca de 20% de participação entre os tratores 4x4 com até 14cv de potência.

O trator Agrale 4100.4 é indicado para o uso em pequenas propriedades, já que tem baixo custo operacional e consumo médio de um litro de óleo diesel por hora de trabalho. O veículo foi desenvolvido para atender às necessidades dos horticultores, fruticultores, pecuaristas, avicultores e suinocultores que buscavam um modelo de pequeno porte com tração nas quatro rodas.

Equipado com motor monocilíndrico diesel, com potência de 14,7cv, o modelo, graças à tração auxiliar, permite o aproveitamento de 25% a mais de potência, comparado com os demais comercializados em sua faixa de potência. O novo modelo utiliza ainda direção hidrostática, que torna sua condução mais leve, exigindo menor esforço do operador.

A perspectiva da Agrale para 2002 é manter o ritmo de crescimento. Em janeiro, a participação da empresa na venda total de tratores cresceu para 4,1%, contra 2,8% registrados em 2001. Esse resultado confirma o desempenho obtido em novembro e dezembro do ano passado, sobretudo na comercialização de tratores de pequeno porte.

Além da linha 4000, a Agrale também atua com mais duas linhas de produtos, a 5000, que são tratores médios com potência de 60 a 80cv, e a 6000, com tratores de 135cv de potência.

Massey lança novo trator para viticultura

A Massey Ferguson está lançando na Festa da Uva 2002 um trator desenvolvido para o trabalho nos parreirais. O MF 250 X Viti surgiu a partir da necessidade dos produtores da serra gaúcha, detectada pelo concessionário Sotrima Agrícola Ltda., de Caxias do Sul. Grupos de trabalho formados por agricultores da região e engenheiros da Massey Ferguson delimitaram as características do novo trator: ser compacto para trabalhar com desenvoltura embaixo das parreiras, conforto para o operador, agilidade e estabilidade mesmo em terrenos escorregadios e dobrados, acesso fácil a pontos de manutenção de rotina e abastecimento, painel de instrumentos claro e limpo e pára-lamas funcionais e estéticos.

O equipamento que deu origem ao Viti, o MF 250 X, é um trator compacto com potência de 51cv e motor Perkins de três cilindros. Os engenheiros rebaixaram o assento, os pedais e as soleiras buscando uma posição ergonômica para o operador, de maneira que ele possa entrar embaixo da parreira de uva.

A máquina vem com duas versões de pneus traseiros, um com menor diâmetro e o outro mais largo, melhorando a tração. Além disso, ele tem o eixo dianteiro com tração lateral para melhorar a performance em terrenos úmidos, com pedras e com topografia irregular.

Para José Leonardo Bassanesi, de 36 anos, produtor de uva em Caxias do Sul, o novo MF 250 X Viti tem futuro nos parreirais. "Os semelhantes são muito pequenos. O da Massey Ferguson tem um bom porte e um motor forte", explica.

Divulgação



O Viti surgiu a partir das necessidades dos produtores gaúchos

Divulgação



Exitus, o polivalente da New Holland estará na Expodireto

New Holland tem maior crescimento no Sul

A New Holland apresenta aos visitantes da Expodireto o seu último lançamento, a versão 4x4 do trator multiuso Exitus (veja reportagem no Agrodrops de janeiro último). A feira acontece de 19 a 22 deste mês, em Não-Me-Toque, RS.

Só no primeiro mês de 2002, foram comercializadas no Rio Grande do Sul 297 máquinas agrícolas, 140% a mais que no mesmo período do ano anterior. A New Holland foi a fabricante que mais cresceu no estado no último ano. Em 2001, o destaque foi o salto na venda de tratores, com números 121% superiores aos registrados em 2000. Já em janeiro de 2002 foi a vez do número de colheitadeiras vendidas: 59, quatro vezes mais que em janeiro do ano passado, garantindo à marca 53% de participação no mercado gaúcho.

Resultado do otimismo que toma conta do segmento, a CNH – holding do grupo Fiat que envolve as marcas Case IH e New Holland – anunciou o investimento de US$120 milhões no Brasil até 2003. Desse montante, US$60 milhões serão destinados à fábrica em Curitiba, PR, para o desenvolvimento de novas máquinas agrícolas para toda a América Latina. Além do aumento de produtividade das terras brasileiras, a holding continua apostando na renovação da frota agrícola: "Estima-se que cerca de 10% de toda a produção de grãos do Brasil são perdidos no próprio campo, resultado de máquinas antigas e desgastadas", afirma Francesco Pallaro, diretor comercial da New Holland, justificando a necessidade do produtor nacional de investir em novas máquinas e tecnologias.

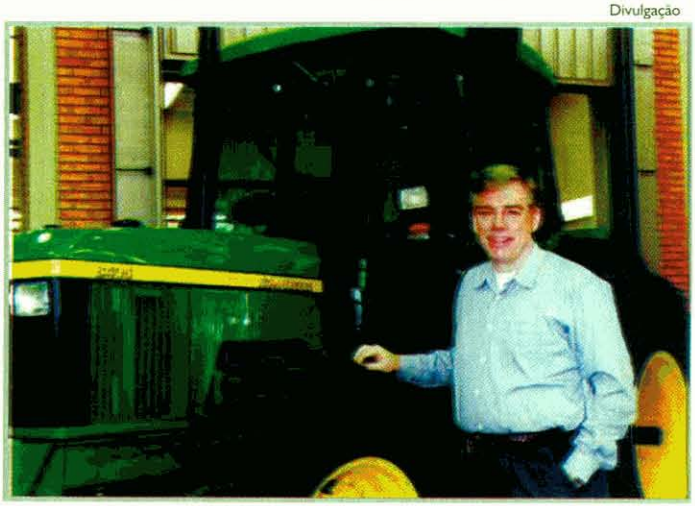
O novo modelo será apresentado ao produtor gaúcho na esteira do sucesso de vendas do trator multiuso criado para pequenos e médios produtores, lançado em junho do ano passado. Com tração nas quatro rodas, garante ainda mais versatilidade e força para os agricultores que estão modernizando seus processos produtivos e precisam de uma máquina polivalente.

A versão 4x4 mantém as características do projeto anterior, entre elas, a tomada de força mecânica, com duas velocidades (540rpm e sincronizada com a roda), e a transmissão Synchro Command 12x4, que permite uma combinação perfeita entre velocidade, torque e potência em qualquer atividade agrícola. Além disso, o trator tem sistema hidráulico de alta precisão e confiabilidade, com uma bomba exclusiva para o sistema de direção e outra para o sistema hidráulico.

John Deere lança nova série de tratores

O presidente da Divisão Agrícola da John Deere para a América do Sul, Europa, Oriente Médio e África David Everitt visitou a unidade fabril de Horizontina, RS, para acompanhar o lançamento da nova série 05 de tratores da companhia. A série é composta por três modelos: 6.405 (106cv), 6.605 (121cv) e 7.505 (140cv). As máquinas são equipadas com motores da série 350. O modelo 6.405 é talhado para aplicações multiuso. Tem desempenho superior aos seus competidores por ser o único modelo do seu segmento de potência com 33% de reserva de torque e faixa de potência constante entre 1.800 e 2.200rpm. Os outros dois modelos, 6.605 e 7.505, são a nova geração tecnológica dos modelos 6.600 e 7.500. A nova série 05 é resultado do programa de investimentos da John Deere, com aportes anuais de US$20 milhões até 2005.

Divulgação



David Everitt acompanhou o lançamento da nova série de tratores

Divulgação



O sistema de debulha da Axial-Flow dispensa o uso do saca-palhas

Colheitadeira da Case estará na Expodireto

A Case IH comparece pela segunda vez à Expodireto em Não-me-Toque, RS. Essa será a primeira oportunidade que os produtores do estado terão para conhecer de perto a Axial-Flow 2388, a recém-nacionalizada colheitadeira de grãos da marca. Além dela, estarão expostos a plantadeira ASM 1213, o pulverizador SPX 3185 e o trator Maxxum MX 135.

A Axial-Flow brasileira tem um sistema de debulha e trilha conhecido como fluxo axial. Esse sistema dispensa a presença do saca-palhas, um dos grandes responsáveis pelas perdas geradas no interior das colheitadeiras convencionais, principalmente em lavouras de alta produtividade ou quando se precisa aumentar a velocidade de deslocamento para finalizar a colheita em menor tempo. Com esse sistema, o índice de quebra e perdas de grãos é inferior a 1%, o menor da América do Sul.

O pulverizador autopropelido SPX 3185 da Case tem controle de pulverização eletrônico e transmissão hidrostática que permite a pulverização sem desperdício de produto. A velocidade muda gradualmente, sem dar trancos na máquina, evitando concentração de defensivos ou fertilizantes em áreas indesejadas.

As plantadeiras ASM foram projetadas para semear e aplicar fertilizantes sólidos respeitando as condições de solo e as características das principais culturas como soja, algodão, milho, girassol e sorgo.

Os tratores Maxxum têm acionamento controlado por computador, o que possibilita o aumento progressivo da velocidade, evitando trancos tanto no arranque quanto na parada do trator, prevenindo assim a quebra do braço hidráulico. A capacidade de levante do hidráulico é de 4.870kg a 610mm do olhal.

DuPont lança pasta para colheita da cana

A partir deste mês, a DuPont Brasil passa a comercializar o gerenciador de colheita Curavial, item de sua linha para a cultura da cana-de-açúcar, na formulação *extruded paste* (pasta extrusada), uma evolução tecnológica que confere alto índice de solubilidade ao produto. A mudança, de acordo com a empresa, em nada altera a fórmula da marca que pertence à categoria dos maturadores, atua como regulador vegetal e permite antecipar o período de colheita da cana-de-açúcar.

Segundo o engenheiro agrônomo José Eduardo Ferreira Silva, gerente de marketing da DuPont para a cultura de cana-de-açúcar, a nova formulação acrescenta novos benefícios à produção de cana-de-açúcar, entre os quais melhor cobertura e aproveitamento do produto na aplicação, graças à alta solubilidade. "Trata-se de uma formulação avançada, apresentada em sacos hidrossolúveis, que evita perdas e facilita a limpeza de tanques", salienta o executivo. José Eduardo enfatiza que, ao acelerar o período de maturação da cultura, o Curavial também resulta em ganhos em teor de sacarose e no índice "PUI" (Período Útil de Industrialização) da cana colhida. "Esse fator contribui para ampliar a capacidade de moagem da usina", acrescenta.

Em 2002, a DuPont está comemorando 200 anos de avanços e inovações na área da ciência, com uma história de produtos e serviços que ajudaram a melhorar a vida das pessoas ao redor do mundo. Com sede na cidade de Wilmington, Delaware, interior dos Estados Unidos, a companhia oferece ao mercado soluções baseadas na ciência em segmentos como alimentação e nutrição, saúde, moda, casa e construção, eletrônicos e transportes.

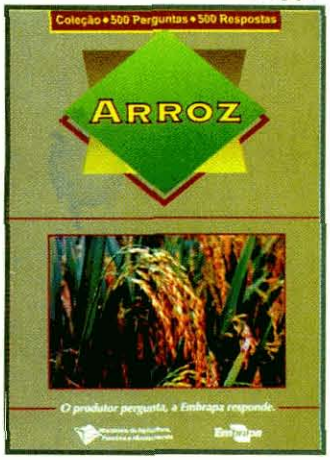
Divulgação



A formulação em pasta garante alta solubilidade ao produto

Livro traz 500 respostas sobre cultura do arroz

Divulgação



A Embrapa está lançando o livro *Arroz: o produtor pergunta, a Embrapa responde*, uma contribuição para um melhor entendimento dos fatores envolvidos na produtividade do arroz no Brasil.

O livro reúne informações básicas e principais dúvidas de agricultores e técnicos quanto à implantação e à condução de uma lavoura de arroz. Para facilitar a consulta, o livro foi organizado na forma de perguntas e respostas, obedecendo a uma seqüência lógica do sistema de cultivo. As perguntas foram coletadas em dias de campo, seminários, feiras agropecuárias e palestras, ou extraídas de consultas endereçadas à Embrapa Arroz e Feijão. As 500 perguntas e respectivas respostas trazem informações sobre clima, preparo do solo, calagem e adubação, cultivares, sistemas de plantio, plantio direto, irrigação, doenças, insetos e pragas, plantas daninhas, colheita, semente, secagem e beneficiamento, armazenagem. O livro está à venda na Livraria Virtual da Embrapa, (www.sct.embrapa.br) ou pelo telefone (61) 448-4236.

Consórcio inicia pesquisa do genoma do café

O Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), coordenado pela Embrapa Café e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), vai decifrar o código genético do café e dar início à produção de 200 mil seqüências de genes. O projeto, denominado Genoma EST-Café, é uma das grandes prioridades do consórcio para este ano, com o apoio do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

As pesquisas vão se concentrar no café arábica, que responde por 70% da produção nacional, mas também serão pesquisadas posteriormente seqüências do café canéfora (*conillon*), espécie resistente a algumas pragas e doenças. O objetivo é avaliar a resistência da planta a doenças, a pragas, ao frio e à seca, para reduzir o custo de produção com defensivos agrícolas entre 50 a 100% e aumentar a produtividade de 30 a 50%.

Além disso, a análise funcional do genoma do café poderá acelerar em até 20 anos as pesquisas em melhoramento genético, permitindo aumentar a qualidade da bebida e manter o Brasil em posição de destaque dentro da cafeicultura, além de gerar tecnologias que deverão beneficiar em grande parte os produtores e os sistemas de produção associados ao café. A tarefa de seqüenciamento dos genes será dividida entre a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e o Programa Agronomical and Environmental Genome (AEG), da Fapesp. Os clones seqüenciados serão mantidos nas duas instituições por medida de segurança e facilidade de uso, e intercambiados ao final do projeto.

O custo total do projeto é de R$6 milhões. As 200 mil seqüências geradas serão depositadas no Banco de Dados do Laboratório de Bioinformática (LBI), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e no Laboratório de Bioinformática da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Terão acesso ao banco de dados, além das instituições participantes do consórcio, instituições públicas e privadas.

Illycaffè entrega prêmio aos melhores de 2001

A torrefadora italiana de café expresso Illycaffè entrega no início deste mês em São Paulo o prêmio para os melhores cafés brasileiros do ano de 2001. Essa será a 11ª edição do concurso promovido pela torrefadora, que este ano, além dos 10 vencedores, estará premiando com US$700 os cafés colocados entre o 11º e o 50º lugares. Os 10 vencedores dividirão prêmios no valor de US$73 mil.

A empresa recebeu um total de 2.500 amostras, vindas do Paraná, São Paulo (regiões de Sorocabana e Mogiana), Minas Gerais (cerrado mineiro, sul de Minas e Zona da Mata), Espírito Santo, Rio de Janeiro (pela primeira vez na história do prêmio), Goiás (região do Cerrado) e Bahia (Chapada Diamantina, cerrado baiano, entre outros municípios).

Brasil vai questionar subsídios agrícolas

Ainda neste semestre, o governo brasileiro deve apresentar documento, junto à Organização Mundial de Comércio (OMC), questionando o aumento nos subsídios agrícolas americanos. O debate sobre política agrícola esquentou quando o Senado americano aprovou um subsídio adicional de US$45 milhões aos sojicultores americanos.

"Os americanos estão 'viciados'" em subsídios, porque não conseguem ser competitivos sem a ajuda do governo. Ao longo dos anos, o produtor brasileiro investiu na adoção de tecnologias e conseguiu ampliar sua produtividade. No entanto, a forma de atuação americana altera os preços do mercado internacional e prejudica os brasileiros", explica o pesquisador da Embrapa Soja, Décio Gazzoni, presidente do II Congresso Brasileiro de Soja, que será realizado de 3 a 6 de junho, em Foz do Iguaçu.

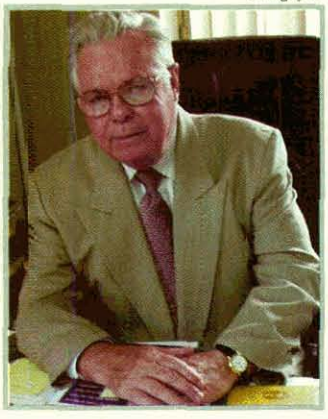
Segundo Gazzoni, o debate sobre política agrícola e a gestão da propriedade rural são urgentes no Brasil, tanto que a gestão da propriedade rural será tema de um dos painéis do II Congresso Brasileiro de Soja. A questão polêmica será debatida, durante o Congresso, por representantes da iniciativa privada, pesquisadores da Embrapa e o representante da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sávio Pereira.

O governo brasileiro e representantes da cadeia produtiva da soja pretendem formalizar pedido de consulta junto à OMC para questionar a lei agrícola americana, que só no passado investiu US$ 4 bilhões em subsídios à produção de soja. O aumento de subsídios é um mecanismo que amplia a produção e, conseqüentemente, pressiona os preços para baixo. "Assim, os países com vocação agrícola perdem sua mais importante fonte de divisas, além de destruir emprego e renda nos países pobres, aumentando a miséria e a fome", diz Gazzoni.

Este mecanismo está fora das regras de comércio internacional, que proíbe o incentivo de subsídios que deprimam os preços. "Nós da iniciativa privada, junto com o governo, estamos realizando um estudo que permite avaliar como a política americana distorce o funcionamento do mercado", diz Fábio Trigueirinho, secretário da Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Sindan passará a ter direção colegiada

Divulgação



A partir de junho próximo, o comando do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), entidade que reúne os laboratórios veterinários presentes no Brasil, deverá passar a um órgão colegiado, denominado conselho de administração.

O médico veterinário Nelson Antunes (foto) deixará a presidência da entidade após 24 anos de comando ininterrupto.

Essa forma de gestão poderá significar mudança radical na maneira de gerenciar a entidade que, desde sua fundação em 1966, conta com diretoria executiva e conselho fiscal para cuidar do dia-a-dia e um conselho consultivo como órgão orientador dos seus caminhos políticos da entidade, além de figurar como instituição de vanguarda no aconselhamento das linhas gerais de comportamento ético no mercado veterinário brasileiro. Tanto a diretoria como o conselho consultivo serão extintos, dando lugar ao conselho de administração, que já terá determinado na chapa de candidatos seu presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Também será definida a contratação de profissionais – diretor executivo e diretor administrativo-financeiro – para dirigir as rotinas da entidade.

O atual quadro de associados do Sindan é composto por 90 laboratórios veterinários, que representam cerca de 90% do faturamento de produtos para saúde animal no país, estimado em US$650 milhões, e que fazem do Brasil um dos cinco maiores mercados veterinários em todo o mundo.

Dia de campo da Dow recebe produtores

Divulgação



Mais de 500 produtores conheceram e avaliaram as novas tecnologias

A Dow AgroSciences, empresa que atua nos segmentos de agroquímicos e sementes, realizou no início de fevereiro, em Cravinhos, SP, seu Dia Dow no Campo. O evento, realizado periodicamente, reúne os principais produtores agrícolas do Brasil para um dia de aprimoramento técnico e apresentação de produtos.

O objetivo da ação é dar oportunidade ao produtor de conhecer e avaliar os novos produtos e as tecnologias desenvolvidas pela empresa. Nessa edição, participaram mais de 500 produtores,

que realizaram uma visita às áreas plantadas e conheceram uma grande variedade de híbridos de milho e de sorgo, além de resultados em áreas de aplicação de defensivos.

Na performance de campo, a Dow demonstrou ainda os benefícios proporcionados pela utilização dos inseticidas produzidos pela empresa. Todo o evento é trabalhado no tema "Parceria se faz com resultados", o que demonstra a forte relação da empresa com os produtores, que é explicada por seu diretor de marketing, José Manuel Arana. "Investimos pesado em pesquisa nesta região, e queremos que os agricultores nos enxerguem como parceiros atualmente e no futuro, pois temos muito a contribuir", afirma. "Escolhemos a região de Ribeirão Preto como pólo. Nossas instalações aqui têm usinas, beneficiamento, laboratórios de controle de qualidade e, brevemente, pesquisa de biotecnologia", explica.

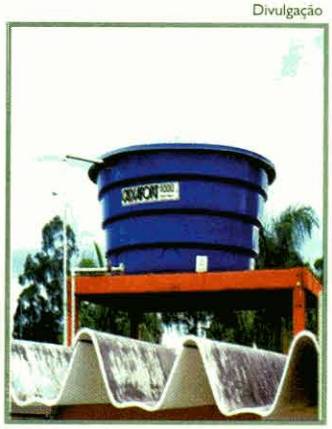
A Dow AgroSciences vem atingindo destaque no mercado brasileiro de sementes por seus produtos serem obtidos através de processo de seleção e melhoramento de suas linhagens e híbridos, associados a um programa de testes em suas estações de pesquisa distribuídas pelo país.

Caixas d'água ajudam no combate à dengue

A Unipac está contribuindo para o combate à dengue ao colocar no mercado uma caixa d'água que incorpora características que não permitem a reprodução do inseto transmissor da doença. As caixas são produzidas com tampa e paredes que bloqueiam a passagem de luz, evitando a produção de limo na água. O produto resiste bem ao ressecamento causado pelos raios solares, já que é todo fabricado em termoplástico pelo processo de termoformagem, que garante mais resistência e durabilidade ao plástico. Sua superfície lisa dificulta o acúmulo e a aderência de sujeira nas paredes internas, facilitando a limpeza. Simples de instalar e com capacidades que vão de 310 a 5.500 litros, o produto tem garantia de oito anos.

A Unipac é pioneira na fabricação de caixas d'água de plástico para residências e ambientes comerciais. A empresa integra o Grupo Jacto, que atua nos ramos agrícola, de transportes e meio ambiente. Conta atualmente com cerca de 780 funcionários e 135 máquinas de transformação de plástico, instaladas em 30 mil metros quadrados de área construída em suas quatro fábricas localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro. A empresa já desenvolveu mais de 2 mil moldes dos mais variados tamanhos, peso e geometria, numa variação de produtos que vão desde frascos de 500ml, até contêineres de 600 litros, utilizando aproximadamente 12 mil toneladas de resinas/ano.

Divulgação



Caterpillar inaugura central de energia

Divulgação



A Caterpillar investiu US$ 5 milhões na aquisição dos geradores

A Caterpillar Brasil acaba de inaugurar em sua unidade industrial, em Piracicaba, SP, uma central de geração de energia com capacidade de 12,7 megawats de potência disponível. Para gerar toda esta energia, que corresponde ao consumo médio de 45 mil residências de classe média, a empresa investiu cerca de US$5 milhões na aquisição de sete grupos geradores modelo 3.516B, na construção de um prédio de 600 metros quadrados e na modernização da subestação existente para operar o novo sistema e fazer a conexão com a concessionária de energia.

Os geradores irão operar diariamente, das 18 às 21 horas. Em caso de falta de energia, assumirão automaticamente toda a carga da empresa, que é, em média, de 10.500kW. Cada módulo de energia Caterpillar tem capacidade de 1.825kW (2281kVA) e tensão de 13.800v. Cada módulo pesa 16 mil quilos. A Caterpillar Brasil mantém há 47 anos a liderança de mercado em seus segmentos de atuação, além de acumular as certificações de Excelência Operacional, MRP II Classe A, ISO 9002 e ISO 14001, e o Prêmio Nacional da Qualidade/1999. A linha nacional de produtos é composta de 25 diferentes modelos de máquinas, entre escavadeiras hidráulicas, compactadores, carregadeiras de rodas, motoniveladoras, retroescavadeiras e tratores de esteiras, e grupos

geradores nas faixas de 57 a 450 kVA (de 45 a 360kW). Produz ainda ferramentas e acessórios especiais para seus equipamentos. A Caterpillar Brasil emprega 2.300 pessoas e exporta cerca de 70% de sua produção para mais de 120 países. A linha nacional de produtos é composta de 25 diferentes modelos de máquinas, entre escavadeiras hidráulicas, compactadores, carregadeiras de rodas, motoniveladoras, retroescavadeiras e tratores de esteiras, e grupos geradores

Biotecnologia animal cresceu 30% em 1991

Divulgação



Minozzo: faturamento de US$150 milhões em 2001 na área animal

O médico veterinário Guilherme Spregel Minozzo é o novo diretor-geral da Alltech do Brasil, empresa líder do mercado nacional de biotecnologia animal. Formado pela Universidade Federal do Paraná em 1986, Minozzo tem pós-graduação em marketing pela Universidade de Purdue (EUA) e MBA pela Fundação Getulio Vargas. Atualmente, faz pós-graduação em Plano de Desenvolvimento Gerencial pela Universidade de Dublin (Irlanda). Em sua nova função, ele coordenará as áreas de produção, administração, marketing e vendas da Alltech do Brasil.

A Alltech cresceu 30% em 2001, mas identifica um potencial ainda maior para produtos à base de biotecnologia, especialmente nos mercados de pequenos animais, ruminantes e suínos – a avicultura já responde atualmente por 59% das vendas da empresa. Presente em mais de 65 países, a Alltech é líder mundial em biotecnologia voltada para a produção animal, agricultura e segmento sucroalcooleiro, com faturamento de US$150 milhões em 2001 apenas na área animal. O Brasil é um dos maiores mercados potenciais para a empresa.

Syngenta é destaque no Show Rural Coopavel

Num estande de 1.500m², a Syngenta apresentou em fevereiro último no Show Rural Coopavel sua linha de defensivos agrícolas e sementes NK – marca para grandes culturas da Syngenta Seeds. Foram vendidos mais de 200 mil litros de defensivos e mais de 15 mil sacas de sementes de soja para a safra 2002/03. Mais de 4 mil clientes foram cadastrados, 230 deles proprietários de áreas superiores a 500ha. Também foram registrados mais de R$4 milhões em pedidos.

A participação da empresa no evento também foi marcada pelo encerramento das atividades do Projeto Escola no Campo 2001 em Cascavel. A solenidade contou com a presença de várias crianças participantes do projeto, que pela segunda vez consecutiva foi promovido na região através de parceria com a Cooperativa Agrícola de Cascavel.

Primeira e única empresa global dedicada exclusivamente ao agribusiness, a Syngenta – Proteção de Cultivos e Sementes foi criada no início do ano passado a partir da união da Zeneca Agrícola, Novartis Agribusiness e Novartis Seeds.

Fort Dodge lança novo antiparasitário

Divulgação



A Fort Dodge Saúde Animal está ampliando sua linha de antiparasitários para bovinos com o lançamento do Abafort. O produto, à base do princípio ativo abamectina, protege os bovinos contra parasitas externos e internos, e adequa-se perfeitamente às práticas de manejo da fazenda, como vacinações contra febre aftosa e clostridioses, e é eficaz na prevenção da bicheira quando utilizado previamente à descorna e castração.

Apresentado em frascos de 500 e 1.000ml, Abafort é recomendado para tratar bezerros a partir de quatro meses de idade até o desmame, fêmeas aos 15 e 30 dias antes do parto e animais que serão colocados em pastagens novas ou reformadas. Terceira maior empresa de saúde animal do mundo, a Fort Dodge Saúde Animal Ltda. faz parte do grupo American Home Products (EUA) e atua nos segmentos de produtos veterinários para bovinos, eqüinos, pequenos animais, aves e suínos.

Assine a Revista

Indústria de Laticínios



Indústria de Laticínios é um veículo especializado no agronegócio do leite. A cada dois meses, a revista traz reportagens, análises do mercado e conjuntura econômica, matérias sobre tecnologia, empresas e negócios, gestão, marketing e tendências, além de um caderno especial com artigos técnicos sobre laticínios e processos industriais que afetam o sistema agroindustrial do leite no Brasil e Mercosul.

Apenas R$ 45,00

Há sete anos no mercado, a revista consolidou-se como uma importante fonte de informação, divulgando as mais atualizadas reportagens e artigos técnicos.

Qualidade em Informação.



☑ SIM, desejo receber a *Revista Indústria de Laticínios* no endereço abaixo.
Assinatura anual - 6 edições bimestrais.

Forma de pagamento: através de Boleto Bancário com vencimento em 15 dias após o pedido.
Enviar o cupom com os dados para a Rua dos Pinheiros, 1428 cj 4, - CEP 05422-002 - São Paulo, SP, pelo fax: (11) 3037-7244 ou via e-mail: assinatura@revistalaticinios.com.br.

Nome: _____

CPF / CNPJ: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade: _____ UF _____

Fone: _____ E-mail: _____

Empresa: _____

Cargo/Depto: _____

Data: _____

Para saber mais, veja nosso site

www.revistalaticinios.com.br

Revista INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

Atendimento ao assinante: Tel: (11) 3815-9396 / 3037-7244
e-mail: assinatura@revistalaticinios.com.br

Este mês:

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE), co-editada com RC.W Consultores.

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

GRUPO EDITORIAL
Editor: Ivan Wedekin

REDAÇÃO
Redator-chefe: Regis Alimandro

Redatores: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza

Arte: Osvaldo Moreira e Norma Massa

Revisão: Fátima Caroni

Editoração: Texto & Contexto

Colaboradores: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Viviane Seda (Índice Iabag), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras), Ignez Vidigal Lopes, Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Gregory Honczar (preços e índices do agronegócio).

Secretaria e apoio administrativo: Denise Xavier

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 2559-5623; fax: (21) 2559-5616 e 2551-4049; e-mail: caique@fgv.br. Representantes comerciais: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 2533-3121/1601, 2524-2757; e-mail: triunvirato@openlink.com.br; São Paulo: Ponto 4 Propaganda Ltda., R. Harmonia, 908, S.Paulo, SP, 05435-000, Tel: (11) 3816-0328, www.ponto4.com.br; e-mail: cassio@ponto4.com.br; amilcar@ponto4.com.br Rio Grande do Sul – Araré Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262. Brasília (DF) – Joaquim Barroncas: SHIN - QI 8 - cj 03, casa 17, tel: (61) 9972-0741 e 577-3874. e-mail:joaquimbarroncas@ig.com.br.

Circulação/Assinaturas – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 2559-6040, fax: 21 2559-6039; e-mail: agroanalysis@fgv.br

Pontos de venda: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 2559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Diretor-Geral: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Liadolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

Demais Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázcro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mcuro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Cce de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântica S/A).

CONSELHO CONSULTIVO
Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

Vice-Diretor: Roberto Fendt

Centro de Estatísticas e Análises Econômicas: Salomão L. Quadros

Centro de Estudos Agrícolas: Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Preços: Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Políticas Sociais: Marcelo Neri

Coordenadoria de Projetos/Gerência Administrativa: Regina Celia Reis de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica: Roberto Fendt

3 **Abre aspas: Enio Marques**
Boas notícias
Um conjunto de condições favoráveis no Brasil reserva ao país nos próximos 10 anos uma posição de destaque no comércio mundial de carnes
Nivaldo T. Manzano



18 **O Brasil no ano que passou**
Temporada de brilho
A articulação entre governo e iniciativa privada garantiu bom desempenho e lucros no agronegócio brasileiro

22 **A bovinocultura no ano que passou**
Exportar com qualidade
O mercado de carnes encontrou a estabilidade após adotar medidas preventivas e de saneamento
Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

24 **Tributação de alimentos**
Desonerar, produzir, consumir e arrecadar
O elevado peso e as diferenças práticas na aplicação do ICMS pelos estados, e a cumulatividade dos impostos e contribuições federais ampliam a carga tributária e criam uma situação em que todos perdem, especialmente a camada mais pobre da população
Paulo Rabello de Castro, Bruno Brum, Ivan Wedekin

29 **A avicultura no ano que passou**
Recordes de exportação
Superam as expectativas os embarques e a receita relativos à carne de frango brasileira

33 **A suinocultura no ano que passou**
Na onda da exportação
Aumenta de modo surpreendente o fornecimento de carne de porco brasileira para os mercados do mundo



35 **O mercado de leite e derivados**
Queda nas importações
Adversidades e oferta em excesso levam muitos produtores do setor a encerrar suas atividades: a hora é de inovar
Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

38 **Nivaldo Manzano**
Que pau é esse?
Conhecimento e tecnologia lidam com dados objetivos que teriam pernas curtas sem os valores da cultura

42 **Mercados futuros**
Efeitos da diferença
A análise dos *spreads* no álcool indica o caminho para uma operação mais segura no mercado de futuros
Carlos Alberto Widonscie, Paulo Marques de Figueiredo Neto

45 **Cadeias do agronegócio**
Logística da comercialização
Negociações comerciais bem-sucedidas supõem prévia organização dos setores e suas cadeias
Mauro de Rezende Lopes

48 **Ciência & tecnologia**
A agricultura familiar tem pressa
A pesquisa agropecuária disponibiliza a tecnologia necessária ao desenvolvimento das pequenas comunidades rurais
Alberto Duque Portugal

50 **Política agrícola**
Agricultura interdisciplinar
As organizações de representação do setor evoluem com as mudanças na economia e na agricultura
Rodolfo Osório de Oliveira

53 **Comércio**
Interesses da agricultura
Definir posições e fazer alianças produtivas podem decidir o sucesso das negociações brasileiras na Alca
Marcos Sawaya Jank



56 **Reprodução animal**
Bom e barato
Processos pouco onerosos e criativos de cooperação podem levar a resultados rentáveis
L. E. L. Pinheiro, L. S. Pinheiro, L. A. S. Pinheiro, A. M. M. Filho

61 **Preços e índices do agronegócio**

62 **Tendências**

66 **Diário de bordo**
Justiça agrária
Já se falou muito, e ainda se fala, em justiça agrária. Talvez não seja necessária, com agentes do Judiciário treinados para o exercício da atividade e desde que as leis sejam bem explicitadas. Preconceito, inexperiência, vedetismo e tendenciosidade seriam sepultados, a paz reinaria no campo e o Brasil cresceria num setor em que, sem dúvida, é competitivo e eficiente.
Roberto Rodrigues

Nova realidade

Os argentinos ainda vivem dias conturbados por conta de uma das mais sérias crises que o país vizinho já enfrentou. As conseqüências, muito duras, são conhecidas, estão diariamente na TV, nos jornais e revistas. Enorme desemprego, desestruturação do pequeno e do médio comércio, desestruturação da indústria, empobrecimento generalizado, saques, panelaços, Estado com fortes dificuldades fiscais e cambiais. E uma grande frustração dos que imaginavam ter tantos dólares no banco descobrirem de repente que, com sorte, têm a metade disso, que sequer está disponível para saque imediato. Na verdade, estes estão entre os menos prejudicados.

A mentira cambial que os argentinos viveram por mais de uma década foi o estratagema empregado para superar um outro megaproblema, a hiperinflação que corroía a economia.

Como medida de curto prazo, para realinhar os preços relativos, a paridade cambial é um recurso válido. Mas não pode virar regra constitucional. Papel aceita tudo, diz o velho ditado. Mas a realidade não se submete a regras erradas, ainda que escritas na Constituição.

No Brasil, vivemos delírio cambial semelhante, embora por prazo bem menor e de modo bem menos rígido do que o imposto à Argentina. As conseqüências temos ainda em mente. Foi a época da âncora verde, quando foi infligido ao agronegócio brasileiro enorme sacrifício e as gôndolas dos supermercados passaram a abrigar grande quantidade de produtos importados, em operações viabilizadas pela sobrevalorização do real, muitas vezes em adição aos efeitos do subsídio concedido nos países de origem. Felizmente, o pesadelo acabou.

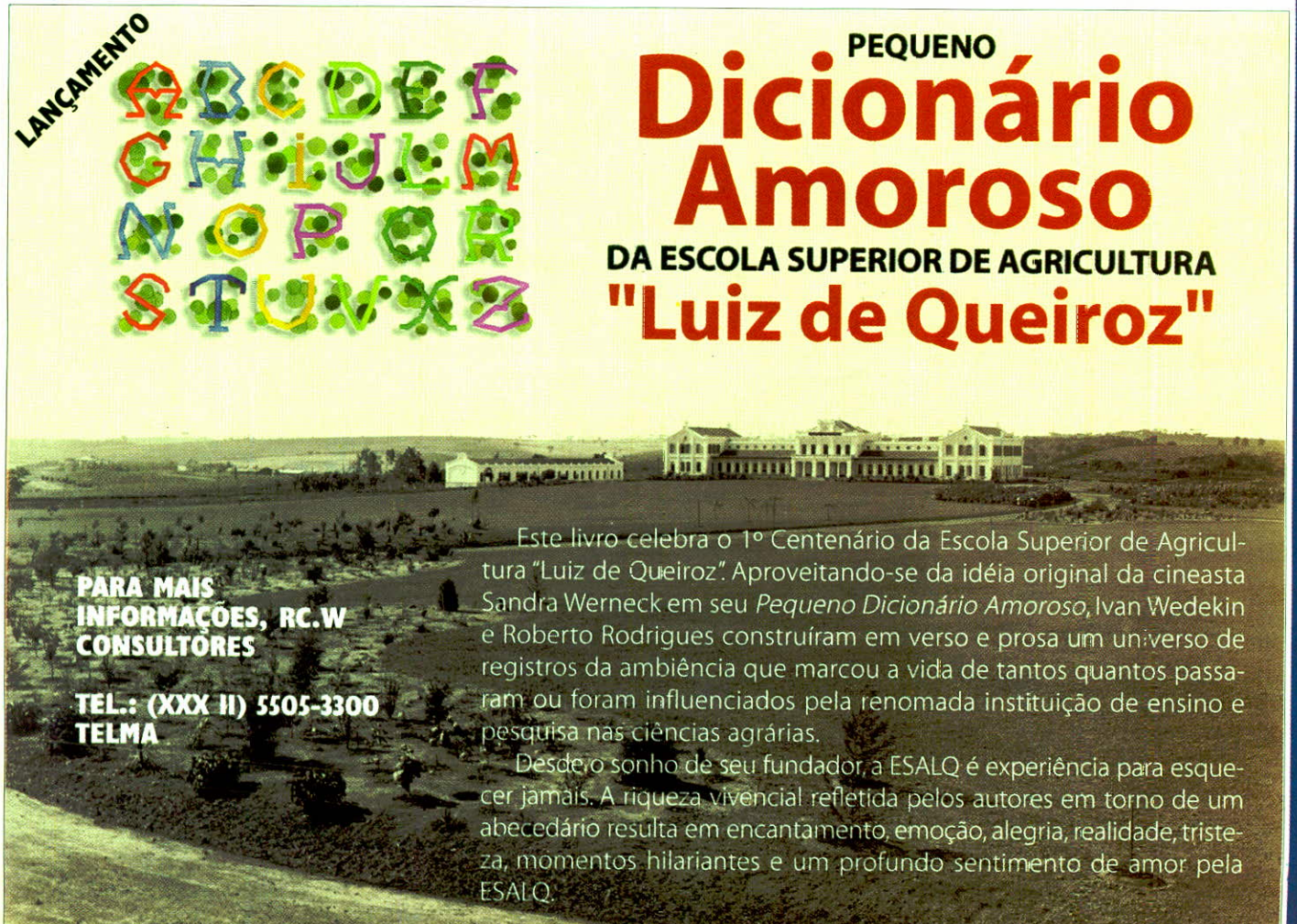
Esperamos todos que a Argentina reencontre seu rumo. Volte a crescer, a trabalhar, a exportar, a produzir. Equacione a crise econômica, social e política que hoje enfrenta.

Porém, quando isso acontecer, o Brasil deverá estar preparado para viver a nova realidade. Com a taxa de câmbio peso-dólar em nível correto, crescerá muito a competitividade de vários produtos argentinos, principalmente produtos do agronegócio, onde Brasil e Argentina são líderes mundiais.

Isso não é necessariamente mau. Diversos segmentos do agronegócio brasileiro que estavam mais voltados ao mercado interno antes da abertura comercial dos anos 90, quando expostos à competição com o concorrente importado, ganharam muito, tanto em qualidade quanto em competitividade, e hoje disputam espaço no mercado externo.

Dois exemplos óbvios são o vinho e a maçã produzidos no sul do país. Mas há contra-exemplos, como a produção de arroz no Rio Grande do Sul, seriamente comprometida pela competição dos países do Mercosul e dos produtores do Centro-Oeste e, como se não bastasse, por sucessivos problemas climáticos.

Com a desejável normalização da economia argentina, diversos segmentos do agronegócio brasileiro, principalmente das unidades localizadas no sul do país, precisam se antecipar, pois sofrerão séria competição dos argentinos. Quais são eles? Todos aqueles em que a Argentina tradicionalmente tem bons padrões de competitividade. Carnes e lácteos, para citar dois óbvios. É hora de exercitar a criatividade e de se adaptar desde já à nova realidade que se avizinha.



Temporada *de brilho*

A articulação entre governo e iniciativa privada garantiu bom desempenho e lucros no agronegócio brasileiro

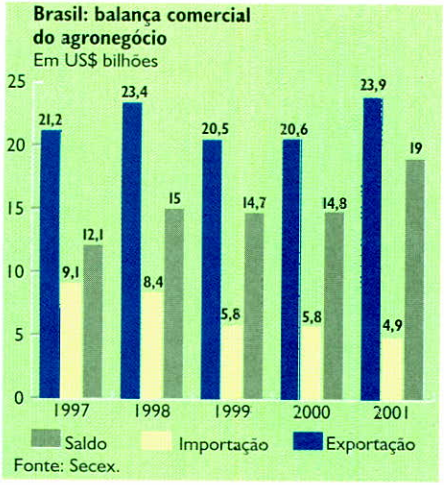
LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

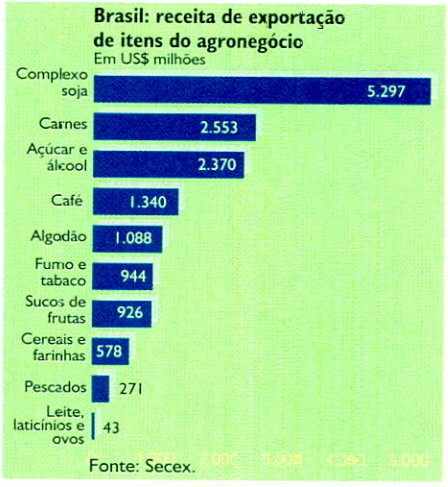
O agribusiness brasileiro tem boas razões para comemorar os resultados logrados em 2001: tecnologia e clima favorável garantiram um recorde à safra brasileira de grãos e oleaginosas; a balança comercial alcançou valores alvissareiros, sustentada por estratégias comerciais mais agressivas nas vendas de produtos cárneos para o exterior. É a mera ratificação de que, se os tomadores de decisão da iniciativa privada e do governo seguirem a linha da competência gerencial para as cadeias produtivas, o país só tem a ganhar.

Pelo segundo ano consecutivo, o Brasil obtém um resultado muito bom e consolida sua posição em importantes produtos do sistema mundial de alimentos e fibras. A balança comercial do agronegócio apresentou um saldo de US$19 bilhões, que corresponde a um incremento de 28,4% sobre o ano anterior. O valor excedeu em US$1 bilhão o previsto pelo Ministério da Agricultura.

A receita cambial do agronegócio em 2001 alcançou US$23,96 bilhões, contra US$20,69 bilhões em 2000. A participação de bens agrícolas no total das exportações subiu 9,6%: passou de 37,6% para 41,2%. Fazem parte da rubrica as entregas de madeira, borracha, papel e celulose, couros e calçados, fumo e açúcar e álcool. As importações do setor encolheram 15,8% e a participação no valor global caiu de 10,5% para 8,9%. As aquisições desceram de US$5,87 bilhões para US$4,92 bilhões.

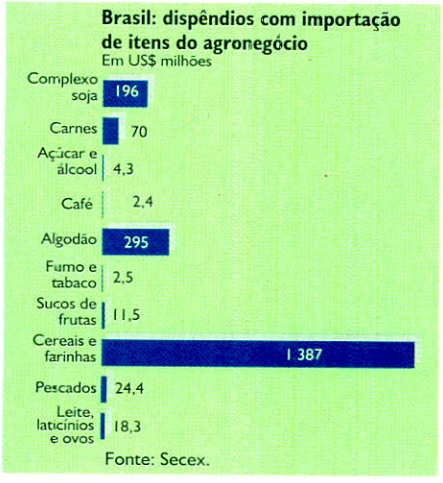
Se o complexo de proteína animal, liderado pelas carnes avícola, bovina e suína, teve excelente desempenho, os grãos, farelos e óleos de soja também tiveram

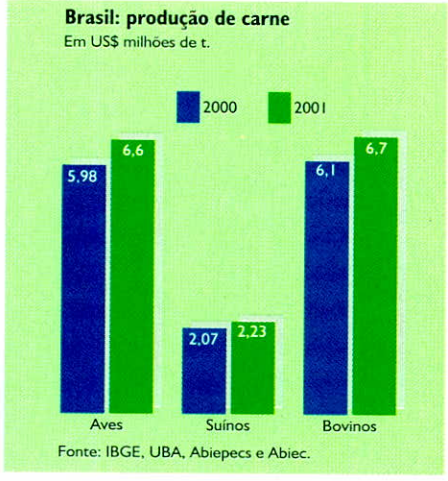


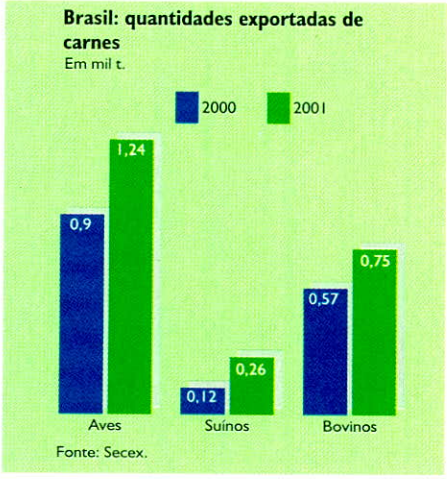


Expectativas de exportação para 2002

Milho	• Menor colheita, em face da queda de área e estiagem na região Sul; • diminuição da disponibilidade interna deve reduzir de maneira dramática o volume recorde de exportação do ano passado.
Soja	• Safra crescente e produtividade alta são fatores relevantes para o país manter seu nível de competitividade. • Oportunidades na Europa: maior uso de farelo de origem vegetal na composição da ração animal; rejeição ao farelo com base em carnes e ossos, por causa do risco de contágio da doença da vaca louca. • Cotação internacional prossegue em baixa.
Carnes	• Problemas sanitários na Europa – vaca louca e febre aftosa nos rebanhos – abrem espaço para vendas externas ao continente. • Maior concorrência da Argentina, que retoma suas ofertas no mercado de bovinos. • Sustentar o espaço conquistado nos embarques de suínos para a Rússia. • Mudança de hábito do consumidor europeu, na troca da carne vermelha de bovino pela branca de suíno.
Café	• Safra recorde no Brasil pressionará as exportações e enfraquecerá as cotações internacionais.
Açúcar e suco de laranja	• Escoamento externo normal da produção interna em crescimento, estimulada pelos preços pagos às matérias-primas.







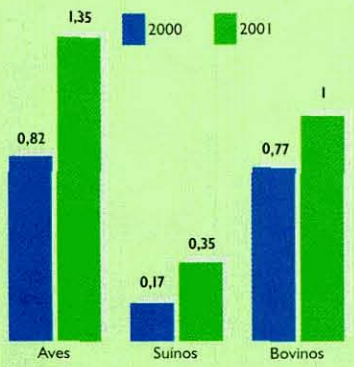
destaque. Os registros mais fracos ficaram por conta de café e suco de laranja.

Do lado das importações, o algodão teve sua produção aumentada e excedentes para exportação. Fato inusitado, o país foi um dos maiores exportadores de milho do mundo. Sob o efeito das medidas *antidumping* contra Argentina, Nova Zelândia, União Européia e Uruguai, a balança dos produtos lácteos também melhorou: o déficit caiu para menos da metade e passou de US$353,7 milhões para US$140,2 milhões.

Esforços conjugados

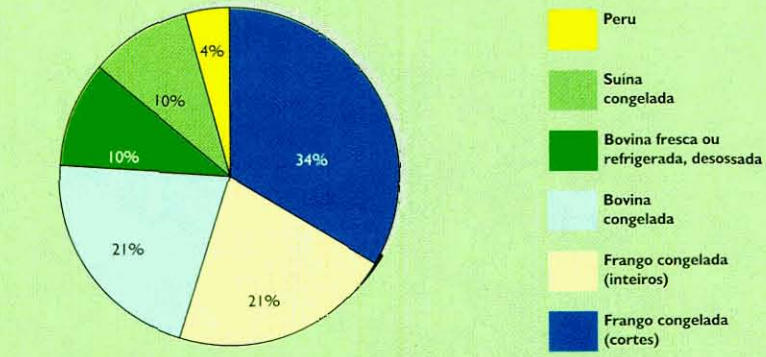
No campo institucional, ganharam força a articulação de governo e empresas, em acordos de negócio com outros países, e a tomada de posições em organismos internacionais. Esses laços devem se estreitar e atingir as cadeias produtivas. É um comportamento novo, indispensável no complexo mundo dos negócios. A questão é de competitividade econômica, mas envolve questões políticas – subsídios, ambientes sustentáveis, barreiras sanitárias, contrapartidas comerciais.

Brasil: receita de exportação de carne
Em US$ milhões



Fonte: Secex.

Brasil: participação na receita de exportação de carnes
Em %



Fonte: Secex.

Brasil: receita cambial de itens do agronegócio
US$ milhões

Produto	2001	2000	Variação %
1. Complexo soja			
Grão	2.725,50	2.187,90	24,57
Farelo	2.065,20	1.650,50	25,13
Óleo	505,80	311,00	62,64
2. Café		1.393,00	-100,00
Grão	1.559,10	1.559,62	-0,03
Solúvel	201,50	201,50	0,00
3. Carne bovina	1.013,70	778,87	30,15
Industrializada		275,60	-100,00
In natura		593,20	-100,00
4. Couro	880,90	759,90	15,92
5. Frango	1.333,79	828,74	60,94
Industrializado		23.00	-100,00
In natura		805,70	-100,00
6. Suínos	346,40	162,70	112,91
7. Açúcar	2.279,00	1.199,10	90,06
Refinado		437,60	-100,00
Bruto		761,50	-100,00
8. Suco de laranja	1.019,10	812,50	25,43
9. Fumo	921,10	812,80	13,32
Total	14.851,09	15.554,73	-4,52

Fonte: Secex. Números sujeitos a revisão.

De maneira conjugada, governo e empresas atuam ativamente para alavancar as exportações nacionais no agronegócio. Missão brasileira esteve na Argélia e obteve aprovação para a exportação de carne bovina e de frango, *in natura* e industrializada, para o país. Desenvolvem-se negociações sanitárias bilaterais com a China e o Japão, enquanto são feitos contatos com os Estados Unidos para se retomar a venda de carne fresca, interrompida em função da ocorrência de febre aftosa no Rio Grande do Sul. Outra alternativa de mercado a desenvolver é o Canadá.

Entre as agroindústrias avícolas, é cada vez mais forte a tendência de criar parcerias estratégicas para fortalecer as exportações. O objetivo é unificar as operações no exterior, o que minimiza os custos e eleva a capacidade de oferta. Estão nesse caso:

- Sadia e Perdigão, fortes concorrentes no mercado interno, que formaram a Brazilian Food Trading Company (BRF) para impulsionar embarques para países da ex-União Soviética, da África e da América Central;
- Frigorífico e Integração Agrícola (Frimal) e Nicolini, de Garibaldi; a Cooperativa Languiru, de Teotônia e Waldomiro Freiberger (Agrosul) de Caxias do Sul, todos do Rio Grande do Sul;
- a criação de uma nova empresa, a Unifrango, no Paraná, que reúne 19 pequenos abatedouros avícolas. As empresas terão mais competitividade e mais facilidade para exportar e agregar valor a sua produção. Apenas quatro são pequenas exportadoras: Diplomata, Comaves, Big Frango e Avícola Felipe.

Os sinais de manutenção de uma política cambial adequada ao comportamento dos agregados macroeconômicos internos, principalmente as taxas de inflação e juros, traçam um horizonte bem positivo. É uma fase transitória e importante de consolidação do agronegócio nacional e ratificação das posições conquistadas depois dos eventos da vaca louca e da febre aftosa, ambos de impacto global.

No cômputo dos ventos a favor e contra para 2002, as exportações de carne bovina deverão aumentar 20%, de suínos 15% e as de carne de frango, 10%. São números confirmados pelas principais lideranças empresarias e entidades de cada setor. Um cenário que vem ao encontro das expectativas das agroindústrias exportadoras, em período de ascensão no *ranking* das empresas, a julgar pelos gordos balanços de 2001.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Para pagamentos com cartão de crédito ligue
0800-25-7788,
ou acesse:
http://www.fgv.br/conjuntura.htm

Assine agora a revista que vale por uma consultoria.

Assine hoje *Conjuntura Econômica* e faça economia. Além de 30% de desconto na assinatura anual, você ainda paga com qualquer cartão de crédito em até 05 vezes sem juros. Se a assinatura for por dois anos, o desconto é ainda maior: 40%! E você também pode parcelar em até 6x no cartão. Assim, você receberá mensalmente os artigos assinados pelos mais renomados especialistas e ainda garante o recebimento das edições especiais de *Conjuntura Econômica*.

Assine Conjuntura Econômica *e tenha acesso exclusivo ao conteúdo de cada edição, via internet. E mais: você ainda recebe, através de nossa home-page, todos os índices apurados e divulgados pela Fundação Getulio Vargas, que há mais de meio século é marca de credibilidade.*

A mais ampla e profunda cobertura

Economia Internacional – Entrevista – Macroeconomia – Política Fiscal – Macroeconomia – Debates – Finanças – Energia – Seguros, Previdência e Capitalização – Management – Marketing – Mercado & Negócios – Temas Sociais – Livros & Idéias – Internet Sites – Conjuntura Estatística – Índices Econômicos Opinião – Ranking de Empresas – Análise Setorial

30% DE DESCONTO 5X S/JUROS NO CARTÃO (ASSINATURA ANUAL)











Os mais destacados colaboradores

AFFONSO CELSO PASTORE – ALBERTO FURUGUEM – ALCIDES TÁPIAS – ALZIRA ALVES DE ABREU – ANTONIO CARLOS PÔRTO GONÇALVES – ANTONIO KANDIR – BENEDICTO FONSECA MOREIRA – BERNARDO SORJ – CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA – CARLOS GERALDO LANGONI – CARLOS SENNA FIGUEIREDO – CHRISTOPHER FLAVIN – CID HERÁCLITO DE QUEIROZ – EDMAR BACHA – EDSON P. GUIMARÃES – EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA – ERNANE GALVÊAS – FABIO GIAMBIAGI – FRANCISCO DORNELLES – FRANCISCO GROS – RENÊ GARCIA JR – HELIO PORTOCARRERO – HENRI PHILLIPE REICHSTUL – HORACIO LAFER PIVA – IVES GANDRA MARTINS – JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS – JOSÉ LUIZ ALQUÉRES – JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – JOSÉ PASTORE – MAÍLSON DA NÓBREGA – MARCELO GIUFRIDA – MARCELO NERI – MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – MARCO AURÉLIO FERREIRA VIANA – MARCOS CINTRA – MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES – NOENIO SPÍNDOLA – PAULO SIDNEY DE MELO COTA – PIMENTA DA VEIGA – ROBERTO FENDT – RICARDO PAES DE BARROS – ROBERT MUNDELL – ROBERTO DAMATTA – ROBERTO GIANNETI DA FONSECA – ROBERTO LAVAGNA – ROBERTO MACEDO – RUBEM CESAR FERNANDES – RUBENS PENHA CYSNE – RUBENS RICUPERO – STEFAN BOGDAN SALEJ – WAGNER GRANJA VICTER

CENTRAL DE ASSINATURAS:

Rio: (oxx21) 2559-5565
Outros estados: 0800 25-7788
Fax: (oxx21) 25596039

Central de Assinaturas do IBRE
Praia de Botafogo, 190 / sala 925 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - cep: 22.253-900

www.fgv.br/conjuntura.htm
conjunturaeconomica@fgv.br

criação editoria de arte

Exportar com **qualidade**

O mercado de carnes encontrou a estabilidade após adotar medidas preventivas e de saneamento

Embora o aumento dos embarques de carne bovina em 2001 tenha sido mais modesto do que o de outras carnes, a taxa foi expressiva: quase 25% sobre o volume de 2000. Programas de promoção, os problemas sanitários na Europa e a conquista de novos mercados – Oriente Médio, Arábia Saudita e Leste europeu – foram os principais responsáveis por essa variação.

Com a abertura do mercado russo e a regularização das vendas para países do Leste europeu e Oriente Médio, as exportações brasileiras de carne bovina poderão receber impulso de 10% a 15% em 2002, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

O novo desenho de estrutura e organização dos frigoríficos bovinos nacionais traça um novo perfil do país. Quase dois terços dos embarques são realizados pelas companhias Bertin, Friboi, Independência e Minerva. O *ranking* é bem diferente do de outras décadas. O espaço foi ocupado sobre brechas deixadas pela Swift-Armour/Bordon, Anglo, Mouran e Kaiowa.

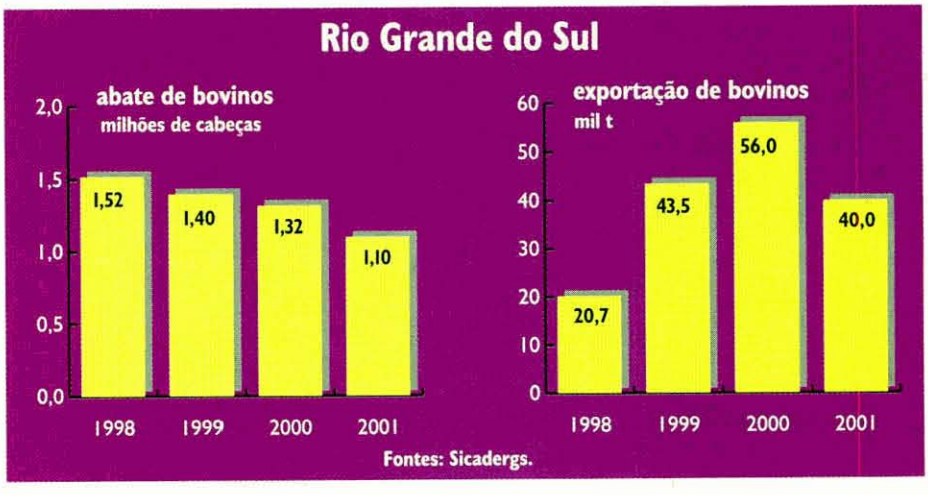
Em sentido inverso, a indústria frigorífica gaúcha amargou um período difícil, diante da perda de *status* sanitário de zona livre de febre aftosa. Em conseqüência, as vendas externas caíram 30%, para apenas 40 mil toneladas, e importantes frigoríficos encerraram temporariamente suas atividades (General Meat Food, Riopel, Rio Guaíba, Ouro Branco, AB e Blau). O Sindicato da Indústria de Carne avalia uma queda nos abates em 16,7%, de 1,32 milhão para 1,1 milhão de cabeças.

A União Européia anunciou o fim do embargo às importações de carne bovina maturada e sem osso do Rio Grande do Sul, que estava em vigor desde maio do ano passado. A proibição para a carne *in natura* permanece. O governo brasileiro reconheceu o sistema de áreas livres de doenças animais e vegetais declaradas pela UE e deu garantias de que o território gaúcho está livre da febre aftosa.

Espera-se breve solução para o episódio relacionado com a retirada de *corned beef* (carne cozida enlatada e curada) originária de empresas brasileiras, por causa de problemas relativos a informações na rotulagem, pelo Serviço Sanitário de Inspeção e Segurança Alimentar dos Estados Unidos. Missão do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos realizou o *recall* da carne enlatada, para inspecionar 14 frigoríficos *in loco*, dois laboratórios do governo e auditar documentos de outros oito frigoríficos e entrepostos.

Volta ao mercado

A partir de fevereiro último a Argentina voltou a exportar carne bovina sem osso para a União Européia, depois de um



embargo que começou em março de 2001. O Comitê Veterinário decidiu reduzir as restrições impostas após a constatação da febre aftosa no país. A proibição persistirá apenas para as províncias de La Pampa e Santiago del Estero.

Com uma participação de 28 mil toneladas na Cota Hilton, a pecuária argentina cumpre 60% desse volume entre julho de 2001 e junho de 2002. O Brasil tem uma cota de 5 mil toneladas.

Os frigoríficos brasileiros também foram favorecidos pelos embargos às carnes do Uruguai, que prevaleceram até outubro último, pois conseguiram espaço na Alemanha, Chile e Israel.

A Grã-Bretanha também volta ao mercado, depois de abater 10% de seu rebanho, quase 6 milhões de suínos, bovinos e ovinos. A comissão para assuntos veterinários dos 15 membros da UE abriu as portas para que os criadores britânicos de animais reingressassem a seu maior mercado. A epidemia custou cerca de 1,5 bilhão de libras esterlinas (US$2,2 bilhões) para compensar os prejuízos dos fazendeiros com a desinfecção de fazendas e contas pagas aos veterinários. As exportações da região somavam 400 milhões de libras esterlinas (US$566 milhões) anuais antes da epidemia em fevereiro de 2001. O país era o quinto produtor pecuário da UE.

Maior exportador de carne bovina, a Austrália concentra seu foco no mercado norte-americano, com o enfraquecimento das compras japonesas. Em 2001 pela primeira vez as exportações australianas bateram o limite anual de importações para os EUA, com 328.214 toneladas. Em 2000 os norte-americanos compraram 1,2 bilhão de dólares australianos (US$609 milhões) em carne. Se neste ano o preenchimento da cota acontecer mais cedo, a carne excedente arrefecerá as cotações e terá de ser direcionada para Coréia, Malásia e Filipinas (**L.A.P.** e **R.A.**).

O requisito sanidade

O Centro Pan-americano de Febre Aftosa – Panaftosa – mostra otimismo para 2002: não há registro de febre aftosa na Argentina, Brasil e Uruguai, depois do combate a 4,2 mil focos no ano passado. A Argentina teve 2.126 casos, contra 2.057 no Uruguai e 30 no Rio Grande do Sul.

Não obstante, a entidade é enfática quando afirma que os países deverão aprimorar os sistemas de vigilância e caracterização epidemiológica nas fronteiras. Sem um calendário único de imunização, tendo em vista as características da criação pecuária de cada país, recomenda-se que a vacinação seja coordenada.

A campanha nacional contra a febre aftosa em 14 estados não livres da doença registrou volume recorde de doses em 2001, com 315 milhões de unidades. A quantidade supera a previsão oficial em 10,6%. O índice de cobertura é estimado em 95%. A maior campanha aconteceu em Goiás, de 23 de outubro a 11 de janeiro, onde cerca de 98% do rebanho estadual devem ter sido vacinados.

Com a vacinação não programada no Rio Grande do Sul, o planejamento original ficou alterado e os estoques se reduziram. O inesperado ressurgimento da doença exigiu uma campanha que foi até 28 de fevereiro, com a contratação de 1,7 mil vacinadores para garantir 98% de cobertura vacinal. Em 2001 a produção nacional chegou a 312 milhões de doses, 9,8% superior à de 2000.

Para a campanha deste ano a projeção é de 360 milhões de doses e há perspectiva de crescimento da produção para 400 milhões de doses. Com uma capacidade de produção mensal de 25 a 35 mil doses, os estoques devem ser de mais de 20 milhões de unidades.

O Ministério da Agricultura acaba de lançar o Sisbov (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina, ou simplesmente Programa de Rastreabilidade), pelo qual se começa a rastrear a produção de carne bovina desde o nascimento do bezerro até o abate do boi. Para o consumidor brasileiro ou estrangeiro, o sistema vai assegurar uma carne de melhor qualidade e informações sobre sexo, idade, raça e sistema de produção do animal.

Com implantação gradativa no decorrer dos próximos cinco anos, a iniciativa vem sendo exigida pelo mercado internacional. Até julho o Sisbov deve ser aplicado às carnes nacionais exportadas para a União Européia, 50% das exportações nacionais, com o objetivo de se evitarem prejuízos econômicos por novas contaminações do mal da vaca louca e febre aftosa. Nas exportações para os demais países o prazo de adesão ao Sisbov é mais longo: até dezembro de 2003 e dezembro de 2005, respectivamente, para produtores localizados em estados livres de aftosa ou em processo de declaração. O produto destinado ao mercado interno poderá integrar-se ao sistema até 2007.

Os criadores e frigoríficos exportadores de carne bovina serão obrigados a participar do Sisbov, com cadastro individual atualizado sobre cada animal desde a data de nascimento até o abate. No modelo atual, as informações referem-se a dados gerais a respeito do rebanho e data de fabricação nos produtos derivados da carne bovina. Implantar o sistema exigirá desenvolvimento de tecnologia de armazenamento de dados, produtos para identificação e o serviço de empresas certificadoras. A Confederação Nacional da Agricultura aponta um custo de até R$6 por animal. Apesar dos prazos a serem cumpridos, a adesão ao programa será voluntária.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) deverá ser a primeira entidade certificadora da carne brasileira. O Ministério da Agricultura divulgará as regras complementares para o credenciamento dessas empresas certificadoras. Com dados disponíveis, as associações de produtores são potenciais certificadoras (L.A.P. e R.A.).



Desonerar, produzir, *consumir e arrecadar*[1]

O elevado peso e as diferenças práticas na aplicação do ICMS pelos estados, e a cumulatividade dos impostos e contribuições federais ampliam a carga tributária e criam uma situação em que todos perdem, especialmente a camada mais pobre da população

PAULO RABELLO DE CASTRO[2]
BRUNO LEONARDO RAVAIANI BRUM[3]
IVAN WEDEKIN[4]

A atual política tributária nacional onera os produtos alimentícios com um elevado número de impostos, de diferentes naturezas e competências. A elevação de custos, a sonegação (no mais das vezes associada a perda de qualidade do alimento), a distorção na alocação de recursos e a renúncia fiscal atingem direta e imediatamente as empresas, os governos e, de forma ampliada, o consumidor final. Mais terrível fica o efeito quanto mais se caminha em direção às populações de baixa renda, quando se consideram o alto grau de essencialidade dos produtos alimentícios e a considerável regressividade na tributação.

As maiores distorções da política tributária advêm do ICMS e dos impostos federais cumulativos. Do final da década de 70 até meados dos anos 80, as alíquotas do então ICM para produtos agropecuários variavam de 4,52% a 17,8%, dependendo do estado. A partir de 1984, a alíquota passou a ser de 17% (única em todo o Brasil). Em 1992, o Convênio ICMS nº 83/92 autorizou a redução da base de cálculo de produtos da cesta básica. Já em 1994, o Convênio no 128/94 permitiu a isenção ou a redução das alíquotas do ICMS de produtos constantes da cesta básica. Não se trata, porém, de uma cesta básica equilibrada nutricionalmente. Registram-se grandes distorções na sua composição, pois em alguns estados até madeira dela faz parte.

O apetite fiscalista do Estado fica patente em uma breve consulta às estatísticas de finanças públicas, que demonstram uma tendência à redivisão do bolo tributário. Apesar de ter havido uma considerável desoneração do ICMS, os tributos federais que incidem sobre o faturamento passaram a representar um peso crescente na arrecadação.

Há entre os agentes das cadeias produtivas de alimentos uma constatação de que as contribuições e os impostos cumulativos têm representado um ônus financeiro cada vez maior. Em decorrência, e pelo fato de não haver uma interligação entre as receitas dos estados e da Federação, é possível manter-se em dia com os tributos estaduais e sonegar os de competência federal, mesmo que isto implique alto grau de exposição à fiscalização.

No verdadeiro cipoal tributário atual, perdem os governos estaduais e federal, com a renúncia fiscal e com a sonegação; perdem as empresas, com a cumulatividade de impostos e com a distorção nos parâmetros que orientam os investimentos; e perdem os consumidores/contribuintes, que pagam em última instância pela cumulatividade e pela perda de arrecadação.

O PESO DOS TRIBUTOS

A Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias (Abia)

Benefícios da desoneração de impostos sobre alimentos

Benefício	Fonte	Ano
Aumento do consumo de alimentos de 0,13% a 7,96%	Abia	1995
Aumento do mercado consumidor de alimentos em até 3,18%	Abia	1995
Geração de empregos da ordem de 2,5% do pessoal ocupado na agricultura	Abia	1995
Aumento do valor real do salário mínimo de 4,5% a 25%	Ipea	1997
Redução de até 72% do peso do ICMS no valor da cesta básica	Ipea	1997
Efeito menos perverso sobre a arrecadação de impostos do que o do aumento do salário mínimo	Ipea	1998
Redistribuição de renda favorável às famílias mais pobres	Ipea	2001
Redução do número de indigentes	Ipea	2001
Aumento da renda real de até 7,9% para famílias com renda mensal inferior a dois salários mínimos	Ipea	2001

Elaboração própria a partir de dados coletados na bibliografia consultada.

identificou que a carga tributária dos alimentos industrializados no Brasil (de 32,7%) é consideravelmente superior à de países com renda *per capita* mais elevada, como Alemanha (carga de 7%), França (5,5%) e Inglaterra (0%). Nestes e em outros países europeus, os alimentos são tratados com regimes especiais de tributação, com significativas reduções em relação às alíquotas padrão. A carga tributária dos alimentos é maior justamente em países com renda *per capita* menor. Ainda segundo a Abia, cerca de 43 tributos estão incluídos no preço final dos produtos alimentícios, que chegam a colocar o preço final de um alimento industrializado num patamar 48% superior ao preço antes dos impostos.

Em companhias de grande porte, os impostos têm representado uma elevada parcela do valor agregado (a diferença entre o valor da receita bruta e os gastos com aquisição de matéria-prima e serviços de terceiros). A Sadia, por exemplo, divulgou em seu balanço de 2000 que gerou um valor agregado de R$1,266 bilhão. Desse total, 22% foram destinados ao governo na forma de pagamentos de impostos, contribuições e taxas. Na Perdigão, o valor agregado em 2000 foi de R$607 milhões, sendo 39% destinados a pagamento de impostos. Um outro ângulo mostra a magnitude da carga tributária: os impostos representaram 8,8% e 13,4%, das vendas líquidas da Sadia e da Perdigão, muito acima da rentabilidade do acionista, que ficou em 3,5% e 2,6%, respectivamente. Evidentemente, uma carga tributária dessa natureza onera os consumidores e limita a capacidade de investimento das empresas a longo prazo.

Para empresas que trabalham com escalas menores, a excessiva "participação nos resultados" do governo pode inviabilizar o negócio. Obviamente, a diminuição dessa "participação nos resultados" não depende de regulamentação estatal, já que tem sido feita pelo meio espúrio, ou seja, principalmente pela sonegação e pela evasão do pagamento de impostos. As estratégias para driblar o fisco e a confusa e cara estrutura tributária têm-se tornado cada vez mais sofisticadas e difundidas, de forma mais visível em algumas cadeias produtivas de alimentos.

Os produtos alimentícios, sejam *in natura* ou industrializados, têm características únicas em comparação com outros bens. A oferta de alimentos se caracteriza por considerável rigidez no curto prazo e a demanda, por outro lado, possui um elevado componente de essencialidade, já que os alimentos compõem a cesta de consumo mais restrita que um indivíduo deseja consumir. Não obstante tais características, no Brasil os alimentos têm recebido um tratamento igual ao dispensado aos outros bens, no que tange à tributação.

As propostas de tributação com base no critério da essencialidade parecem não ter ainda sensibilizado os representantes populares e o poder público. Tal postura parece ainda mais irracional quando se considera que a defesa de uma proposta de desgravamento dos impostos nos preços dos alimentos assenta-se em bases sólidas, já que inúmeros estudos foram realizados, pelo próprio governo, indicando os benefícios sociais de uma eventual desoneração (ver tabela).

As distorções: o caso da carne bovina

Segundo estimativas recentes, a agropecuária brasileira é responsável por cerca de 9% do Produto Interno Bruto (PIB). O agronegócio, conceito mais abrangente, tem participação estimada em 21%. As estimativas apontam, somente para a pecuária bovina de corte, que o valor da produção chega a aproximadamente 1,5% do PIB. Portanto, em qualquer um dos indicadores, os negócios agrícolas e da pecuária demonstram ser responsáveis por parcelas consideráveis da base potencial de arrecadação tributária do país.

Mais do que em outros setores da economia, na cadeia produtiva da carne bovina observa-se uma confusão tributária originada, principalmente, da diversidade de legislações das mais diversas competências (leis federais, leis estaduais, convênios interestaduais e outros). Este fato prejudica fortemente a competitividade da carne bovina em relação a cadeias produtivas mais coorde-

nadas, como é o caso da produção de aves e suínos. A figura da p. 28 ilustra o mapa tributário da cadeia produtiva da carne bovina entre o Mato Grosso e São Paulo, indicando o ICMS na entrada e na saída de cada etapa de agregação de valor.

No Mato Grosso, concede-se um benefício de redução da base de cálculo do ICMS superior à de São Paulo, com o intuito de atrair investimentos na indústria de abate. Para ter direito à redução da base de cálculo, o frigorífico deve assumir certos compromissos. O optante pelo sistema deve assinar um termo de acordo com a receita estadual, no qual há um comprometimento de: obedecer ao preço estabelecido na pauta, renunciar ao aproveitamento de todos os outros créditos (exceto novilho precoce), e manter o nível de emprego.

No Mato Grosso, ainda recai sobre o negócio da pecuária a taxa do Fundo Especial para o Transporte e a Habitação (Fethab), que é de R$4,18 por cabeça (aproximadamente 10% do preço da arroba e, considerando o peso médio do gado abatido no Mato Grosso, de 16 arrobas, 0,06% do faturamento). A taxa é recolhida com a emissão da Guia de Trânsito de Animais (GTA).

Contudo, São Paulo permite o aproveitamento de créditos integrais (12%), caso o produto venha a ser elaborado em seus limites. Assim, as unidades produtivas mato-grossenses (com crédito presumido) sentem-se impelidas a remeter a carne ainda não totalmente processada para alguma unidade produtiva paulista, destacando na nota fiscal um imposto de 12%, mas recolhendo ao Fisco de Mato Grosso os 3% determinados pela redução da base de cálculo.

A desoneração desordenada do ICMS provocou uma série de impactos negativos e ficou longe do objetivo de baratear os produtos da cesta básica.

Ao entrar em São Paulo, o produto adquirido permite o lançamento de um crédito de ICMS de 12%, que pode ser utilizado para aquisições internas de bens para o ativo permanente e embalagens, entre outros indicados em legislação específica.

Tal situação indica, obviamente, uma racionalidade para a agregação de valor no território paulista. Portanto, do ponto de vista dos impactos econômicos (esquecendo-se os impactos puramentes financeiros sobre as receitas estaduais), o estado de Mato Grosso fica concentrado no estágio industrial preliminar da cadeia de valor, perdendo para São Paulo boa parte da agregação de valor. Além disso, os efeitos multiplicadores sobre os setores fornecedores e, até mesmo, as receitas com exportações acabam ocorrendo dentro das fronteiras do estado de São Paulo.

As iniciativas, às vezes unilaterais, dos governos estaduais com a política tributária têm surtido efeitos até nas operações voltadas para as exportações que, por força da Lei Kandir, teriam sido desoneradas do recolhimento de ICMS. É bom lembrar que as exportações não foram desoneradas dos impostos federais que incidem sobre o faturamento e, em decorrência, cumulativamente na cadeia produtiva.

O governo de São Paulo, por exemplo, estipula o chamado Índice de Valor Agregado, que é descontado do valor faturado para efeitos da concessão de créditos de 7% que podem ser aplicados na compra de embalagens, máquinas e equipamentos (Artigo 70 do Regulamento do ICMS). Para obter tal benefício, o frigorífico ou a indústria de processamento devem, de posse da liberação da Receita Federal e do conhecimento de embarque, procurar a Secretaria de Estado da Fazenda, que irá autorizar o uso do crédito.

Segundo frigoríficos localizados no estado, o governo do Mato Grosso tem exigido garantias pesadas para permitir a exportação com alíquota zero, já que os créditos acumulados não podem ser utilizados, diante da opção da indústria pelo crédito presumido. No limite, para apropriar-se de maiores vantagens os frigoríficos do Mato Grosso deveriam arcar com os custos de abrir filiais em São Paulo e exportar por meio desse estado, que, além da geração de créditos (a entrada da carne é tributada em 12%), oferece os benefícios citados no parágrafo anterior.

Impostos cumulativos e estratosféricos

Um estudo recente do Ipea estudou a incidência de impostos cumulativos na economia brasileira, como o PIS, a Cofins e a CPMF. A participação na carga tributária total vem aumentando consideravelmente nos últimos 20 anos. De um patamar de cerca de 5% em 1980, passou a quase 18% em 2000. Esses números tornam-se mais espantosos quando se considera o crescimento da carga total, de 24% no final da década de 1980, para 32,6% em 2000. Como porcentagem do PIB, a carga de contribuições cumulativas passou de 1,5% na segunda metade da década de 1980 para 5,7% em 2000.

Apesar de apresentarem alíquotas menores, outros impostos de valor agregado, como o PIS e a Cofins, têm na verdade considerável peso sobre a carga tributária total da cadeia produtiva da carne bovina. De acordo com o Ipea, o abate de animais sofre incidência direta de outros impostos cumulativos (PIS, Cofins e CPMF) de 4,13% sobre o valor da produção. Contudo, quando considerada a cumulatividade ao longo da cadeia produtiva, a incidência total representa 7,14%, muito acima da margem líquida do negócio.

O peso desses tributos ocorre mesmo sobre as exportações que, de certa forma, foram desoneradas no que se refere ao ICMS. Nas estimativas do Ipea, o abate de animais carrega 3,82% de tributação sobre insumos e, após o processo produtivo, permanece com 2,24% de tributos não-compensados.

Atualmente, os impostos federais (PIS, Cofins, Funrural) possuem, respectivamente, alíquotas de 0,65%, 3,65% e

Mapa de perdas e ganhos com a guerra fiscal na cadeia produtiva da carne bovina

Característica da tributação	Efeitos	Conseqüência
Diferimento do ICMS na circulação dentro de MT Tributação de 12% na saída interestadual de animais	• Incentivo ao abate em MT.	• Menos competição pelo boi gordo em MT e preço menor ao produtor.
Benefício do crédito de 12% em SP	• Incentivo à agregação de valor em SP. • Incentivo à criação de estágio intermediário (circulação interestadual) de produtos destinados à exportação.	• Incentivo à abertura de frigoríficos de outros estados em SP. • Incentivo ao aumento da importação e do processamento pelas indústrias de SP. • Incentivo à prática de operações ilícitas (notas frias gerando crédito contra o Fisco de SP). • Incentivo à abertura de filiais em SP. • Perda de oportunidade de exportação para MT.
Carga tributária total elevada, em comparação com a margem bruta do negócio	• Ampliação da informalidade na cadeia produtiva. • Evasão e sonegação • Operações ilícitas, como a abertura de "firmas laranjas" para viabilizar o esquema de sonegação.	• Abate clandestino, perda de controle da qualidade, impotência da fiscalização governamental. • Empresas que pagam impostos e não faturam por fora ficam com custo médio acima da média, perdendo competitividade ("os justos pagam pelos pecadores"). • Restrições bancárias aos agentes da cadeia produtiva.
Alto preço de pauta dos regulamentos de ICMS.	• Abate de animais com peso acima do padrão considerado racional.	• Governo perde em duas frentes: perde a antecipação da receita em quase dois anos e a elevação da arrecadação com o aumento do desfrute.
Reduções sistemáticas da alíquota de ICMS sobre boi gordo.	• Desestímulo aos programas de novilho precoce.	• Governo perde em duas frentes: perde a antecipação da receita em quase dois anos e a elevação da arrecadação com o aumento do desfrute. • Diminuem as oportunidades de diferenciação de produtos para os agentes da cadeia.

2,3% (total de 6,6% do faturamento). Portanto, demonstram ter um peso mais elevado sobre a margem do frigorífico do que o "problemático" ICMS.

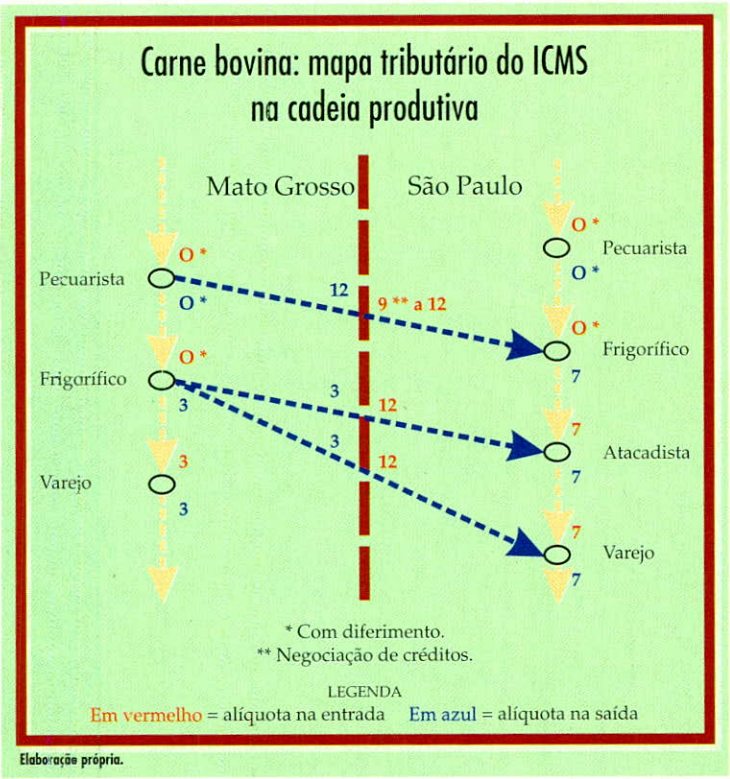
A necessidade de mudança

A divergência entre as alíquotas interestaduais de saída e entrada (Mato Grosso e São Paulo, no exemplo apresentado), e a cumulatividade de tributos federais trazem uma série de conseqüências para a cadeia produtiva, como pode ser visto no quadro. Deve-se ressaltar ainda que a diminuição da carga do ICMS sobre os alimentos essenciais pode representar mais o fim da guerra fiscal do que reduções nas receitas estaduais, já que justamente nos estados onde o ICMS da cadeia da carne bovina é importante fonte de receita governamental (pecuária bovina tem uma grande participação na geração da renda) podem estar ocorrendo renúncias da cobrança desse imposto, como mecanismo de atração de investimentos.

As diferenças de legislações tributárias podem provocar ainda um distanciamento entre a oferta e a demanda de gado, levando a distorções inter-regionais de preços que podem esvaziar as medidas fiscalistas que incentivam o isolamento dos rebanhos. No Mato Grosso, maior exportador líquido de carne bovina do país, não por acaso o *mark up* de preços, entre todas as etapas da produção pecuária, é inferior à média nacional. Conforme foi dito anteriormente, este fato deve-se em parte à política tributária, que estimula a venda de animais internamente, aumentando a oferta para uma dada demanda para abate dos frigoríficos.

Como mudar?

Para contornar todos os problemas, e diante do atual quadro político do país, é possível indicar duas alternativas. A primeira, de curto prazo, significaria a desoneração total imediata e seletiva dos produtos da cesta básica, conforme proposta defendida já há mais de cinco anos por diversos trabalhos e estudos. A segunda alternativa incorpora elementos que a tornam uma solução de longo prazo, como a reforma administrativa, a reforma política e, a mais importante, a reforma tributária. A conjunção das três possibilitaria uma revisão completa da estrutura tributária, passando pelo



Elaboração própria.

regime de competências, pela característica dos tributos e, de preferência, pela implantação da seletividade na determinação de alíquotas de impostos.

A desoneração imediata poderia ser conseguida por meio de resolução do Senado Federal aprovada por maioria absoluta, a partir de proposta formalizada pelo presidente da República ou por um terço dos senadores. A resolução não impediria a definição de benefícios unilaterais por parte dos estados, mas criaria um padrão de referência para as alíquotas interestaduais e internas do ICMS. Sobre a cadeia produtiva da carne bovina, por exemplo, é justamente a diferença entre as alíquotas internas e interestaduais a principal responsável pelas distorções provocadas, como sonegação, operações ilícitas (notas frias), isolamento de rebanhos, capacidade ociosa e outras.

A melhor alternativa seria a aprovação unânime das 27 unidades da Federação, junto ao Confaz, da desoneração completa dos produtos da cesta básica. Tal medida não teria impactos negativos relevantes sobre as arrecadações estaduais e resolveria a maioria dos problemas alocativos das cadeias produtivas de alimentos. Contudo, deve-se ressaltar que os benefícios fiscais já oferecidos, no que se refere ao ICMS, têm transferido para os outros impostos cumulativos a volúpia da sonegação e, assim, alguns dos problemas provocados pela atual estrutura tributária só poderiam ser resolvidos através de uma revisão mais profunda.

Entre as propostas de reforma tributária que circulam no país, destaca-se a sugestão de extinção do IPI, do ICMS, do PIS, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição Social do Salário-Educação e da Cofins, e a instituição de um Imposto da Federação sobre Circulação de Bens, Mercadorias e Serviços (novo ICMS), com características de imposto sobre valor agregado, partilhado entre a União e os estados, e entre estes e seus respectivos municípios na forma de fundo de participação, regulamentado pela União, arrecadado e fiscalizado pelos estados.

Um estudo da Confederação Nacional da Agricultura ponderou que a alíquota do novo tributo teria de ser maior do que a do atual ICMS e, por isso, como a cadeia produtiva paga hoje relativamente pouco desse imposto, dadas as isenções concedidas, é possível levantar a hipótese de que poderia haver uma elevação da tributação. A solução estaria na ampliação da lista de itens essenciais na direção de uma cesta básica equilibrada nutricionalmente que receberiam alíquotas diferenciadas. Além disso, analisou que a inclusão das contribuições sociais no novo imposto de valor agregado poderia prejudicar aqueles elos da cadeia que atualmente contribuem menos com esses tributos, como é o caso dos pecuaristas (pessoa física), que não estão sujeitos ao PIS e à Cofins. Outras propostas que interessam à cadeia produtiva:

- positivamente: possibilidade de dedução da CPMF de outros tributos e contribuições; desoneração das exportações e dos bens de capitais, sobre os quais deixariam de incidir as contribuições cobradas com base na receita ou no faturamento; e
- negativamente: extinção do ISS e criação do Imposto de Vendas a Varejo (IVV), que seria cumulativo nas operações de comercialização do varejo.

Independentemente do que for aprovado e transformado, uma reforma tributária que se proponha a solucionar grande parte dos problemas apresentados deve perseguir alguns objetivos fundamentais:

- revisão de bases e competências que permitam a todas as esferas do governo serem financiadas com receita própria;
- redução do número de impostos e simplificação dos procedimentos de cobrança;
- eliminação do ônus sobre os investimentos e as exportações; e
- implementação da cobrança integral de imposto sobre o consumo no local onde o produto será consumido (princípio do destino).

Notas

[1] A íntegra do estudo especial pode ser solicitada através do e-mail rcw@rcwconsultores.com.br.

[2] Sócio-diretor da RC.W Consultores.

[3] Economista pela FaCE/UFMG e mestre em economia pela Esalq/USP.

[4] Editor da AGROANALYSIS e sócio-diretor da RC.W Consultores.

Recordes de **exportação**

Superam as expectativas os embarques e a receita relativos à carne de frango brasileira

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

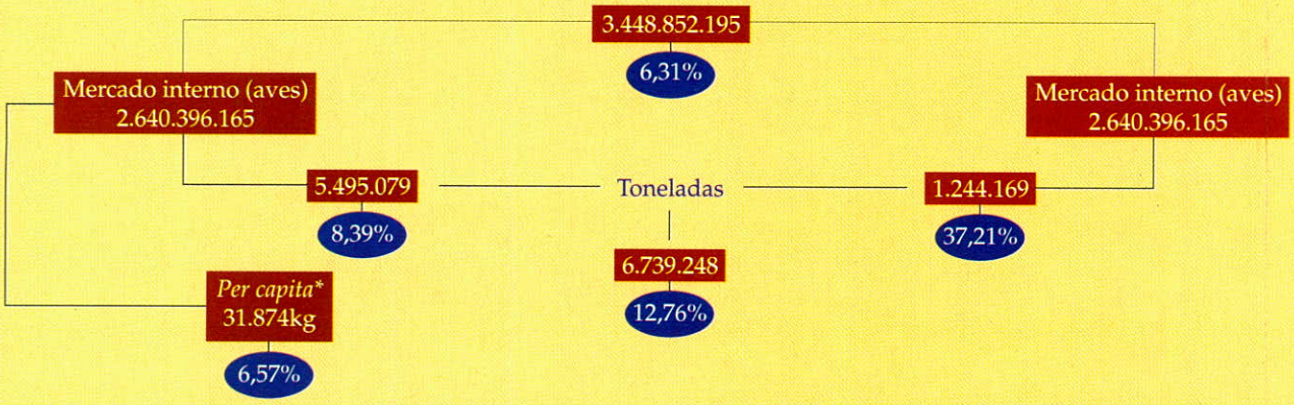
Pelas estimativas da Apinco, a produção brasileira de carne de frango em 2001 ficou próxima de 6,6 milhões de toneladas – um significativo incremento de 9,75% sobre a quantidade produzida em 2000. Pela conjuntura vigente na virada do primeiro semestre do ano passado, o resultado até surpreende, pois a produção total havia aumentado apenas 4,1% e ocorria déficit na oferta interna. Naquela oportunidade estava bem definido um movimento positivo das exportações, com variação de 44% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No segundo semestre a produção de carne de frango voltou a crescer em ritmo acelerado. Em comparação com o mesmo semestre de 2000, a expansão chegava a 15,34% – desempenho explicado basicamente através do emprego de duas medidas para suprir o menor número de matrizes em produção: o prolongamento da vida útil das reprodutoras e a adoção de um segundo ciclo de produção.

Para 2002, espera-se que o patamar de crescimento da produção de carne de frango continue estável. Isso significa aumento da produção para perto de 7,2 milhões de toneladas. A tendência a incrementos menores das exportações neste ano aumenta a evolução da disponibilidade interna e afrouxa os preços.

Produção de carne de frango, 2001

Total de aves produzidas



* O alojamento de matrizes: 1) corte em 2001 totalizou 28.597.273
2) comerciais de ovos vermelhos: 17.384.746
3) comerciais de ovos brancos: 48.218.278

O *per capita* foi estimado considerando a população brasileira de 2001 projetada em 172,4 milhões de habitantes.
Os números entre círculos indicam a variação percentual sobre o mesmo período do ano anterior.

Fonte: UBA/Abef.

Brasil: produção de carne de frango em 2001

Toneladas

Mês	Produção total	Exportação	Disponibilidade interna
Janeiro, 2001	518.559	77.025	441.534
Fevereiro	523.633	90.849	432.784
Março	498.963	106.318	392.645
Abril	498.711	99.724	398.987
Maio	523.115	110.590	412.525
Junho	533.907	105.888	428.019
Julho	549.634	96.163	453.471
Agosto	561.630	110.964	450.666
Setembro	588.130	112.112	476.018
Outubro	583.826	119.822	464.004
Novembro	587.987	108.760	479.227
Dezembro	595.865	111.072	484.793
Total 12 meses	6.563.960	1.249.287	5.314.673

Fonte: Apinco

Brasil: produção mensal de pintos de corte

Milhares de cabeças

Mês	2000 (a)	2001 (b)	(a=100)
Janeiro	274.870	284.928	103,7
Fevereiro	263.974	261.691	99,1
Março	275.431	277.397	100,7
Abril	262.238	268.988	102,6
Maio	258.742	285.044	110,2
Junho	261.702	280.711	107,3
Julho	266.979	295.846	110,8
Agosto	272.084	310.208	114,0
Setembro	268.374	296.730	110,6
Outubro	289.303	314.169	108,6
Novembro	277.405	295.265	106,4
Dezembro	283.060	302.300	106,8
Total	3.254.162	3.473.277	106,7

Fonte: Apinco.

Brasil: exportações de carne de frango

Toneladas

Mês	Inteiro	Partes
Janeiro	40.835	36.189
Fevereiro	44.177	46.672
Março	49.877	56.447
Abril	39.397	60.338
Maio	52.640	57.929
Junho	48.913	56.974
Julho	44.223	51.938
Agosto	43.127	67.836
Setembro	48.219	63.893
Outubro	54.959	64.862
Novembro	54.865	53.894
Dezembro	58.984	52.088
Total	580.216	669.060

Fonte: Secex/Abef.

Brasil: inteiros + partes de frango: 10 principais compradores, 2001

País	Mil t	%
Arábia Saudita	255,6	20,40
Japão	130,6	10,40
Hong Kong	115,2	9,20
Rússia	96,9	7,70
Alemanha	68,4	5,40
Holanda	63,9	5,10
Emirados Árabes	53	4,20
Kuwait	49,8	4,00
Reino Unido	49,6	3,90
Iêmen	39,5	3,10

Fonte: Secex.

Perfil das exportações

Os dados da Abef (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos) e da Secex mostram dois fatos interessantes a respeito das exportações brasileiras de frango, o primeiro relacionado com o nível recorde de embarques e receita e o segundo das exportações de partes terem superado as de frango inteiro pela primeira vez.

Enquanto os embarques de partes totalizaram 669 mil toneladas, correspondentes a 53,6% do total, as entregas de inteiros somavam 580,2 mil toneladas, o equivalente a 46,4% do total. A receita gerada pelas partes exportadas alcançou US$789,3 milhões, enquanto os embarques de frango inteiro atingiram US$502 milhões.

As vendas para a Europa, sobretudo de cortes e com maior valor agregado, chegaram a US$409 milhões, 118% superiores às de 2000, de US$187 milhões. O velho continente respondeu por 32% dos embarques totais, a mesma participação do Oriente Médio, que já foi o maior importador. Em volume a fatia da Europa, com 19% das compras, ficou inferior aos 36% apurados pelo Oriente Médio.

Em termos de participação no mercado mundial exportador de frango, o Brasil manteve o segundo posto, com 18%, atrás apenas dos Estados Unidos.

O comportamento dos preços no comércio internacional obedeceu a uma lógica: uma vez superada a fase crítica do abastecimento europeu, surgida com os surtos de vaca louca e aftosa, os preços das carnes em geral tendem a retornar aos patamares anteriores. Uma análise da evolução dos preços médios pagos pela carne de frango exportada pelo Brasil em 2001 mostra uma redução de valores no transcorrer do ano. O preço médio da tonelada do frango inteiro em janeiro atingiu US$884 e em maio chegou a US$909. Em outubro foi para US$805, para depois fechar o ano com ligeira recuperação, em US$831. Quanto ao frango em partes, o preço médio da tonelada em janeiro valia US$1.308, contra US$1.109 em dezembro. Seu melhor preço médio no ano foi o de julho, com US$1.370.

Não obstante o frango inteiro mostrar uma trajetória mais clara de baixa em suas cotações, para os cortes de frango é mais difícil traçar qualquer avaliação definida: o *mix* das exportações de cortes varia nos

diferentes meses, com produtos de maior ou menor valor agregado.

Negócios estimulados

Existem empresas brasileiras com larga tradição na exportação de carne de frango. Algumas atuam há mais de 25 anos no mercado internacional, tempo suficiente para adquirir experiência operacional. O desafio maior é equilibrar a necessidade constante de ampliar mercados e o risco de enfrentar momentos de preços deprimidos.

Os bons preços proporcionados pelo mercado externo em 2001 e a valorização interna do dólar estimulam as empresas a entrar no comércio internacional. É o curso normal dos negócios, ainda mais que o grau de competitividade da produção brasileira oferece ao setor condições para enfrentar em pé de igualdade até a concorrência de exportadores altamente subsidiados. Um detalhe fundamental, no entanto, é que a visão não pode ser de curto prazo.

Pela meta da Abef para 2002, a receita projetada é de US$1,4 bilhão, com embarque de 1,3 milhão de toneladas, respectivamente 12% e 6,6% superiores a 2001.

Os 10 principais importadores absorveram quantidade próxima a 925 mil toneladas em 2001, ou seja, praticamente três quartos das exportações efetuadas. No total, os embarques envolveram cerca de 90 países. Cerca de 320 mil toneladas foram distribuídas para quase 80 países (média de 4 mil toneladas por importador). Mesmo com amplo leque de consumidores atingidos, as exportações brasileiras permanecem concentradas em um número limitado de países.

Embora integrem o rol de importadores, sete países nada importaram: Canadá, Chile, República da Eslováquia, Finlândia, Peru, Turquia e Uruguai.

A relação completa é bem mais ampla e abrange mais de 60 países. Muitos deles são pouco conhecidos: Togo, Benin, Anguilla, Quirguízia ou Djibuti.

O valor médio pago pelo principal cliente brasileiro de partes, o Japão, correspondente à compra de partes mais nobres, foi de US$1,28/kg. As aquisições cubanas limitam-se a partes com menos valor agregado, de preços médios ao redor de US$0,60/kg. A diferença de preço e de produto entre as importações do Japão e de Cuba se justifica pela própria condição econômica de cada país. Apesar de Hong Kong, integrante da China, ser considerado um país economicamente desenvolvido, pagou US$0,59/kg. A explicação consiste no fato de Hong Kong redirecionar praticamente todas as suas importações para o território chinês, consumidor de produtos mais baratos.

Brasil: alojamento nacional de matrizes de corte

Milhões de cabeças

Mês	2000 (a)	2001 (b)	(a = 100)
Janeiro	2.388	2.362	98,9
Fevereiro	2.267	2.025	89,3
Março	2.321	2.285	98,4
Abril	2.116	2.316	109,5
Maio	2.528	2.372	93,8
Junho	2.123	2.284	107,6
Julho	1.965	2.473	125,9
Agosto	2.123	2.594	122,2
Setembro	2.377	2.427	102,1
Outubro	2.292	2.792	121,8
Novembro	2.545	2.618	102,9
Dezembro	2.487	2.233	89,8
Total	27.532	28.781	104,5

Fonte: UBA.

Brasil: produção de frango

Mil t

Mês	1997	1998	1999	2000	2001
Janeiro	343,3	410,7	447,0	493,1	518,5
Fevereiro	355,3	392,8	448,5	507,7	523,6
Março	346,9	371,6	426,7	497,4	499,0
Abril	344,6	371,1	436,3	493,4	498,7
Maio	367,0	390,2	457,2	495,2	523,1
Junho	367,5	405,1	464,3	488,0	533,9
Julho	371,2	405,0	476,9	480,9	549,6
Agosto	376,3	413,1	473,2	475,5	561,6
Setembro	391,3	415,3	484,0	491,2	588,1
Outubro	395,9	423,5	475,0	495,4	583,8
Novembro	408,1	427,6	468,3	517,4	587,9
Dezembro	393,5	432,3	468,6	545,4	595,9
Total	4.460,9	4.853,5	5.526,0	5.980,6	6.563,9

Fonte: Apinco.

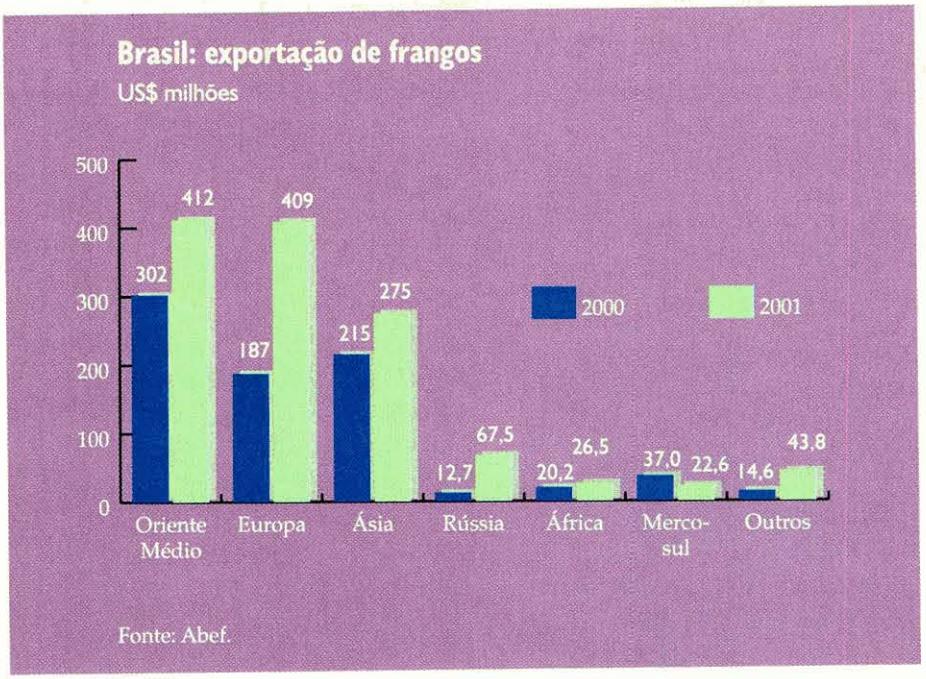
Pintos de corte

A Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco) informa que a produção nacional de pintos de corte de 2001 cresceu 6,7% em relação a 2000. Esse desempenho contraria as previsões iniciais de redução no alojamento.

Brasil: produção de pintos comerciais para postura – linhagens brancas e vermelhas

Milhares de cabeças

Mês	2000 (a)	2001 (b)	(a=100)
Janeiro	4.466	5.311	118,9
Fevereiro	3.953	4.822	122,0
Março	4.696	5.512	117,4
Abril	4.545	5.978	131,5
Maio	4.628	6.180	133,5
Junho	4.523	5.518	122,0
Julho	4.685	6.027	128,6
Agosto	4.182	6.042	144,5
Setembro	5.768	6.057	105,0
Outubro	6.053	5.444	89,9
Novembro	5.536	4.864	87,9
Dezembro	4.783	3.845	80,4
Total	57.818	65.600	113,5



Brasil: participação dos estados na produção de frangos

%

Estado	1981	2001
São Paulo	28,19	19,31
Paraná	9,87	19,47
Distrito Federal	0,75	1,60
Mato Grosso do Sul	–	1,71
Mato Grosso	–	2,73
Outros	61,19	55,18

Fonte: Apinco.

No final do 2000 e princípio de 2001, o mercado dava sinais evidentes de excesso de oferta de pintos de corte. Era premente a necessidade de reduzir as quantidades alojadas de aves. A medida chegou a ser adotada, mas durante um período muito curto. O rápido escoamento da produção para o estrangeiro trouxe um novo quadro para o agronegócio.

A partir de maio, o alojamento de pintos de corte retomou a perspectiva de aumento. O quadro não sofreu alteração durante todo o restante do ano. Para 2002, a previsão é de elevação na quantidade alojada, fortalecida pela firmeza das exportações.

Pintos de postura

Com um aumento de 22% no alojamento de matrizes de postura em 2000, a oferta interna ficou visivelmente superior à demanda. Feito o necessário ajuste ao mercado, os dados da União Brasileira de Avicultura (UBA) registraram crescimento de 10,22% no setor em 2001.

O crescimento exagerado de 2000, em relação a um mercado consumidor naturalmente mais lento, é idêntico ao observado na área de corte (1999). No setor de postura, porém, as respostas levam mais tempo, pois as possibilidades de controle da produção são mais complexas.

Por sua vez, para complicar a situação, o segmento produtor de ovos não dispõe da válvula de escape com que conta a avicultura de corte: as exportações. Em decorrência, praticamente toda a produção fica sujeita ao mercado interno, que revela visível estagnação há vários anos.

O mercado reage com preços deprimidos. Para o criador monta-se o cenário de crise. A rentabilidade entra no vermelho, as receitas não cobrem os custos de produção. Muitas granjas, algumas de larga tradição na atividade, encerram suas operações. O cenário continua ruim para 2002, diante da perspectiva de pressões nas despesas do arraçoamento, afetado por menor disponibilidade e maior preço do milho.

Matrizes de corte

A União Brasileira de Avicultura (UBA) informa que o volume alojado de matrizes de corte em 2001 registrou um crescimento de 3,85%, em comparação com os 27,5 milhões apurados em 2000. O resultado é positivo, mas ainda permanece inferior (1,83%) ao alojamento recorde de 1999, ano em que foram alojados 29,1 milhões de matrizes de corte.

Para 2002, a depender da evolução do alojamento de matrizes nos primeiros meses, de influência direta sobre a produção do segundo semestre, o mercado continuará ajustado em sua oferta e demanda. Em 2001, os números finais ficaram aquém do projetado pelo setor e revelaram que a capacidade de produção de pintos de corte é também menor que a prevista originalmente.

Em 2001, com produção de 676,2 milhões de pintos de corte e respondendo por 19,47% da produção, o estado do Paraná tornou-se o maior produtor do país no setor. A produção paulista perdeu a liderança, mas ficou apenas com 6,4 milhões de pintos a menos que o Paraná e participou com 19,31% da produção brasileira. Mas a diferença entre os dois estados tende a se ampliar: em relação aos demais estados, o Paraná continua a avançar e São Paulo a recuar



Na onda da exportação

MARCOS PERON/kino.com.br

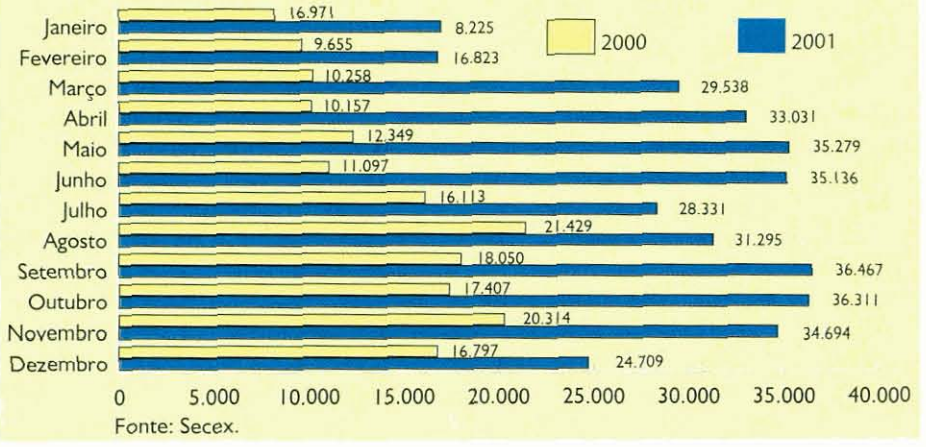
Aumenta de modo surpreendente o fornecimento de carne de porco brasileira para os mercados do mundo

Pelos dados da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), as exportações brasileiras de carne suína no ano de 2001 alcançaram US$358,6 milhões, o que representa um incremento de 108,7% sobre o ano anterior.

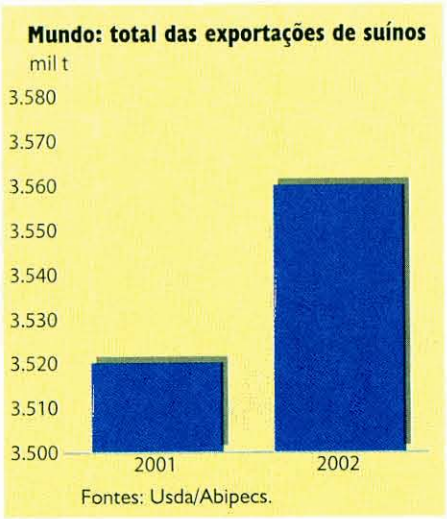
Com esse formidável desempenho, o Brasil passou a ocupar a quarta posição no *ranking* dos países exportadores de carne suína. Na linha de frente aparecem somente nações de larga tradição no comércio internacional, como Canadá, Estados Unidos e Dinamarca. No final dos anos 90 o país estava em 10° lugar,

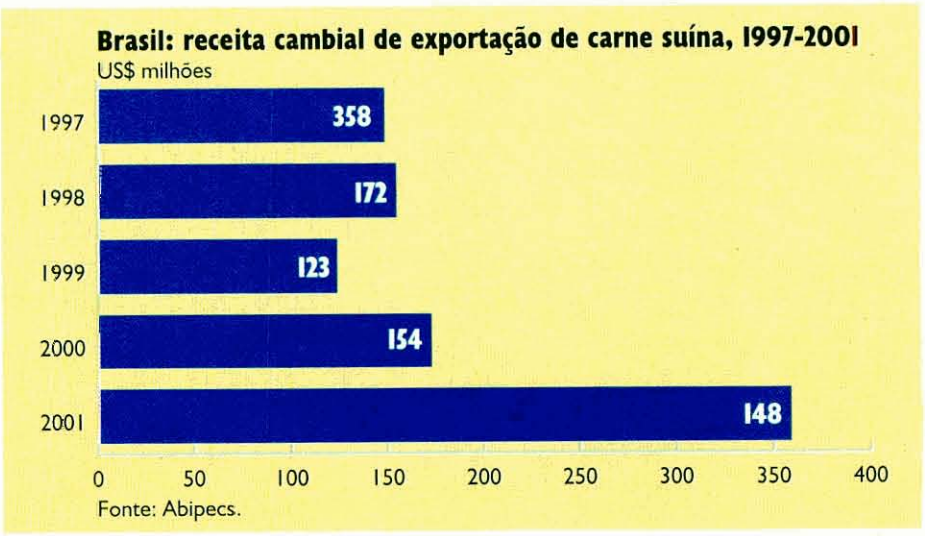
Brasil: receita cambial mensal de exportação de carne suína

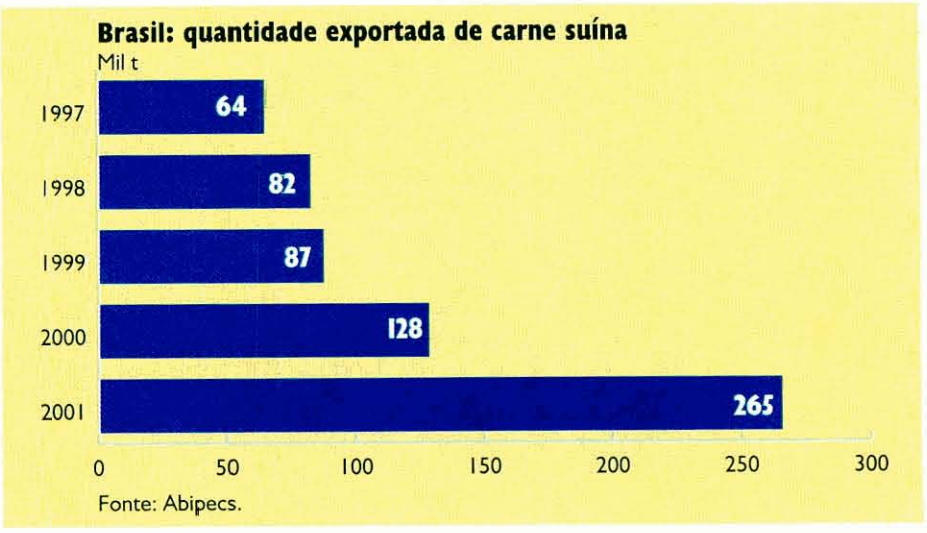
US$ milhões

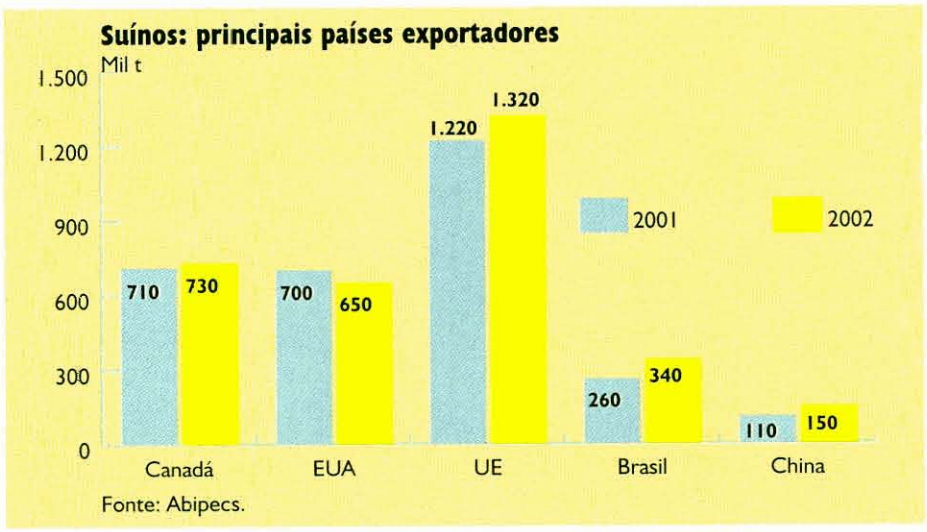


Fonte: Secex.









longe dos postos principais.

Diante da crescente ocupação do mercado russo, um dos maiores importadores do mundo, as agroindústrias nacionais, importantes fornecedores. As competitivas empresas dinamarquesas perderam suas posições para Seara, Sadia, Perdigão, Chapecó e Aurora. A Rússia foi o destino de 57% dos embarques nacionais em 2001.

Com o recorde de vendas externas, a oferta interna esteve bem ajustada à demanda, sustentando os preços internos. Nas integrações o preço do animal vivo atinge o maior valor dos últimos quatro anos. Preocupa o preço do milho, cuja oferta não será folgada como aconteceu no ano passado.

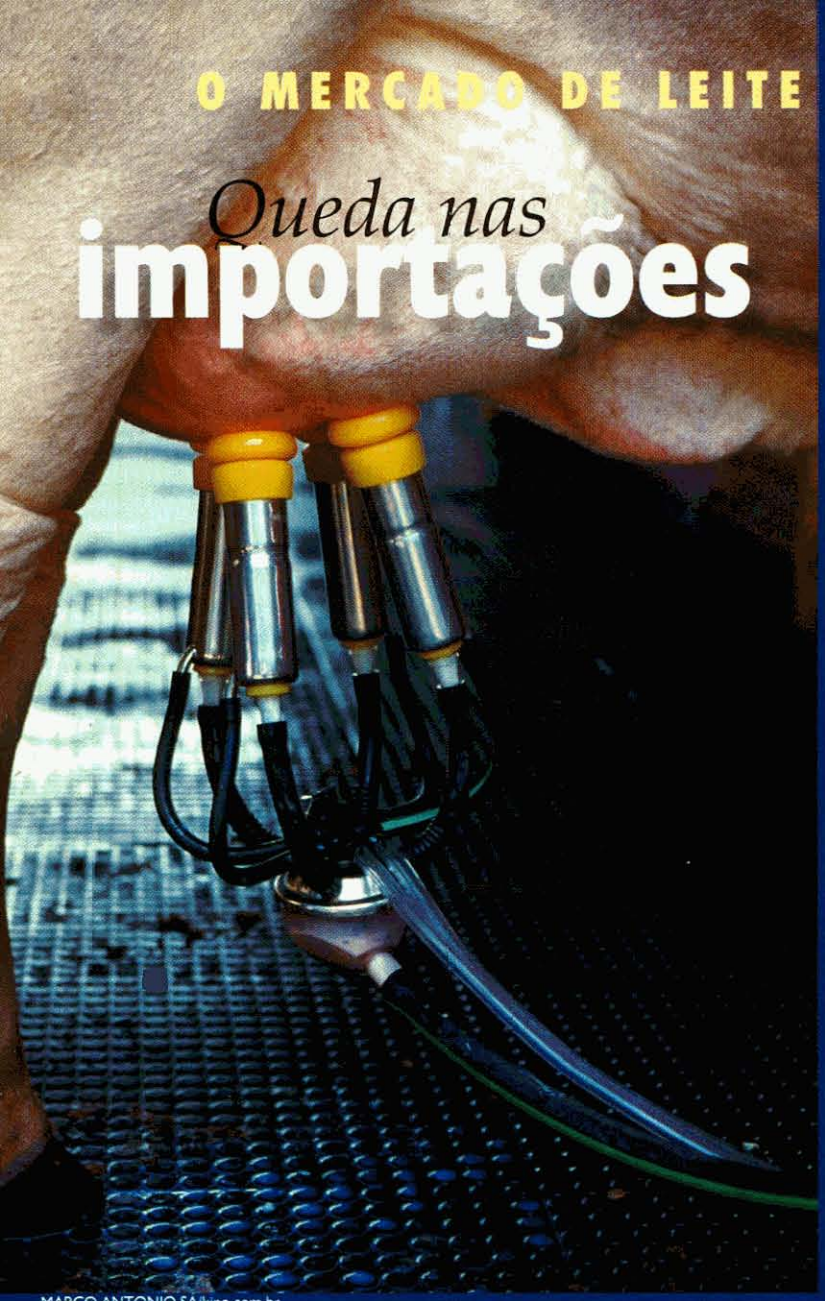
Para 2002 a tendência de crescimento das exportações continua fortalecida. Em cenário otimista, a Abipecs projeta uma exportação de 350 mil toneladas de carne e uma arrecadação de US$500 milhões.

A notícia aguardada com ansiedade pelo setor diz respeito à perspectiva de abertura do mercado da União Européia para os produtos brasileiros. Desde 1978, quando se detectaram os primeiros focos de peste suína no rebanho nacional, o comércio entre as duas regiões foi interrompido. Para abril, está prevista a visita de uma missão de veterinários da UE para inspecionar granjas produtoras e frigoríficos exportadores de suínos.

Existe uma preocupação de diminuir a concentração de entregas ao mercado russo. Em maio do ano passado, os embarques foram interrompidos em razão dos focos de aftosa no Rio Grande do Sul. Em curto espaço de tempo a medida foi suspensa, exceto para a carne gaúcha. O enredo seria outro se não tivesse havido o cancelamento. O Brasil comercializa com os russos apenas carne para industrialização e espera autorização para colocar produtos no varejo. A questão ganha contorno político porque o produto brasileiro desbanca a agroindústria local e dá margem à exigência de contrapartidas comerciais nas áreas de aviação e fertilizantes (**L.A.P.** e **R.A**).

Queda nas importações

Adversidades e oferta em excesso levam muitos produtores do setor a encerrar suas atividades: a hora é de inovar



MARCO ANTONIO SÁ/kino.com.br

A crise da bovinocultura de leite continua profunda no país. Depois de anos seguidos de problemas com importações subsidiadas ou trianguladas na Argentina para gozar dos benefícios fiscais do Mercosul, os preços desabaram ainda mais em 2001. Criadores de eficiência técnica, com manejo intensivo, donos de vacas premiadas e de embriões e animais importados, não enxergam mais oportunidade na atividade. Figuras de proa nas exposições agropecuárias e seguidores contumazes do aprimoramento genético partem para outros negócios.

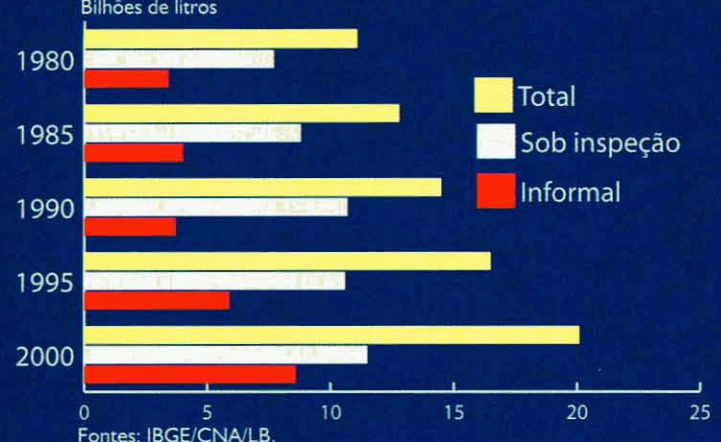
Os números da Embral (Empresa Brasileira de Leilões), a maior empresa de leilões do Sudeste , são categóricos. Nos últimos anos foram realizados 170 leilões no estado de São Paulo, quando foram comercializadas 60 mil matrizes de alta linhagem. No ano passado, a leiloeira apurou o fim da exploração em 45 granjas, com 11,7 mil fêmeas vendidas. Em 2000 a empresa realizou 30 leilões de liquidação e vendeu 15 mil vacas. Para 2002, somente no primeiro semestre, estão programados 30 leilões.

Certamente a criação sofre o impacto do contexto conjuntural. De 1994 até agora, com todo o problema de rentabilidade, a produção saltou do patamar anual de 14 bilhões de litros para mais de 21 bilhões. Diante de um consumo estagnado, a oferta crescente esfria qualquer perspectiva de aumento de preços. E há muita tecnologia disponível para proporcionar ganhos de produtividade. Não há crise de escassez, tão freqüente no passado, a curto e médio prazo.

Mesmo com tanta adversidade, os criadores investem na modernização da produção. As propriedades são dotadas de tanques refrigerados para a coleta a granel, ordenha mecânica e do melhor manejo e esquema nutricional para o rebanho. Aos poucos vai se dissipando a tradicional diferença entre a escassa oferta da entressafra, de abril a setembro, e o fornecimento abundante na safra, de outubro a março.

Indústrias como Delaval, Westfalia, Deec, Packo Plurinox, Bosio e Etscheid concorrem com outras 30 companhias no mercado de tanques de resfriamento de leite e máquinas. O número de empresas aumentou substancialmente nos últimos anos. Essa onda é promovida pelos projetos de modernização da pecuária leiteira patrocinados pelos grandes laticínios, cuja taxa da coleta a granel em pouco tempo

Brasil: produção de leite



Fontes: IBGE/CNA/LB.

Números da cadeia

- Metade do leite fiscalizado é captado por 12 empresas;
- três empresas distribuem 45% do leite;
- duas empresas detêm 50% do mercado de longa vida;
- de um universo de 1,2 milhão de retirantes, 70% extraem menos de 50 litros por dia;
- mais de 30% da população consome abaixo do nível mínimo;
- o consumo de leite fluido está estagnado;
- leite *in natura* custa 30% menos que o pasteurizado e 60% menos que o longa vida;
- queda de 21% na venda de produtos lácteos entre 2000 e 2001

Nos últimos 10 anos:

- cresce a oferta de leite cru na oferta sem inspeção sanitária, e sua participação na produção brasileira foi de 30% para 40%; em volume, aumenta 197% e chega a 8,5 bilhões de litros;
- o volume recolhido pela indústria cresceu quase 80%;
- quase 70% da recepção industrial vêm de propriedades onde se realiza o resfriamento e permitem a granelização.

Impacto do leite longa vida

- Cresce 20 vezes em relação ao volume de 1990 e chega a 3,7 bilhões de litros (um terço da oferta total inspecionada);
- aumenta o tempo de durabilidade para até seis meses;
- viabiliza bacias comerciais nas fronteiras, como em Goiás;
- altera o equilíbrio da renda na cadeia produtiva.

Brasil: produtores e produção média de leite por principais empresas

	Número de produtores			Produção média (litros/dia/produtor)		
Empresas	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Nestlé	28.920	22.512	14.142	129	163	270
Parmalat	16.052	14.302	15.550	139	148	162
Itambé	15.369	12.690	8.400	134	172	252
Elegê	34.402	34.402	32.188	48	53	65
CCL/SP	22.162	15.154	8 925	77	76	157
Batavo	10.393	7.772	7.505	72	105	100
Grupo Vigor	6.442	4.823	3.693	122	131	170
Leite Líder	6.930	8.650	8.795	64	61	64
Centroleite	3.355	3.335	4.205	123	116	114
Latícinios Morrinhos	4.250	6.677	7.292	78	63	55
Fleishmann Royal	3.000	2.640	2.335	168	192	164
Danone	1.180	995	1.420	335	330	251
Total	152.455	133.952	114.450	98	108	135

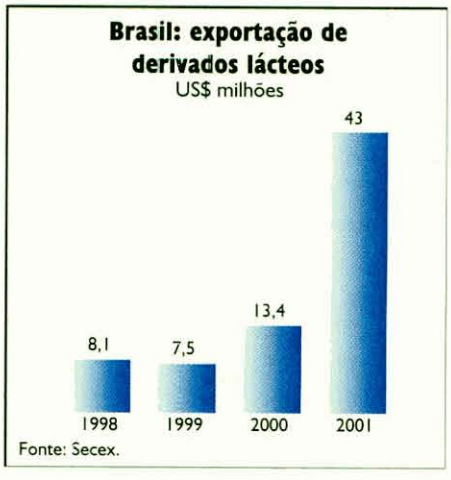
Fontes: CNA/Embrapa.

já chegou a praticamente 100%.

A cada ano se produz mais com menor quantidade de vacas. Tomando por base um período de lactação de 270 dias, a média diária de produção em litros por fêmea passou de 2,8 para 4 entre 1990 e 2000. Esse índice chega a 20 na Europa.

Em 2001 alguns fatos compensaram o agudo quadro de excesso de produção. A importação de lácteos no país despencou em face da aplicação de tarifas *antidumping*, desvalorização do real e alta de preço no exterior. A tonelada de leite em pó, que chegava a R$2 mil em 1988, passou para R$5 mil. Em 1999 empresas como Kibon, Chocolate Garoto, Lacta e Arcor importaram mais de 60% do consumo anual brasileiro de 300 mil toneladas, mas

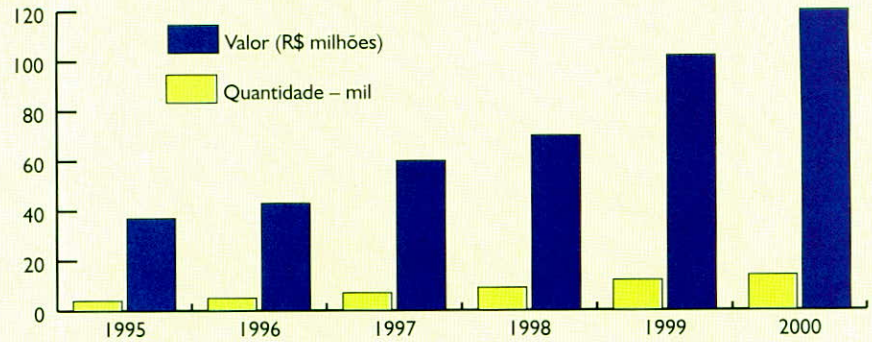






Mesmo com tanta adversidade, os criadores investem em tanques refrigerados para a coleta a granel, ordenha mecânica e melhor manejo e esquema nutricional para o rebanho.

Brasil: vendas de tanques leiteiros



Fonte: Alfa Laval.

no ano passado o volume importado não passou de um quarto desse valor.

Mudanças de ordem estrutural mobilizam toda a cadeia produtiva de leite e derivados. A introdução e o aumento de participação do leite longa vida alteraram substancialmente os contratos de entrega e pagamento entre a usina de laticínios e o criador. Viabilizaram-se bacias leiteiras em regiões de fronteira mais distante, onde a oferta de matéria-prima fica bem mais em conta. O preço chega a níveis extremamente baixos em relação a qualquer lugar do mundo. A clandestinidade é outro fator negativo, pois compromete do ponto de vista econômico todo o setor formal, de escrita organizada e profissional.

A Confederação Nacional da Agricultura sugere o repasse, das indústrias de laticínios para os criadores, do aumento obtido com a venda de leite no atacado, para minimizar o dramático quadro da pecuária de leite.

Outra via consiste em montar estratégias para alavancar as exportações nacionais. É uma reversão radical em relação à situação atual de importador. Laticínios, indústrias de alimentos, cooperativas e governo já ensaiaram alguns passos nesse sentido. Medidas pertinentes a financiamento à exportação, certificação da qualidade na origem e financiamento à estocagem de excedentes nos armazéns do setor privado podem abrir novos caminhos para o setor. Nessa direção, a exemplo do que já ocorreu em outras cadeias produtivas, o Brasil certamente figurará ao lado dos principais supridores do mercado mundial, com Argentina, Uruguai, Austrália e Nova Zelândia (**L.A.P e R.A.**).

0800 25-7788
às suas ordens.

Este é o telefone do Departamento de Circulação de Agroanalysis. Através dele você assina a revista de agronegócios mais importante do Brasil, fica sabendo como assiná-la e tira dúvidas sobre números atrasados.

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Central de assinaturas das Revistas do IBRE
Ligações do Rio: 2559-6040 • Fax: (21) 2559-6039

NIVALDO MANZANO

Que pau é esse?

Conhecimento e tecnologia lidam com dados objetivos que teriam pernas curtas sem os valores da cultura

Em 1987, estando em visita a um amigo, Aulo de Carvalho, cacauicultor de Ilhéus, Bahia, formado em direito, conhecedor do mundo e com três engenheiros agrônomos na família, dirigimo-nos um dia ao Centro de Pesquisa da Lavoura Cacaueira (Ceplac), em Itabuna, levando um saco cheio de pequenos tocos de madeira, retirados de sua fazenda. Ele havia recebido autorização do então IBDF para cortar algumas árvores e queria identificá-las. Fomos recebidos por três engenheiros florestais da instituição, numa manifestação de deferência para com "doutor Aulo", que havia sido um de seus idealizadores. Depois de examiná-los atentamente, os três, confessando-se incapazes, convocaram um velho mateiro, ali empregado nos serviços gerais, para responder: "que pau é esse?" O mateiro, depois de observar os veios da madeira, apalpar, cheirar e lamber, reconheceu cada espécie pelo nome popular. Lembrei-me, então, de Ivan Illich e de sua temática – "desescolarizar a sociedade" como condição para ela poder reencontrar-se com sua própria cultura (razão, intuição, ética e sentimento, a um só tempo).

Logo em seguida, visitei a trabalho o centro de pesquisa agropecuária dos cerrados, o mais importante centro de pesquisas da Embrapa e um dos mais importantes do mundo em agricultura tropical, onde pesquisam dezenas de especialistas em recursos naturais da região. Notei a presença, entre os funcionários, de mateiros que nunca haviam passado pela escola, e fui logo indagando o que faziam ali. Informaram-me que orientavam os pesquisadores, dizendo-lhes, por exemplo, que utilidades tem a cagaita, uma das frutas dos cerrados, ou: que pau é esse.

Racionalidade e sabedoria

Diz-se que o ser humano, como ser inteligente, acumula experiência na forma de conhecimento. Mas a cada novo estado de mudança, a cada nova transição do suposto estado de ignorância para o novo estado de conhecimento, tem-se a impressão de que os sentidos – o tato, o paladar, o olfato, a visão e a audição – regridem à condição de *analfabetos*, incapazes de reler o mundo que passou e despreparados para ler o mundo que chega. Isso ocorre também no amor.

No esforço de reintegração – situação em que se encontram tanto os engenheiros florestais quanto os mateiros – ambos os tipos de analfabetos tecnológicos, com sinais trocados, incorreriam no risco e no equívoco se dessem ouvidos às mensagens televisivas sobre a nova "era do conhecimento", recomeçando por converter tudo em novo objeto de conhecimento, dissociado da reeducação da sensibilidade, indispensável para se enxergar o contexto. O mesmo tipo de divórcio renova-se entre os próprios engenheiros florestais e as novas tecnologias, como a agricultura de precisão, que se utiliza da informática e do georreferenciamento. Assim, o campo de lavoura, antes familiar quanto a suas características físicas, químicas e biológicas, converte-se numa terra estranha, quando o agricultor, o agrônomo ou o técnico agrícola são removidos do modelo tecnológico tradicional para serem instalados no novo modelo da agricultura de precisão. Anteriormente, eles davam-se por satisfeitos em sua competência ao realizar o plane-

jamento – respeitante ao equilíbrio dos fatores químico, físico e biológico –, tomando como unidade espacial toda a área de cultivo da propriedade rural. Agora, a escala reduz-se abruptamente a algumas dezenas ou centenas de metros quadrados, em resposta à exigência de racionalidade na utilização dos insumos e aumento da produtividade. Nessa situação, parece ser necessário chamar de volta o mateiro, para que se possa enxergar o contexto, reincorporando-lhe o reconhecimento da continuidade do conhecimento que, sendo contínuo, não é uma coisa.

O risco e o equívoco estão em que o novo analfabeto tecnológico poderá vir a escutar religiosamente a palavra tranqüilizadora dos especialistas, que lhe revelam a imprescindível objetividade do saber doutoral, dissociado de qualquer contexto cultural. Quanto mais progride na aquisição do conhecimento, mais o novo analfabeto pensa ter chegado ao momento de afirmar uma decisão confiável e plena. Ocorrerá, no entanto, que, no momento preciso em que sua segurança parece mais forte, ele será colhido de novo por sua insegurança diante do desconhecido: "que pau é esse?"

Não é pelo seu *conteúdo* funcional que a ciência e a tecnologia interferem como estímulo na transformação do meio. A coleção de informações ou a acumulação de conhecimento estático não conduz a lugar algum. Uma biblioteca ou uma genoteca não contêm sabedoria alguma. A racionalidade, na qual se encontra embebido esse conteúdo, é de natureza instrumental e, como tal, presta-se a servir a um propósito que não ela mesma, ao passo que os estímulos contextuais, que não são coisas e sim valores, dos quais a racionalidade é parte, como valor, pertencem à ordem contextual dos propósitos, que são mobilizadores, na medida em que respondem pela veiculação do sentido, pela busca de um fim ou pelo significado das ações.

Não são as proposições explícitas ou as operações efetivas da ciência e da tecnologia sobre o meio que causam a mudança cultural. As abstrações não movem a realidade senão quando o ser humano se deixa mover por elas. Não foi a geometria que criou o geômetra. Nem o seqüenciador automático de genes criou o valor cultural que se enxerga na biodiversidade. É por não se dar conta disso que se converte com freqüência o problema da fome e do atraso numa petição de princípio: a *causa* da fome e do atraso é a dependência da tecnologia, e a dependência tecnológica é a *causa* da fome e do atraso. Na realidade, a fome e o atraso persistem porque se insiste em colocar a solução do problema na dependência da posse de coisas. As coisas não têm significado algum fora de contexto. Para saber o que elas significam ou para que servem, é preciso antes saber "que pau é esse?"

Assumir como valor desejado o reconhecimento do contexto, e não uma coisa – eis o desafio. O objetivo não é a coisa, mas o que se pretende fazer dela. É somente quando a ela se vincula um coeficiente de valor, conferido pela referência do contexto, que ela se converte em valor.

O DESAFIO A ENFRENTAR

Um tal equívoco ocorre também em cabeças bem intencionadas. Assim, em artigo publicado na revista *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, da Embrapa (jan.-abr. 2001), um doutor professor em economia rural subordina a solução do problema da fome e da miséria à necessidade de se superar a dependência do país em relação às tecnologias de informação, importadas, como se sabe. Denuncia, como postura conseqüente a uma estratégia deliberada de sujeição ao grande capital por parte do governo, o sistema nacional de ciência e tecnologia, que privilegiaria a pesquisa voltada para o desenvolvimento e não a pesquisa básica. Os cientistas brasileiros estariam sendo convertidos em novos operários das multinacionais, colocando sua competência a serviço do seqüenciamento de genomas, cujo resultado é propriedade dessas empresas e cuja decisão de mapeamento atende a estratégias alheias aos interesses do país. Localiza a dependência, supostamente responsável pela fome e pelo atraso, na falta de pesquisas públicas e privadas no país sobre tecnologias que permitem seqüenciar e determinar as funções dos genes. Refere-se, em especial, ao seqüenciador automático de DNA e aos *chips* de DNA, tecnologias de que o Brasil não dispõe. E conclui em tom dramático e contraditório, dizendo que "a pobreza não tem sua base na genética". Ao que parece, ele quer que "a pobreza tenha sua base" nas tecnologias de informação, tecnologias que nada significam para nós, brasileiros, antes que tenhamos sabido responder à pergunta: "que pau é esse?"

Assumir como valor desejado o reconhecimento do contexto, e não uma coisa – eis o desafio. O objetivo, repita-se, não é a coisa, mas o que se pretende fazer dela. É somente quando a ela se vincula um coeficiente de valor, conferido pela referência do contexto, que ela se converte em valor (axiológico, ou cultural, bem entendido). A compra de um automóvel realiza-se somente

depois de se saber o que se pretende fazer dele. É o que parece não ter compreendido o doutor professor, ao subordinar a reconstrução do hábitat da inteligência ao acesso a uma coisa, como se às coisas coubesse dizer ao ser humano o que deve fazer, e não ao ser humano fazer das coisas o que pretende fazer. Um engenheiro florestal, tecnicamente mais bem equipado, jamais alcançaria a sabedoria do mateiro, por força de sua atualização e independência tecnológica. Seu problema não está na falta de um relógio de pulso que lhe permita localizar-se por satélite (GPS), e sim em saber o que pretende fazer com a madeira que retira da floresta, com o auxílio do GPS. Para atribuir-lhe algum valor, cultural ou econômico, ele precisa saber antes "que pau é esse?"

Subordinar a reconstrução do hábitat da inteligência ao acesso a uma coisa é agir como se às coisas coubesse dizer ao ser humano o que deve fazer, e não ao ser humano fazer das coisas o que pretende fazer.

Inverta-se o argumento. Suponha-se que tenham desembarcado no país multinacionais, que – depois de terem convertido cientistas brasileiros em operários, além de não terem levado em conta problemas sociais e políticos brasileiros em seu projeto Genoma – estejam prontas a seqüenciar a madeira tropical. Qual é o problema de sua "dependência biotecnológica", esta sim insuperável? Não conseguir apropriar-se da cultura de quem sabe responder à indagação: "que pau é esse?"

Reconhecer o contexto

Reconstruir o hábitat da inteligência significa capacitar-se para enxergar o próprio contexto, em cuja referência está inscrito o que se pretende fazer no espaço da própria cultura. Uma vez reconhecida e explicitada a referência do contexto, que não é uma coisa, tem-se a solução. É confiar a ambos – engenheiro florestal e mateiro, apoiados estrategicamente pelo Estado – a tarefa de desenhar o autômato (*software*) com o qual se pretende seqüenciar a madeira, tarefa que pressupõe o exercício simultâneo da racionalidade, da sensibilidade e dos sentimentos. Entregar-se a esse exercício é reconhecer o próprio contexto, ou seja, saber responder à pergunta: "que pau é esse?"

Essa tarefa, de natureza cultural, não se compra nem se vende. Os imperialistas poderão levar tudo embora, assim como ocorreu com o pau-brasil; não conseguirão levar consigo o contexto brasileiro, a unidade de sua diversidade cultural, na qual se encontra embebido de modo indissociável o valor de sua biodiversidade. Em seguida, é encomendar à indústria norte-americana, japonesa ou européia do *ferro* informático o *chip* que lhe corresponde e aguardar pela entrega. Invertem-se assim os termos do problema: não há mais por que se queixar de uma suposta dependência que nos impediria de enxergar o próprio caminho. Ao cuidar de reconhecer e explicitar nosso contexto, para valorizá-lo, estaremos em condições de afirmar nossa diversidade cultural e nossa soberania, e reconhecer a dos outros, podendo oferecer uma resposta adequada a sua eventual pretensão de responder em nosso lugar "que pau é esse".

Quando Santos Dumont se pôs a projetar seu avião, importávamos aço de países do hemisfério Norte. Mas a idéia do avião não estava inscrita nos pneus, hélices, tirantes, porcas e parafusos fabricados nesses países. No vale do Silício desconhecem-se – e por isso se desvalorizam – as propriedades culturais da mandioca. Os



fabricantes norte-americanos de tecnologias de informação somente passarão a ter interesse nela quando se derem conta de que a cultura brasileira reconhece-se a si mesma no contexto que a valoriza, como bem cultural e como recurso susceptível de ser incorporado ao circuito da acumulação do capital. O valor econômico de tais tecnologias tanto para norte-americanos quanto para brasileiros, no entanto, é nenhum, antes que se tenha respondido a uma pergunta cujo alcance, desdobramentos e implicações estão embebidos na cultura e dela são indissociáveis: "que pau é esse?"

O seqüenciador automático de genes é de grande valia na busca de uma resposta enriquecedora a "que pau é esse?" A urgência de se recorrer a ele será tanto maior quanto mais a cultura souber de suas potencialidades, que o seqüenciador contribui para mostrar. Ela o sabe quando está integrada por sua própria referência, e não pela referência do seqüenciador fora de contexto, que é nenhuma. As potencialidades somente são potencialidades no contexto em que são reconhecidas, e o seqüenciador não saberá valorizá-las, pois somos nós que pressentimos seu valor no exercício cultural das equivalências, que nos leva a selecionar do ambiente isto e não aquilo, estabelecendo prioridades, orientados pela referência do contexto que, então sim, vai conferir razão de ser a uma indagação sobre "que pau é esse?"



Responder a essa pergunta é habilitar-se, *ipso facto*, a construir o autômato que lhe corresponde, para poder manipular geneticamente a madeira; e é mediante o mesmo processo, exercitado no hábitat da inteligência em estado puro, que se concebem e se desenvolvem todos os autômatos, incluídos aqueles de que se serve a indústria do *ferro* informático para fazer o *chip*. O *chip*, antes de se materializar em *chip*, nasce na cabeça, e esta, para tornar manipulável a nova abstração, converte-a num autômato, do qual se fará um *software*, que torne possível geri-la segundo os propósitos que se têm em mente. Tudo remete, pois, à inteligência, e não é a inteligência que se fará inteligente mediante a incrustação de *chips* na cabeça, supostamente capazes, na variação dos contextos, de atribuir importância contextual a indagações sobre "que pau é esse?"

E assim como os engenheiros metalúrgicos confiam a execução de seus projetos à forjaria, deixe-se para a forja do vale do Silício a modelagem, fundição e usinagem das peças. Cá de nosso lado, cuidemos de valorizar a inteligência, projetando peças, ou seja, mapeando os processos culturais nacionais (econômicos, sociais, energéticos, biológicos), uma tarefa de que somente nós somos capazes, na condição de sujeitos e objetos de nosso próprio desafio cultural, a partir de cujo reconhecimento será possível exponenciar nossas potencialidades. De acréscimo, estaríamos contribuindo para estender a geração de emprego e renda assim criados até as forjarias estadunidenses, locais onde, por definição, se fabricam coisas, mas não inteligência da realidade brasileira. As coisas, que interessam ao doutor professor, nada sabem, antes que a inteligência, por definição contextual, saiba responder à indagação: "que pau é esse?"

Nivaldo Manzano é jornalista, autor do livro (no prelo) *História do mateiro que ensinou três engenheiros florestais a reconhecer que pau é esse.*

Efeitos da diferença

A análise dos spreads *no álcool indica o caminho para uma operação mais segura no mercado de futuros*

CARLOS ALBERTO WIDONSCK E PAULO MARQUES DE FIGUEIREDO NETO

O Brasil é o país mais competitivo na produção de álcool e o único que possui um mercado futuro comercializando o produto, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Obtido a partir de várias matérias-primas – cana, milho, sorgo, uva –, no Brasil ele é obtido basicamente da cana-de-açúcar.

A região Centro-Sul, principal produtora de cana, também é responsável pela maior parte da oferta de álcool no mercado brasileiro. Os números da produção de álcool anidro e hidratado podem ser visualizados nos gráficos 1 e 2.

Na BM&F, o álcool comercializado é o anidro, usado na mistura com a gasolina sob a forma de aditivo. Esse mercado vem aumentando sua liquidez desde o início das operações em 31 de março de 2000, o que pode ser observado à medida que o número de contratos negociados e/ou abertos aumenta – um bom indicador para o mercado, pois sinaliza que os *players* estão procurando formas mais eficientes de comercializar sua produção com o menor risco possível de preço. Para se ter idéia da importância desse produto, no ano 2001 foi negociado o equivalente a 30% da produção nacional.

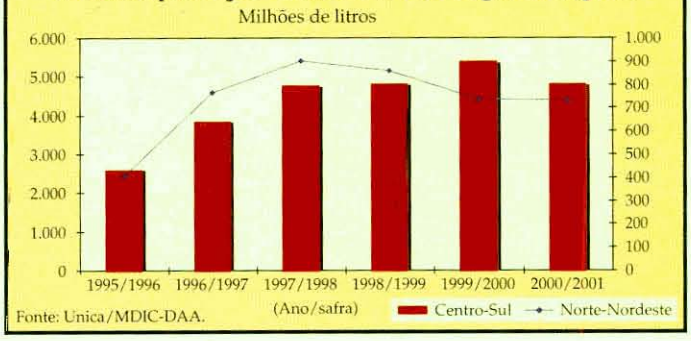
Projeções de preços

A safra de cana-de-açúcar de 2002/03 deve chegar com um aumento considerável na quantidade produzida. Contribuíram o clima favorável durante o ciclo de crescimento da cultura e o aumento da área plantada com cana nas regiões produtoras. Estimativas preliminares esperam que a safra de cana atinja algo próximo de 330 milhões de toneladas, o que certamente se refletirá nos preços das commodities derivadas de sua produção.

A decisão do que produzir entre o álcool e o açúcar é tomada de acordo com os preços relativos de ambos os produtos nos mercados interno e externo. O produtor que possui a unidade produtora capacitada para produção tanto de um como de outro escolhe o que melhor remunerar seu investimento.

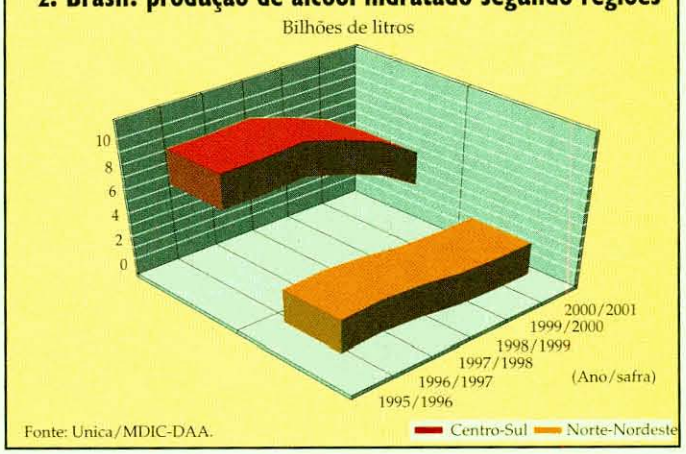
Outro fator que pode influenciar a demanda do álcool aditivo é a percentagem de álcool misturada à gasolina. O valor é determinado pelo governo federal e recentemente foi elevado para 24%. No entanto,

1. Brasil: produção de álcool anidro segundo regiões



Fonte: Unica/MDIC-DAA.

2. Brasil: produção de álcool hidratado segundo regiões



Fonte: Unica/MDIC-DAA.

alguns analistas dizem que poderá subir a 26%, dependendo dos estudos da indústria automobilística e da aprovação por parte do Congresso Nacional. Essa medida retiraria do mercado algo em torno de 800 milhões de litros. O gráfico 3 mostra a evolução da mistura com a gasolina.

Acredita-se que a produção de álcool passe de 11,6 bilhões de litros, da safra 2001/02, para cerca de 13 bilhões de litros na safra 2002/03. A efetivação desse cenário depende das variáveis expostas.

I. BM&F: demonstrativo da operação

Vencimento	11 dez. 2001	18 jan. 2002
Ago. 2002	Vende 499,00	Compra 390,00
Out. 2002	Compra 488,00	Vende 393,00

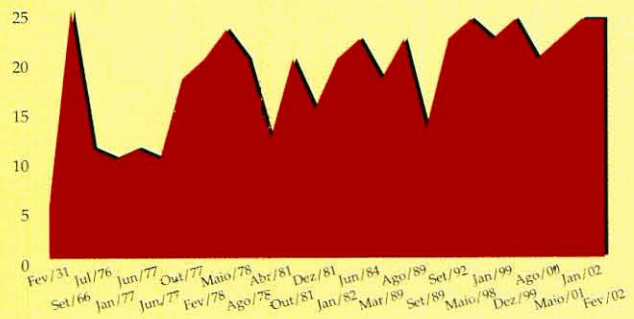
Fonte: BM&F

Análise dos spreads

A operação de *spread* consiste na compra e venda simultâneas do mesmo contrato com vencimentos diferentes, objetivando ganhos com a diferença das cotações. Esse tipo de operação requer atenção à diferença de preços entre os vencimentos e não à direção que eles possam eventualmente seguir.

3. Evolução da adição de álcool anidro na gasolina

(Em %)



Fonte: Portarias CNP/ANP.

Um indicador interessante é o histórico da diferença dos vencimentos, bem como seu ponto de resistência – o qual limita as altas –, e seu ponto de suporte, que limita as quedas. Estando atento ao histórico e ao ponto de resistência, o operador terá segurança para operar um valor determinado.

Alguns fatores ajudam a entender o movimento dos *spreads*: pontos de suporte, variações nos estoques, produção, safra, entressafra, carregamento dos estoques e consumo. No entanto é necessário verificar em que tipo de mercado a commodity está inserida. Os mercados possíveis são:

- *cash and carry*: situação mais comum de mercado, na qual se verificam os preços futuros sendo vendidos com um prêmio em relação aos atuais;
- invertido: os preços futuros são vendidos com um desconto em relação ao atual, o que pode ser atribuído à escassez do produto no mercado à vista ou ao fato de se trabalhar com uma expectativa de safra elevada no futuro;
- *flat* ou inalterado: situação pouco observada e caracterizada pelo fato de todos os meses terem aproximadamente o mesmo valor.

No gráfico 4 demonstra-se o valor das cotações para os vencimentos de maio, agosto e outubro de 2002. A partir desse valor é possível realizar análises referentes ao *spread* e ao mercado.

A elevação da safra 2002/03, estimada em 16%, derrubou as cotações futuras do álcool nos meses que compreendem a safra; por isso, as cotações com vencimento a partir de maio até outubro possuem valores inferiores aos demais.

4. Cotação do álcool para os vencimentos maio, ago. e out. 2002

(Em litros)

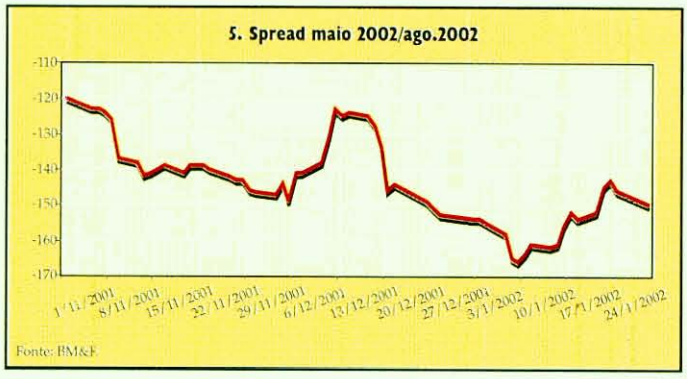


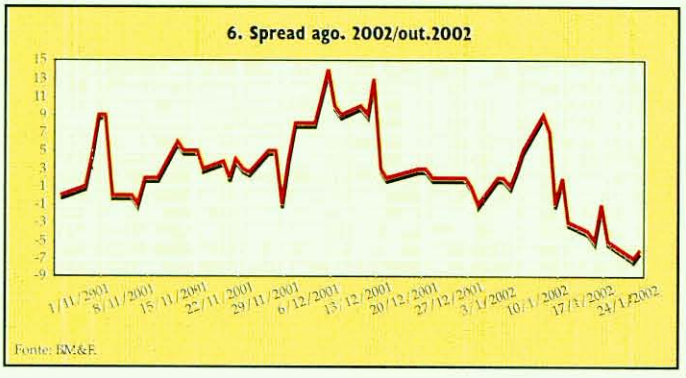
Fonte: BM&F.

BM&F: resultado da operação

Vencimento	Preço		Resultado final
Agosto	V499,00 C390,00	R$109,00/m³	R$14,00/m³
Outubro	V488,00 C393,00	R$-95,00/m³	

Fonte: BM&F.





As cotações para os vencimentos agosto 2002 e outubro 2002 têm valor inferior em relação às cotações maio 2002. A ausência de prêmio do vencimento mais distante para o mais próximo é explicada pelo fato de que o mercado trabalha com uma expectativa de elevação da safra de cana e porque o mês de maio ainda é início de safra, enquanto os outros já estão no meio da safra. A queda foi ocasionada principalmente pela expectativa de maior oferta de cana-de-açúcar no mercado, o que elevou a produção de álcool.

O *spread* entre os vencimentos da BM&F maio 2002 e agosto 2002 sinaliza uma queda de preços de 26,4%, causada pelo início de safra na região Centro-Sul. Nessa época, a cana disponível para a moagem é pouca, ofertando pequena quantidade de álcool no mercado. Já em agosto a região encontra-se em plena safra e a maior oferta de álcool no mercado derruba as cotações. Acredita-se que o aumento da produção de cana se refletirá no mercado através de um aumento de aproximadamente 1,4 bilhão de litros do combustível.

Caso uma usina tenha estoque de álcool anidro, seria interessante vendê-lo no físico e repor esse álcool comprando contratos futuros para agosto 2002 na BM&F, o que aumentaria seu capital de giro sem comprometer os estoques.

Já no que se refere ao *spread* entre os vencimentos agosto-outubro, o vencimento outubro, desde o final do ano passado, estava abaixo do vencimento agosto – ou seja, o mercado estava trabalhando invertido. Desta análise se pode concluir que uma operação interessante no mercado futuro seria comprar o vencimento outubro e vender o vencimento agosto.

A operação passo a passo

Em 11 de dezembro de 2001 as cotações do mercado futuro de álcool anidro na BM&F eram de R$499,00/m³ para agosto 2002 e R$488,00/m³ para o vencimento outubro 2002.

Uma usina ou um arbitrador, percebendo tal fato, não hesitaria em comprar o vencimento outubro e vender o vencimento agosto. Ambos tiveram a mesma percepção, ou seja, a conjuntura do mercado não permitiria o carregamento dos estoques.

No dia 18 de janeiro de 2002, as cotações futuras eram de R$390,00/m³ para agosto e de R$393,00/m³ para o vencimento outubro 2002. Nesse dia a operação já poderia ser revertida. A tabela 1 mostra a operação. O resultado está na tabela 2. No gráfico 6 nota-se como se comportam os *spreads* desses dois vencimentos no período analisado.

Pode-se efetuar a operação de compra e venda de um determinado vencimento sem trabalhar com o *spread*, mas esse tipo de estratégia acentua o risco. Trabalhando-se com o *spread*, o risco embutido na operação é o valor do próprio *spread*.

Carlos Alberto Widonsck *é consultor da Diretoria de Mercados Agrícolas da BM&F. E-mail: cawidosnck@bmf.com.br*

Paulo Marques de Figueiredo Neto *é estagiário da Diretoria de Mercados Agrícolas da BM&F. E-mail: pmfneto@aol.com*

Logística da *comercialização*

Negociações comerciais bem-sucedidas supõem prévia organização dos setores e suas cadeias

MAURO DE REZENDE LOPES

É comum ouvir em reuniões setoriais do agronegócio a frase "o setor está em crise". Para enfrentar crises é necessário organizar os produtores, empresários, empresas, cooperativas e os agronegócios *como um todo, não para produzir mais* e melhor, mas para comercializar melhor, posicionar o setor como um todo no mercado e, com isso, elevar o padrão de barganha nos preços, sem contudo antagonizar os compradores e clientes.

No mundo atual, se um país isolado não tem a menor chance no mercado internacional, marcado por blocos regionais e intensas negociações internacionais, muito menos chances terão os setores, empresas, indivíduos e cooperativas se estiverem isolados. O isolamento não é local, pois em um mundo com *global sourcing* pouco importa onde você fisicamente está. O que importa é quem são seus parceiros, que somam competências.

Há setores em crise, como o setor leiteiro. Entretanto, a superação dessas crises pressupõe ações coletivas. No passado, organizar o setor agrícola era montar uma ação coletiva para exercício do *lobbying* no Congresso.[1]

No mundo atual, a organização do setor não é propriamente aquela de ação coletiva no modelo clássico do *lobbying* montado com o propósito de conseguir renda do governo, pois os governos estão virtualmente quebrados, com uma enorme dívida social a ser saldada. Hoje a supe-

ração de uma crise exige um outro tipo de ação coletiva, que é organizar o setor. O que é organizar o setor? É, simplesmente, colocar em torno de uma mesa as pessoas que detêm as decisões estratégicas do setor ou das cadeias de um agronegócio específico, com a finalidade de identificar as perguntas mais importantes a serem formuladas e respondidas; quais as ações a implementar e como será distribuído o trabalho de implementar tais ações (quem faz o quê, como e quando).

Cada um por si

Na Califórnia (EUA), no final dos anos 70, havia uma profunda crise de preços no setor da fruticultura irrigada. A solução encontrada, depois de muitos anos de perdas, baixos preços e baixas rendas, foi colocar os que detinham as decisões estratégicas da cadeia da fruticultura irrigada em torno de uma mesa e iniciar um processo de organização da cadeia do tipo *shopping center*.

Essa idéia do *shopping center* é interessante e, em parte, explica como os produtores se organizaram e como os empresários se organizam para proteger o setor, prevalecendo a competição entre eles. Faz-se parceria em estreita colaboração e apoio mútuo, mas se mantém a competição individual. No Natal, todas as lojas do *shopping center* se cotizam para trazer para o local o maior número possível de compradores. Mas dentro do *shopping*, cada um briga por seus clientes, defendendo seus produtos. Como isso tem feito falta no agronegócio brasileiro!

A idéia do shopping center *é interessante e em parte explica como os produtores se organizaram e como os empresários se organizam para proteger o setor, prevalecendo a competição entre eles. Faz-se parceria em estreita colaboração e apoio mútuo, mas se mantém a competição individual.*

Um ponto crítico da organização no setor é saber quais as perguntas-chave a serem formuladas e respondidas, pois se o setor não sabe quais são essas perguntas, não há muito que se fazer por ele – está num estado de desagregação tão grande que não será capaz de esboçar um esforço para identificar onde está cada um de seus membros, onde deverão ir e como chegar o mais rápido possível. Essas perguntas caracterizam a estratégia mais simples possível.

Um exemplo de pergunta bem formulada para abrir a discussão em uma organização de cadeias: como aumentar o valor adicionado e as margens de rentabilidade da cadeia/setor X, enfrentando os problemas de competitividade de outras cadeias/setores nacionais, através de: a) eleição de indicadores de desempenho físico e financeiro satisfatórios; b) solução dos principais pontos de estrangulamento do agronegócio X no estado Y; c) manutenção de um sistema equilibrado de desempenho em várias áreas estratégicas, tais como pessoal, satisfação do cliente?

Outras perguntas importantes: quais os níveis atuais e potenciais que podem ser alcançados em termos de resultados da cadeia X, após a instituição de um sistema equilibrado de desempenho dos indicadores? Quais as principais medidas a serem implementadas pelos principais atores na cadeia X, para que ela possa atingir elevados níveis de competitividade e eficiência econômica?

Essas são perguntas de um setor que se reuniu e decidiu se organizar em torno dessas questões. Sem identificar essas questões, é impossível ajudar um setor. São simples, mas nem todos entendem a importância da formulação das perguntas-chave para iniciar qualquer trabalho de visão estratégica. Sem essa direção, começando pela crise, é pouco provável que se chegue a algum lugar. Muito freqüentemente as reuniões começam por pontos da crise. Sem rumo não se vai a lugar algum.

Dirigentes alinhados

É conveniente ter sempre a visão das pessoas que detêm as decisões estratégicas das cadeias e setores, alinhar essas pessoas, ter uma boa avaliação de pontos fortes e pontos fracos e, sobretudo, ter uma visão clara de para onde queremos ir.

A experiência tem mostrado que não é tão importante, nesse processo de organização, identificar soluções técnicas sofisticadas para organizar a cadeia. É preciso identificar as perguntas mais importantes e buscar a solução para os problemas através dos próprios agentes que detêm as decisões estratégicas da cadeia.

Através de seus dirigentes mais inovadores, o setor saberá exatamente o que tem que ser feito: como, onde e quando. Tudo o que se pode fazer, como mostra a experiência, é utilizar uma metodologia que faça com que essas soluções apareçam e sejam discutidas e adotadas consensualmente. O setor se organizará e se unirá se as perguntas e as principais questões forem bem identificadas e distribuídas ações específicas, formatadas para que sejam implementadas em conjunto por grupos de atores dos setores e das cadeias.

A experiência tem mostrado que todas as tentativas feitas de impor soluções técnicas sofisticadas fracassam no primeiro protesto da realidade, em que as coisas não se passam como o idealizado. É preciso usar o conhecimento próprio do setor, pois essa experiência é insubstituível e não se encontra em livro nenhum. Muito menos em teorias alienígenas, desvinculadas da realidade brasileira.

Naturalmente, é necessário um posicionamento em rela-

ção ao mercado. Nesse ponto, é preciso haver o concurso de competências na área de posicionamento mercadológico. Assim procedendo, os envolvidos no processo de organização do setor atrairão mais facilmente participantes para esse processo.

Como diz Ignez Vidigal Lopes, "é preciso ter as oportunidades de mercado devidamente estruturadas, tornadas alcançáveis e tangíveis, gerando resultados concretos. Esse é o ponto de partida de organização de uma cadeia. Isto porque o posicionamento estratégico de mercado é hoje um dos pontos mais importantes para um setor sair de uma crise. É claro que essas soluções não são milagreiras, descobertas por um grupo de técnicos. Devem ser, sobretudo, um esforço de reflexão coletiva para buscar soluções consensuais, com a adesão das pessoas".

Nesse momento, um perigo muito grave ameaça a ação coletiva que pretenda organizar uma cadeia: trata-se da presença do *carona*, o empresário, dirigente cooperativista ou produtor que participa de uma ação coletiva apenas na hora da repartição dos benefícios, mas dela não participa em termos de divisão de responsabilidades e custos.

Essa era a maior ameaça à ação coletiva na modalidade clássica dos *lobbies* identificados por Mancur Olson há muitos anos; e continua a ameaçar a organização econômica das cadeias na nova modalidade.

Assim, se houver a identificação das questões mais delicadas e um consenso de que aquelas estão hierarquizadas em termos de prioridade, vai ser fácil, ou menos difícil, conduzir o processo. Não há esforço técnico nem de especialista em gestão empresarial que possa substituir o trabalho dos que detêm os conhecimentos e as decisões estratégicas da cadeia. As soluções sempre serão tanto mais apropriadas e melhores quanto maior a colaboração de todos os envolvidos.

Propósitos e visão

Identificando-se as questões críticas e havendo honestidade de propósitos, desprendimento e descortino, as soluções fluirão mais naturalmente. Não é necessário pagar um preço muito alto em termos de sacrifícios e reiteradas crises de rentabilidade e preços para organizar o setor. Basta apenas uma crise para as pessoas compreenderem que têm que colaborar entre si.

Se uma cadeia demorar a se organizar é bem provável a hipótese de que haja muitos atores da cadeia ganhando muito, apostando na desorganização do setor, procurando nas reuniões não promover a organização, mas tirar mais tarde partido de informações privilegiadas. Esse procedimento é uma forma de furar qualquer organização de cadeia com conseqüências obviamente desastrosas para o setor como um todo.

Há ferramentas apropriadas para fazer despertar o interesse de todos, principalmente se todos são ouvidos acerca



de suas expectativas em relação ao que ocorrerá com a cadeia depois de organizada. Uma meta atrai compromissos. É possível apoiar as soluções que os empresários, dirigentes cooperativistas e gestores do agronegócio acreditam que poderão dar certo. Outras soluções não mereceriam séria consideração.

Após a globalização, a abertura comercial e a desregulamentação das tarifas brasileiras, instalou-se no Brasil um regime altamente competitivo com produtos importados que levou à fragmentação de cadeias.

Um exemplo muito claro foi a importação de leite em pó, que desorganizou toda a cadeia da pecuária leiteira do Brasil. Houve uma grande oportunidade para organizar as cadeias. As razões pelas quais isso não foi feito são desconhecidas.

Agora se avizinha uma nova era, com integração no bloco regional da Alca e o prosseguimento das negociações comerciais no mundo. De novo é possível entender a Alca como uma ameaça ou como uma oportunidade de organizar as cadeias do agronegócio, dos produtores e das cooperativas no Brasil.

Nota

[1] Para a história da agricultura política no mundo, ver Lopes, Mauro de Rezende. *Agricultura política. A história dos grupos de interesse na agricultura*. Brasília: Embrapa/SPI, 1996. O capítulo 22 merece leitura atenta, pois trata dos grupos de pressão e ação coletiva. Está baseado no trabalho seminal de Mancur Olson, pai da idéia da ação coletiva, que usou muitos exemplos do interesse agrícola organizado.

E-mail: mrlopes@fgv.br

A agricultura familiar tem pressa

A pesquisa agropecuária disponibiliza a tecnologia necessária ao desenvolvimento das pequenas comunidades rurais

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

A chamada agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade que diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra.

O segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades: 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes mais de 4 mil têm menos de 20 mil habitantes. Esses produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda desse segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por conseqüência nas grandes metrópoles.

Essa inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte e energia. Esse último conjunto de fatores normalmente tem sido a principal limitante do desenvolvimento. Embora haja um esforço importante do governo federal com programas como o Pronaf, programas estaduais de assistência técnica e associativismo há um imenso desafio a vencer.

A tecnologia disponível, quando bem usada, tem se mostrado adequada e viável. Isso acontece porque há um grande esforço da pesquisa voltado para o setor. A tecnologia é neutra e não discrimina classes de produtores quanto à área do estabelecimento. A maioria das tecnologias desenvolvidas visa aumentar a produtividade da terra e algumas, como máquinas e equipamentos adaptados aos pequenos produtores, têm como objetivo eliminar a ociosidade da terra ou aumentar a produtividade do trabalho. O desafio maior da agricultura familiar é adaptar e organizar seu sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis.

Analisando as variáveis tecnológicas e político-institucionais, há dois fatores fundamentais para o

desenvolvimento da agricultura familiar: a) a massificação de informação organizada e adequada, usando os modernos meios de comunicação de massa (TV, rádio e internet); e b) a melhoria da capacidade organizacional dos produtores com o objetivo de ganhar escala, buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra como, por exemplo, o turismo rural.

O desafio é maior se for considerada a diversidade de situações. Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município. No Norte há dificuldades de comercialização pela distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção. No Nordeste são minifúndios inviáveis economicamente. No Sudeste é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores. No Sul é a concorrência externa de produtos do Mercosul.

Olhando o futuro há dois aspectos. Um otimista e um que, não sendo pessimista, é desafiante. É otimista verificar que há vários modelos de sucesso no esforço de desenvolvimento, quando os obstáculos são eliminados. Mais que isso, é verificar que as experiências de sucesso têm pressupostos comuns: organização de produtores, qualificação de mão-de-obra, crédito, produtos com valor agregado e emprego de tecnologias adequadas desenvolvidas pela pesquisa agropecuária.

Os exemplos são inúmeros. No Norte destacam-se a exploração econômica do palmito de pupunha e de frutas típicas da região, a utilização de plantas nativas como a pimenta longa para produzir safrol ou a produção de sementes de dendê, livre de doenças, para exportação. No Nordeste, o controle da produção, processamento e comercialização por parte dos pequenos produtores, com a utilização de uma miniusina de descaroçar e enfardar algodão, aumentou substancialmente a renda das famílias de um município da Paraíba. Pequenas fábricas de processamento da castanha de caju, paralelamente ao treinamento de mão-de-obra, permitiram que pequenos agricultores comercializassem sua produção no mercado externo. São 120 unidades em cinco estados com capacidade anual de processar 20 mil toneladas de castanha. No setor de agricultura irrigada, o pequeno agricultor tem tido participação ativa na fruticultura, que apresenta boa rentabilidade além de sinalizar um processo de desconcentração de renda na economia regional.

No Sudeste e Sul é cada vez mais perceptível a transformação de pequenas comunidades rurais em unidades de processamento de frutas, legumes, laticínios e agricultura orgânica. Hoje, nas prateleiras dos supermercados podemos encontrar uma diversidade de produtos oriundos dessas comunidades, com marca própria e registro nos órgãos oficiais de defesa sanitária. São várias associações que estão procurando padronizar o sabor de nossa cachaça para atender ao mercado externo, que tem-se mostrado ávido pela bebida. No turismo rural, outra alternativa de renda para os pequenos produtores são trilhas, pousadas, pequenos hotéis que oferecem aos turistas urbanos comidas típicas, a experiência de vida na zona rural, passeios ecológicos etc.

No Nordeste, a utilização por pequenos produtores de uma miniusina de descaroçar e enfardar algodão aumentou substancialmente a renda das famílias de um município da Paraíba.

Em todos esses casos a pesquisa agropecuária esteve presente. Fornecendo novas variedades e cultivares mais produtivos e resistentes a doenças, disponibilizando novos processos de transformação do produto agrícola, contribuindo para qualificação da mão-de-obra para o uso das novas tecnologias e discutindo com os produtores quais as tecnologias, processos e serviços que a pesquisa agropecuária precisa desenvolver para a agricultura familiar.

O aspecto desafiante é fazer tudo isto em uma velocidade compatível com o processo de transformação que ocorre no Brasil e no mundo caracterizado por um mercado globalizado, aberto e competitivo. De nada adianta uma excelente solução quando o problema já não existe. A agricultura familiar tem pressa. Atender à demanda dessa importante parcela da população brasileira é um desafio gratificante e fundamental para uma sociedade mais justa e harmoniosa. Por isso ela é uma das nossas preocupações e está expressa como uma das principais diretrizes do Plano Diretor da Embrapa.

Alberto Duque Portugal *é diretor presidente da Embrapa.*

Agricultura interdisciplinar

As organizações de representação do setor evoluem com as mudanças na economia e na agricultura

RODOLFO OSÓRIO DE OLIVEIRA

Nas décadas de 60 e 70 houve uma forte transformação da agricultura brasileira, por meio da modernização da produção agropecuária. Essa reestruturação da atividade produtiva baseou-se em dois elementos: aplicação intensiva de insumos e melhoramento genético. Os avanços nessas duas áreas permitiram o aumento da produção por meio de ganhos de produtividade: entre as décadas de 50 e 90, praticamente 90% do aumento de produção de cereais foram resultado do incremento de produtividade.

No Brasil, a partir da instalação do governo militar em 1964, iniciou-se uma fase de mudanças na economia brasileira, com ênfase na aceleração da industrialização e modernização dos setores produtivos. O impacto dos programas e políticas governamentais sobre a agricultura foi inegável.

A segunda metade da década de 70 marcou o início da modernização da agricultura brasileira. Embora políticas de incentivo à modernização já fossem adotadas desde os anos 50, eram políticas de caráter setorial, como a criação do Instituto Brasileiro do Café e do Instituto do Açúcar e do Álcool. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, deslocou o eixo das políticas setoriais (por produto) para uma política geral de apoio à agricultura.

O período compreendido entre o fim da década de 60 e a segunda metade da de 70 é caracterizado pelo generoso volume de recursos concedido por meio dos bancos públicos, que, em 1975, chegaram a representar 1,7 vez o PIB agrícola. Foi o auge da concessão de crédito e taxas de juros subsidiadas.

A combinação da política de crédito rural com a política de preços mínimos, reformulada na década de 60, permitiu a expansão da produção e a consolidação da produção de grãos, baseada principalmente na incorporação de novas áreas.

O começo da década de 70 marcou o início da formação das cadeias agroindustriais no Brasil. Esse processo apresentou uma tendência de verticalização e setorialização da atividade produtiva, com modificação das relações entre produtores e indústrias. Entre os fatores que o desencadearam podem-se destacar a política de substituição de importações, por meio da adoção de um câmbio favorável às exportações, e a própria modernização da atividade produtiva, que passou a demandar cada vez mais insumos modernos e máquinas, favorecendo a montagem de um sistema industrial nacional para atender essa nova demanda. Entre 1960 e 1980, o consumo de nitrogênio, fósforo e potássio, principais elementos constituintes de fertilizantes, aumentou 1.300%. O Segundo



FABIO COLOMBINI/kino.com.br



RICARDO CAVALCANTI/kino.com.br

Plano Nacional de Desenvolvimento, concebido no governo Geisel (1974-78), com vultosos investimentos no setor energético (Proálcool, Hidrelétrica de Itaipu, prospecção de petróleo), também deu grande sustentação à montagem da estrutura industrial no Brasil.

Os choques radicais

No começo dos anos 80, observou-se o início do desmonte das políticas adotadas nas duas décadas anteriores. A segunda crise do petróleo (1979), a forte redução do fluxo de financiamento externo e o aumento das taxas de juros reais, especialmente após a moratória do México, em 1982, deixaram clara a impossibilidade da manutenção de uma política agrícola baseada no crédito farto e subsidiado. Essa situação foi reforçada ainda pelo agravamento da crise fiscal e pela aceleração do crescimento da inflação. A safra 1984/85 recebeu o menor volume de recursos desde a criação do SNCR, o equivalente a um terço do concedido em fins da década de 70.

A partir de 1986, com o governo do presidente José Sarney, várias tentativas de estabilização se seguiram. No entanto, os diversos planos de estabilização, que impuseram arrochos salariais, indexação e congelamento de preços, não conseguiram conter a inflação. Cresceram os gastos do governo com pagamento de juros e amortização da dívida externa e a inflação acumulada na década de 80 alcançou quase 2.000% em 1989. Pode-se dizer que a agricultura foi extremamente prejudicada pelo quadro macroeconômico da década de 80, em particular pelas estratégias para controlar a inflação (choques e indexação).

A aplicação intensiva de insumos e o melhoramento genético permitiram o aumento da produção por meio de ganhos de produtividade: entre as décadas de 50 e 90, praticamente 90% do aumento de produção de cereais foram resultado do incremento de produtividade.

A década de 90 é marcada pela abertura comercial, potencializada a partir do governo Collor, em 1991, e pela introdução, em 1994, do plano de estabilização da moeda. A abertura comercial teve efeitos positivos sobre a agricultura, na medida em que forçou o aumento de competitividade. No entanto, a falta de uma política comercial consistente trouxe desestabilização para alguns setores da agricultura. Os que mais sofreram foram os pequenos agricultores, com dificuldades de se proteger da inflação e pouco acesso à tecnologia.

O Plano Real, apesar da estabilização monetária, trouxe dificuldades à agricultura. A manutenção de uma política de câmbio sobrevalorizado como lastro da política de estabilização, de 1994 a 1998, afetou negativamente a rentabilidade do setor. As sucessivas crises internacionais de abrangência global contribuíram para diminuir a disponibilidade de crédito, além de deprimir as exportações, já prejudicadas pela política cambial.

Articulação de interesses

Observa-se, pelo breve relato do desenvolvimento da agricultura no período pós-1964, que as políticas públicas voltadas ao planejamento e financiamento da agropecuária brasileira sofreram substanciais alterações, devido às mudanças no quadro macroeconômico, tanto em nível nacional quanto internacional.

Paralelamente às mudanças estruturais na produção agropecuária, ocorreram transformações no plano da articulação de interesses na agricultura, tanto nas formas de organização quanto nas relações com o Estado. Segundo Moyano (1984), essas transformações surgiram "não somente como exigência do setor agrário, mas também como um imperativo do sistema econômico".

As mudanças na forma de articulação de interesses acompanharam as mudanças estruturais na agricultura e no quadro macroeconômico. Em países de capitalismo mais avançado, a tendência é a passagem de um sistema baseado na representação de interesses por organi-

zações gerais e unitárias para um sistema com base em organizações setoriais. Moyano propôs um modelo para explicar essas mudanças, segundo o qual se podem identificar três etapas.

A primeira etapa é caracterizada pelo predomínio de organizações multifuncionais. Correspondem aos estágios inicias do desenvolvimento da agricultura, reunindo diferentes tipos de produtores, tanto em relação à estrutura produtiva quanto social. Predomina nessa fase o velho corporativismo, característico dos sistemas autoritários, em que a cooperação entre as classes era viabilizada pelo governo.

A segunda fase tende a ser marcada pela diferenciação entre cooperativas, sindicatos e associações. As primeiras assumem o papel de apoio econômico e as duas últimas, principalmente os sindicatos, o papel reivindicativo e de representação política. Essa diferenciação funcional é fruto do próprio desenvolvimento capitalista na agricultura e do desenvolvimento da indústria de insumos modernos.

A terceira etapa é marcada pela setorialização das organizações, e conseqüente predomínio das organizações não-reivindicativas, cujo principal exemplo são as chamadas organizações interprofissionais. Tais organizações reúnem os diversos segmentos de um complexo agroindustrial e são fruto do processo de formação e fortalecimento dos mesmos. Nessa fase predomina o que pode ser chamado de novo corporativismo, ou "corporatismo", como preferem alguns autores.

Esse modelo mostra a mudança das estruturas de representação, no sentido das organizações gerais para as organizações setoriais. No Brasil, como em outros países de capitalismo tardio, essa tendência também pode ser verificada. O país ainda não atingiu o estágio final descrito por Moyano, coexistindo organizações de caráter geral e reivindicativo e organizações setoriais.

Novas organizações

Na década de 60, após o golpe militar, o governo procedeu a uma reforma da legislação sindical. As organizações sindicais foram separadas por classes. Em substituição à antiga Confederação Rural Brasileira (CRB), que reunia produtores e trabalhadores rurais, surgem a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), bem como suas federações estaduais. O governo cria, assim, uma estrutura de representação geral e unitária, conferindo-lhe caráter oficial. É um primeiro passo do governo no sentido de trazer o setor produtivo à esfera pública de decisão quanto às políticas agrícolas.

O crescimento da complexidade da atividade agroindustrial nas décadas de 70 e 80, bem como a percepção das diferenças intersetoriais levam ao surgimento de novas organizações, como as associações por produto. O Estado começa a dividir o ônus do planejamento e condução das políticas públicas com o setor privado, devido às novas relações existentes entre os segmentos das cadeias produtivas e à crescente crise fiscal.

A partir de 1986, cresceram os gastos do governo com pagamento de juros e amortização da dívida externa e a inflação acumulada na década de 80 alcançou quase 2.000% em 1989. A agricultura foi extremamente prejudicada pelo quadro macroeconômico da década de 80.

A partir do final da década de 80, em especial do início da década de 90, a abertura comercial e a formação de blocos econômicos contribuíram para o fortalecimento das cadeias produtivas e a aceleração do processo de especialização da produção no Brasil. Essa especialização levou à setorialização das reivindicações dos produtores, como resposta à ineficiência da atuação das organizações de caráter geral e unitário. Fortaleceu-se então a tendência de integração dos agricultores de determinado produto aos demais segmentos agroindustriais do complexo, criando base para novas organizações sociais, como as organizações interprofissionais. Exemplos dessas organizações são as câmaras setoriais da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, órgãos de caráter consultivo, que reúnem os diversos agentes das cadeias produtivas no estado, criadas em meados da década de 90.

As organizações de representação acompanham as mudanças na economia e na agricultura. Esse acompanhamento se dá no sentido da especialização e setorialização da representação, acompanhando a tendência da integração dos diversos segmentos envolvidos com a agricultura nas cadeias produtivas.

Referências bibliográficas

BELIK, W. Estado, grupos de interesses e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 36, n. 1, p. 9-33, jan.-mar, 1998.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone Editora, 1985. 210p.

LOPES, M. R. *Agricultura política: história dos grupos de interesse na agricultura*. Brasília: Embrapa, 1996. 457p.

MOYANO ESTRADA, E. Corporatismo y agricultura: asociaciones profesionales y articulación de intereses en la agricultura española. España: Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, 1984.

ORTEGA, A. C. Corporatismo e novas formas de representação de interesses na agricultura: uma abordagem teórica. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, cit., n. 4, 1998.

ROMANO, J. O. Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas para a agricultura. In: SILVA, F. et alii. *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SILVA, J. G da. A gestão das políticas públicas na agricultura brasileira moderna. In: _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE.

Rodolfo Osório de Oliveira *é engenheiro agrônomo, consultor da ESA Consultoria, mestrando do Curso de Desenvolvimento, Espaço e Meio Ambiente, do Instituto de Economia da Unicamp.*

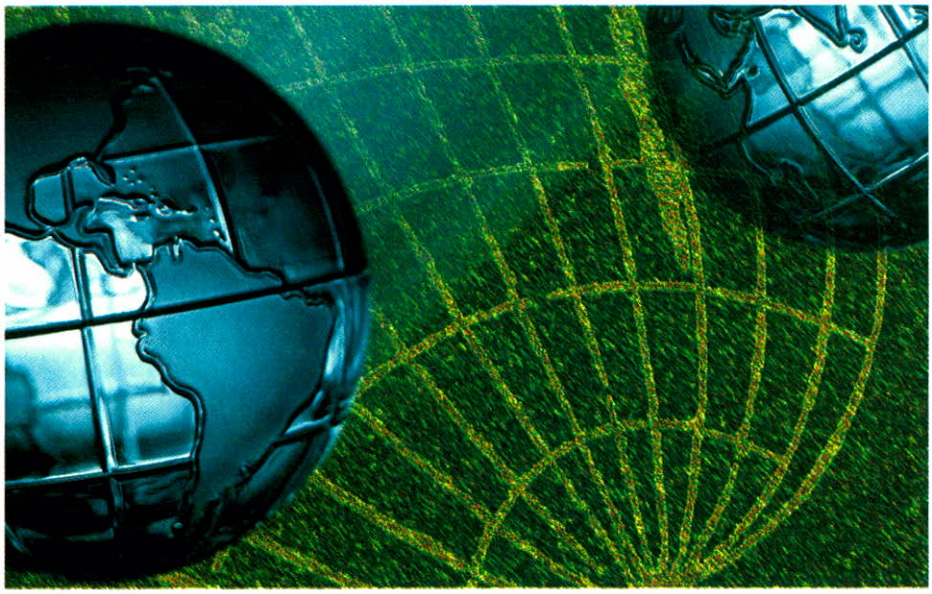
Interesses da **agricultura**

Definir posições e fazer alianças produtivas podem decidir o sucesso das negociações brasileiras na Alca

MARCOS SAWAYA JANK

A aprovação da Trade Promotion Authority (TPA) na Câmara dos Deputados do Congresso norte-americano provocou algumas manifestações de repúdio por parte de setores do empresariado, classe política e representantes do governo brasileiro, chegando a ser aventada a possibilidade de o país retirar-se das negociações da Alca. TPA é o novo nome do *fast-track*, o mandato do Legislativo norte-americano que autoriza o Executivo a negociar acordos de comércio com outros países.

Não há dúvida de que a TPA dificulta a Alca e outros processos de negociação que envolvam os Estados Unidos, ao ameaçar interesses estratégicos do Brasil. Os dois mais visíveis são o uso de mecanismos de defesa comercial pelos EUA (particularmente o *antidumping*) e as restrições afetando a liberalização de extensa lista de produtos agrícolas sensíveis. Na realidade, a TPA autoriza o Executivo americano a colocar todo o seu universo tarifário na mesa de negociação; mas há uma lista de cerca de 300 posições tarifárias sujeitas a consultas recorrentes a quatro comitês do Congresso, complementada por estudos de impacto da International Trade Commission (ITC) e por uma justificativa plausível do United States Trade Representative (USTR) para proceder a eventuais cortes nos níveis de proteção desses produtos.



Apesar das dificuldades criadas pela TPA, seria uma atitude absolutamente equivocada por parte do Brasil abandonar qualquer das negociações em que está engajado, a começar pela Alca. Dois fatos principais levam a crer na necessidade de o Brasil seguir adiante nessas negociações:

- a conquista da TPA foi uma importante vitória de Robert Zoelick à frente do USTR, que se soma à obtida no lançamento da nova rodada da OMC em Doha. A TPA dá os parâmetros e cria múltiplas possibilidades de acordo em todos os níveis para os EUA nos próximos anos. Zoelick jogará duas grandes partidas simultâneas até 2005 – OMC e Alca –, mas não é obrigado a restringir-se a elas, podendo abrir outras opções, inclusive intra-hemisfério, mediante acordos bilaterais ou plurilaterais. Com a TPA, os EUA de certa forma jogam a bola para o outro lado, e cabe agora aos países envolvidos dizer o que querem.

No caso da Alca, qualquer observador que analise a fundo os interesses em jogo verá que as únicas resistências reais ao processo encontram-se no Legislativo americano e em alguns setores do Brasil (parcela do empresariado, partidos de esquerda e parte

Estados Unidos: estrutura tarifária em 2000 e lista TPA

	Posições tarifárias		Valor das importações		Perfil das tarifas**		
	Número	% agric	US$ milhões	% agric	Média	Desvio	Cotas tarifárias
Universo tarifário	10.315	–	1.152,195	–	5.6	12,9	–
Agricultura (total)	1.736	100	41.945	100	10,2	28,5	376
Lista TPA*	521	30	7.964	19	25,0	46,0	376
Posições fora da lista	1.215	70	33.981	81	3,8	11,2	0

* Inclui todas as cotas tarifárias dos EUA e suas respectivas tarifas intra e extracota. Cota tarifária é um mecanismo por meio do qual o país importa uma certa quantidade de produto com tarifa reduzida, mas mantém tarifas elevadas nas importações que ultrapassarem essa quantidade.

** Inclui todas as tarifas específicas e mistas transformadas em equivalentes *ad valorem*.

Fonte: FTAA Hemispheric Database, Amad, notificações dos EUA na OMC. Elaborado por Marcos Jank (USP).

do governo). Ao Brasil cabe responder se os custos de não participar do bloco são maiores ou menores do que os custos de participar. A resposta a essa pergunta depende basicamente do acordo a ser obtido. Portanto, negociar é fundamental.

- A lista de produtos sensíveis realmente não causa nenhuma estranheza para quem acompanha o tema em Washington. Ela é composta de 282 posições tarifárias (pela nomenclatura do Sistema Harmonizado de 1992 – HS-92) consideradas sensíveis pelos EUA no fechamento do Acordo Agrícola da Rodada Uruguai em 1994. Atualizada a lista para o sistema atual (HS-96) e agregadas todas as cotas tarifárias do país, de acordo com a última versão apresentada na Comissão de Finanças do Senado, chega-se a um total de 521 posições tarifárias com tarifa média de 25% e desvio padrão bastante elevado. Ficam fora da lista 1.215 posições tarifárias na agricultura, com tarifa média de apenas 3,8%. Portanto, há muito pouco a ganhar nos produtos agrícolas que ficaram fora da lista. A tabela apresenta a estrutura tarifária dos produtos sensíveis, em comparação com o universo tarifário americano.

Em busca de abertura real

A lista TPA responde por 19% das importações agrícolas e apenas 0,7% das importações totais dos EUA. Cumpre assim, com sucesso, sua tarefa maior, que é barrar o comércio. Ela contém os setores da agricultura politicamente mais sensíveis e atuantes na cidade de Washington, que há muito vêm conseguindo transferências importantes de recursos de consumidores e contribuintes por meio de políticas de suporte de preços nas sucessivas leis agrícolas dos EUA, combinadas com elevada proteção tarifária e não-tarifária. A lista cobre posições tarifárias dos seguintes grupos de produtos: carnes bovina e ovina, laticínios em geral (mais de 160 posições), açúcar e álcool, frutas e sucos (inclusive citros), vários legumes, trigo, óleo de soja, amendoim, chocolates, derivados de café, fumo e algodão. Os mesmos grupos de produtos sensíveis da lista americana foram também incluídos, em agosto passado, na lista de exceções da oferta da União Européia para o Mercosul, visando a formação de uma zona de livre comércio entre os dois blocos. Ou seja, o protecionismo tarifário e não-tarifário é muito parecido nos dois lados do Atlântico Norte, atingindo em cheio os interesses exportadores do Brasil e do Mercosul. Não há negociação mais fácil na área agrícola.

Apesar das dificuldades criadas pela Trade Promotion Authority, seria uma atitude absolutamente equivocada por parte do Brasil abandonar qualquer das negociações em que está engajado, a começar pela Alca.

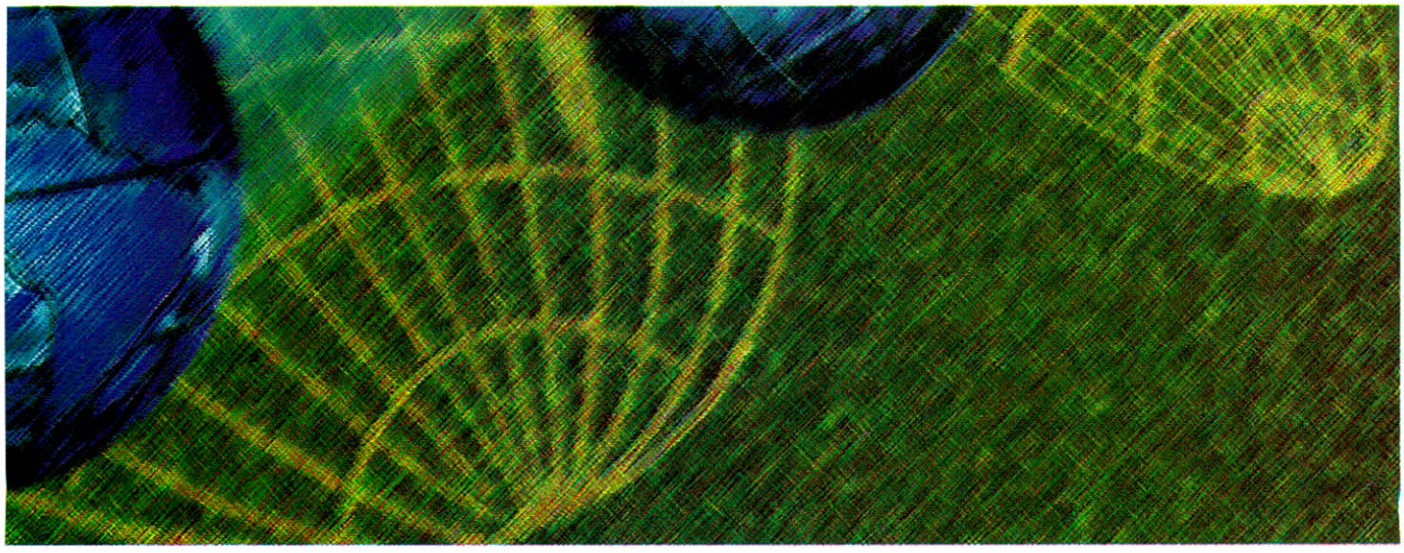
Por conta dessas listas de sensíveis, a grande questão que se coloca nos fóruns regionais (Alca e União Européia-Mercosul) é saber se terão o formato de um jogo de inclusão ou exclusão de produtos e regras. O Brasil também tem setores sensíveis em Brasília, e muito possivelmente o mesmo tipo de pressão política que cercou Washington em dezembro vai se repetir em Brasília no começo do próximo governo, no sentido de construir uma poderosa lista de exceções. Expressões do tipo "proteção moderada" e "seletiva" começam a voltar ao debate nacional, antecipando as inevitáveis pressões do empresariado por uma política industrial mais ativa, e provavelmente seletiva, no próximo governo.

Portanto, os acordos regionais serão mais ou menos ambiciosos, a depender do exercício das listas de exceções no continente americano e com a Europa. Depois de passar por ajustes extraordinários nos anos 90 que consolidaram fortes vantagens competitivas, é evidente que o agronegócio brasileiro se interessa por acordos realmente ambiciosos, que possibilitem uma real abertura dos mercados protegidos do Primeiro Mundo. Como porém a tarifa média brasileira ainda é mais elevada que a do mundo desenvolvido, o país precisa primeiro definir claramente que tipo de acordo deseja, para em seguida negociar de forma consistente e bem preparada.

Cartas na mesa

É imprescindível continuar participando das negociações regionais, procurando obter a melhor composição de resultados nas várias frentes, dentro do interesse nacional. O ponto seguinte é: o que falta ser feito?

A primeira *deficiência* brasileira está na definição precisa da expressão "a dez dígitos" – para usar a mesma linguagem da TPA e da oferta européia –, ou do que o país deseja em cada uma das negociações de que participa. É muito fácil dizer o que o Brasil não deseja, como o caso da lista da TPA, mas falta um esforço mais consistente para sair das generalidades e detalhar com precisão a lista de prioridades do país, definindo suas razões concretas (empregos, renda, saldo comercial), ordenando ponto a ponto o que é ou não fundamental na negociação e quais os critérios de reciprocidade e de barganha a serem adotados. A agricultura, que costuma



ser vista como um grande monólito, hoje amplamente mencionado na argumentação pró-liberalização, é na realidade um setor que permite uma rica variedade de *trade-offs*. O exemplo do açúcar e do álcool é apenas um entre muitos, onde se pode perfeitamente perder de um lado para ganhar do outro.

A segunda deficiência está na construção de coalizões além do Mercosul. O jogo pesado da Alca no futuro próximo exigirá uma presença mais ativa do Brasil junto à Comunidade Andina, aos países Centro-Americanos e do Caribe, para dizer o mínimo. O Brasil pode desenvolver interesses comuns com essas regiões, exercendo mais ativamente o seu papel natural de liderança na América Latina e no Caribe. A demanda de tratamento não recíproco dos caribenhos é apenas um exemplo das concessões que podem ser feitas visando o fortalecimento de posições-chave na Alca.

Na OMC, é fundamental ampliar os horizontes do Grupo de Cairns nas questões agrícolas. Em seus 15 anos de vida, o grupo, 18 países que buscam uma efetiva liberalização do comércio agrícola mundial, mudou pouco, tanto no discurso como no número de integrantes. Aí também há caminhos alternativos a serem trilhados. Nesse aspecto, a aprovação de uma Farm Bill conservadora nos EUA nos próximos meses, baseada no aumento da proteção via preços garantidos – os chamados pagamentos contracíclicos – obrigará o USTR a adotar uma posição ultraconservadora na área de subsídios domésticos nas negociações da OMC. Ao mesmo tempo, a lista de produtos sensíveis da TPA levará a uma posição conservadora dos EUA também na área de acesso a mercados. Portanto o Grupo de Cairns fica ainda mais isolado, contra os subsídios crescentes da Farm Bill 2002, a lista da TPA e a insistência européia e japonesa na defesa da chamada multifuncionalidade da agricultura.

A lista de produtos sensíveis realmente não causa nenhuma estranheza para quem acompanha o tema em Washington. Ela é composta de 282 posições tarifárias consideradas sensíveis pelos EUA no fechamento do Acordo Agrícola da Rodada Uruguai em 1994.

Redescobrir o mundo

É por isso que nos próximos três anos será fundamental construir outras alianças bi ou plurilaterais com países interessados nas mesmas causas e objetivos. Um claro potencial de construção de coalizões encontra-se na Ásia. Brasil e Mercosul são excessivamente orientados para Estados Unidos e Europa e dão pouca atenção ao potencial de mercados na Ásia, principalmente na área de alimentos. Sabe-se muito pouco sobre essa região e há carência de ações sistemáticas de médio e longo prazo, fundamentais para o sucesso dos negócios nesta parte do mundo. O potencial de mercado que se cria com a entrada da China na OMC continua sendo subavaliado no Brasil. Rússia, Ucrânia e Índia também deveriam ser posicionados como países-chave da estratégia brasileira, dada sua importância como produtores e consumidores de alimentos.

Se o Brasil continuar trilhando o caminho da tripla negociação, 2002 será o ano da Alca, com as negociações adquirindo intensidade a partir de maio próximo, simultaneamente ao processo eleitoral brasileiro. Na realidade, a TPA traz intensidade e lentidão ao processo, já que se por um lado as contradições americanas estarão agora mais claramente expostas na mesa, por outro o processo de consultas ao Legislativo deverá tornar todo o processo mais lento. O acordo com a Europa segue a reboque da Alca nesse período e a nova rodada da OMC somente mostrará a que veio no meado da década.

Nunca foi tão importante para o Brasil definir claramente o que quer e negociar, negociar, negociar...

Marcos S. Jank, *é professor de Agronegócios e Política Comercial na Universidade de São Paulo e atualmente é* visiting scholar *na Divisão de Integração, Comércio e Assuntos Hemisféricos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington, DC. As opiniões emitidas neste artigo são de total responsabilidade do autor, sem qualquer relação com as instituições mencionadas. E-mail: msjank@usp.br*

Bom e **barato**

Processos pouco onerosos e criativos de cooperação podem levar a resultados rentáveis

L. E. L. PINHEIRO, L. S. PINHEIRO, L. A. S. PINHEIRO E A. M. M. FILHO

A imprensa especializada brasileira tem feito insistentes referências à defasagem do país no que diz respeito à inovação tecnológica. Um estudo recente demonstra que os investimentos internos em P&D estão cada vez menores, a despeito do que propaga o governo, enquanto o setor privado investe de forma crescente, não em desenvolvimento tecnológico, mas na compra de tecnologias do exterior. A maioria das universidades e centros de pesquisa, bem como inúmeras associações técnico-científicas brasileiras se comportam como se nada disso lhes dissesse respeito. Dificilmente se poderá reverter esse quadro se não resolvermos usar de criatividade, em especial na forma de cooperar.

Trabalhos baseados em conceitos simples, no âmbito do Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, resultaram em experiências promissoras. Essas pesquisas, inspiradas em ações desenvolvidas recentemente pelo CNPq em prol do agronegócio, indicam o quanto a indução à cooperação tecnológica pode produzir em termos de aumento da competitividade. Boa parte do método foi internalizado no CBRA, devidamente adaptado, sintonizado com a realidade e as necessidades industriais, particularmente na área animal.

O CBRA estabeleceu sistema de ausculta, objetivando identificar demandas do setor produtivo e industrial, o que é complementado pelo atendimento diferenciado e de alto nível de tais demandas. As inovações no processo estão na forma de como tudo isso vem sendo feito. As demandas são repassadas aos especialistas ligados ao colégio, que atuam nas melhores instituições do país.

Cooperação tecnológica

O governo brasileiro prepara uma Lei de Inovação Tecnológica a qual inclui as ferramentas que facilitarão a internalização das universidades e centros de pesquisas nas empresas e vice-versa. Como de hábito, parece que deve vigorar o determinismo: uma lei ou um decreto resolvem tudo! Infelizmente, em particular com respeito à inovação, as coisas não funcionam dessa forma, como não funcionaram na maioria dos anteriores pacotes tecnológicos porque lhes faltou a adesão dos respectivos setores da sociedade organizada, efetivos construtores das inovações. É claro que a lei será útil. Mas não pode por si só mudar a cultura existente nas empresas e universidades: as leis não ensinam como se faz.

No Brasil, um bom princípio parece ser o aprendizado básico da cooperação, especialmente a de cunho tecnológico, talvez o modo mais dinâmico de otimizar as competências instaladas. A valorização da cooperação em todos os níveis pode significar aumentos expressivos em termos de desenvolvimento tecnológico e abertura a novos projetos e gestão da produção, porque as empresas podem ter demandas não identificadas, talvez por falta de experiência ou de tempo de quem executa o trabalho e não percebe que poderia otimizá-lo e conseguir melhores resultados. Quando se trabalha em conjunto, os resultados obtidos são melhores: além de mais pessoas envolvidas, são atingidas também as que não fazem parte da empresa e podem contribuir com outros métodos e dominar outras formas de trabalho. Podem-se identificar melhor os pontos falhos e implantar mudanças, conseguindo melhoria e otimização da cadeia produtiva.

Concretizar a cooperação empresarial no agronegócio brasileiro supõe que de fato existem inúmeros profissionais competentes no país e que são muitas as empresas que necessitam de inovações. A receita está quase pronta – basta promover a interação entre as partes. O que está faltando é a aproximação maior desses atores ou entre as empresas e entidades em condições de fornecer estudos e projetos inovadores, capazes de proporcionar avanços tecnológicos.

Um bom exemplo dessa união entre concepção e execução é o caso do Japão, onde a cultura de cooperação empresarial existe há muitos anos e é sinônimo de sucesso para grandes grupos de empresas em interação. Da cooperação surgem as soluções inovadoras e o desenvolvimento



– o que não impede a competitividade entre as empresas envolvidas no processo.

É óbvio que não existe a receita pronta. Mas é possível aprender a cooperação tecnológica fundamental a partir de um princípio rejeitado pelos grandes especialistas – aprender fazendo. O método tem que levar em consideração algumas premissas fundamentais:

- temos toda a competência necessária, incluindo amplo capital intelectual;
- os empresários brasileiros têm tanta competência quanto aqueles dos países desenvolvidos;
- boa parte das universidades e centros de pesquisa brasileiros têm a infra-estrutura necessária e vocação para produzir inovações tecnológicas;
- os dois lados desconhecem-se mutuamente, alimentam reservas quanto à cooperação e por isso não enxergam as qualidades do outro lado, além de acreditarem que são em vários aspectos auto-suficientes.

Pesquisas inspiradas em ações do CNPq em prol do agronegócio indicam que a cooperação tecnológica pode produzir aumento da competitividade. Boa parte desse método foi internalizado no CBRA, devidamente adaptado, sintonizado com a realidade industrial.

Prática bem-sucedida

Nos últimos quatro anos, o CBRA tem aprendido fazendo. Valoriza ao máximo seu capital intelectual, constituído basicamente pelos associados; procura intermediar a apresentação dos atores e, o mais importante de tudo, não tem soluções ou produtos acabados para oferecer ao setor privado, mas busca identificar demandas passíveis de serem atendidas de forma cooperativa pelos dois lados, o que pode ser feito de forma normalizada, utilizando padrões já consagrados. Tudo é muito simples, funcional, lógico e – fundamental – pouco oneroso. Mas as coisas não têm sido fáceis, o que já era esperado: as dificuldades e resistências às mudanças são inerentes ao processo.

As maiores dificuldades vêm das críticas daqueles que não acreditam que uma associação técnico-científica possa realizar o que aparentemente não é sua função e que ela não domina. Negam-lhe o direito de aprender e incorporar novas funções. Também são consideráveis as restrições que os teóricos em cooperação, conhecedores dos modelos e experiências americanos, europeus e asiáticos em processos de gestão da cooperação, fazem à metodologia adotada: ela é muito simples e sequer tem um nome. Também tem sido árduo obter a adesão de inúmeros especialistas ligados ao CBRA (associados), assim como de algumas empresas do setor

e mesmo de órgãos do governo.

A despeito de tudo isso, já foram concretizadas boas experiências com empresas de tecnologia animal, destacando-se as parcerias com a Callier no jornal *Reprodução em Dia*; na Ouro Fino, com o lançamento de novos produtos veterinários; com a Alpharma nos testes de seu equipamento de análise de sêmen, denominado Optbreed, e com a Lagoa da Serra, na instituição do selo de qualidade para sêmen. Além disso, com todas essas empresas e algumas outras, o CBRA já estabeleceu diversas formas de cooperação para organizar eventos e patrocinar a premiação de técnicos brasileiros. Não é muito. Mas os exemplos, além de promissores, sinalizam a conquista de algo fundamental: o CBRA tem credibilidade e está no caminho certo.

Futuro do modelo

Com a ampliação dos processos de aprendizado, a metodologia ganhará em precisão e eficiência. Pode até ganhar um nome... As inovações conseguidas estão respaldadas pelos principais analistas em cooperação. Mas isso não chegará a consolidar o CBRA como instituição especializada em intensificar a cooperação tecnológica sem o crédito interno (associados) e externo, principalmente de instituições classistas como CFMV, SBMV e congêneres estaduais, bem como de outras associações similares e dos órgãos governamentais afins. Sem reconhecimento faltará o apoio que fortalece a confiança no modelo e facilita novas adesões.

O processo ainda se desenvolve de forma tímida e esbarra na incredulidade com que muitos encaram o pioneirismo. O CBRA não pede reconhecimento como associação tecnologicamente avançada, mas quer ser apoiado e incentivado, especialmente por entidades como o CFMV/CRMVs e a SBMV, além do Ministério da Agricultura e da Ciência e Tecnologia. Ampliado seu sucesso, a experiência poderá tornar-se ainda mais eficaz e ser adotada por associações similares do país, para multiplicar o poder da cooperação e do desenvolvimento tecnológico.

É na verdade excepcional forma de inovação em cooperação agroindustrial a intermediação de uma entidade técnico-científica, atuando para aproximar de maneira efetiva cientistas e técnicos dos empreendedores do setor privado, atendendo a suas demandas. Tal processo contribui ainda para a reorientação da formação de recursos humanos e cria uma nova cultura de inovações científicas. Mesmo que o modelo do CBRA não venha a tornar-se predominante, pode perfeitamente inspirar outros, conseguindo avanços tecnológicos apreciáveis.

A receita está quase pronta – basta promover a interação entre empresas e entidades em condições de fornecer estudos e projetos inovadores, capazes de proporcionar avanços tecnológicos. Essa união entre concepção e execução deu bons resultados no Japão.

Essas experimentações podem e devem ser apoiadas, uma vez que, dos processos de indução à cooperação no Brasil, poucos têm-se mostrado efetivos.

A simplicidade da metodologia posta em prática pelo CBRA esbarra no preconceito de que a inovação deve ser sofisticada, cara e dependente de tecnologia de ponta. A inovação independe de tudo isso: a sofisticação e a tecnologia de ponta, ao contrário, decorrem da liberdade de sonhar, criar e ser original.

Referências bibliográficas

DREIFUSS, R. A. *A época das perplexidades*. Petrópolis: Vozes, p. 44-89, 1996.

GAMA, G. B. M. N. Gestão tecnológica e cooperação interinstitucional como estratégia para o desenvolvimento da fruticultura nordestina e de grandes culturas como cacau no Sul da Bahia e citros em São Paulo. Brasília: UnB, 2000, 153p. Dissertação de mestrado.

KNAPP, L. Cooperação é o melhor caminho. *Gazeta Mercantil*, 9 out. 2001. Cad. Especial: Inovação tecnológica, p. 1.

PINHEIRO, L. E. L.; MEDEIROS, J. X.; GAMA, G. B. M. N. et alii. Experiência de indução de demanda em C&T no âmbito do agronegócio – CNPq. In: CALDAS, R. A. et alii (ed.). *Agronegócio brasileiro: Ciência, tecnologia e competitividade*. Brasília: CNPq, p. 27- 46, 1998.

_____; PINHEIRO, L. A. S.; GAMA, G. B. M. N. & PINHEIRO, L. S. Inovação tecnológica e prosperidade: o papel da qualidade no agronegócio. *Revista Brasileira de Reprodução Animal*, v. 25, n.2, p. 84-6, 2001a.

_____; PINHEIRO, L. S.; KUABARA, M.Y. A transformação do Colégio Brasileiro de Reprodução Animal em Entidade Tecnológica Setorial: projeto técnico. *Revista Brasileira de Reprodução Animal*, v. 25, n. 1, p. 16-8, 2001b.

PINHEIRO, L. S. & PINHEIRO, L. E. L. Reconversão estrutural e gerencial do Colégio Brasileiro de Reprodução Animal – CBRA: análise prospectiva. *Revista Brasileira de Reprodução Animal*, v. 24, n. 4, p. 172-6, 2000.

VIOTTI, E. B. Indicadores de inovação tecnológica: fundamentos, evolução e sua situação no Brasil. Curitiba: IBQP-PR/MIDIC, 2001. 105p. (Projeto Indicadores de Competitividade em Cadeias Produtivas – Rede MDIC/IBQP-PR.)

L. E. L. Pinheiro *é presidente do Colégio Brasileiro de Reprodução Animal – cbra@cbra.org.br – e coordenador do Mestrado Profissionalizante em Produção Agroindustrial.*

L. S. Pinheiro e A. M. M. *Filho são da Gerência de Cooperação Tecnológica da Câmara de Gestão & Cooperação Empresarial do CBRA.*

L. A. S. Pinheiro *é coordenador do Curso de Medicina Veterinária da Uniderp, MS.*

Estudos parcialmente financiados pelo CNPq.

CHEGOU O MAIOR LANÇAMENTO EDITORIAL DO ANO

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930

• Getúlio Vargas • Juscelino Kubitschek • Jânio Quadros • Fernando Henrique Cardoso
• Tancredo Neves • João Goulart • Leonel Brizola • Mário Covas • João Batista de Figueiredo
• Fernando Collor de Mello • José Serra • Lula...

Estes personagens e centenas de outras personalidades e eventos que marcam a história do Brasil estão no

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930

- 5 volumes encadernados em formato 21 x 28cm
- 6.252 páginas repletas de fotos, charges e ilustrações
- 6.626 verbetes biográficos e temáticos

Se você acha que o Brasil é um país sem memória, a EDITORA FGV e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) estão contribuindo para mudar essa imagem.



SOLICITE AINDA HOJE SEU EXEMPLAR

Informações
Central de Atendimento: 0800-217777
e-mail: editora@fgv.br
http://www.fgv.br/publicacao

FGV
EDITORA



Faça seus investimentos brotarem. Anuncie na Revista Agroanalysis.

Uma publicação mensal editada pela FGV, com 22 mil exemplares e Circulação Nacional.

Voltada exclusivamente para o Agronegócio, leva informação de qualidade a Agricultores, Indústrias de processamento e de produtos agropecuários, administradores, dirigentes e técnicos, instituições financeiras, profissionais de pesquisa, ensino, assistência técnica e capacitação rural, distribuidoras de insumos e cooperativas de produção.

Invista nas próximas edições da Revista Agroanalysis; depois é só colher novos negócios.

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

A certeza de fazer bons negócios com um público altamente qualificado, formador e multiplicador de opinião.

Ligue: 11 3816.0328 ou acesse www.ponto4.com.br

Preços do agronegócio

Produto	Dezembro	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	Δ% acumulado ano passado	Δ% 2 meses
Algodão em caroço (kg)	0,60	0,000	1,587	3,226	-4,762
Amendoim em casca (kg)	0,64	-1,538	-6,452	-39,583	18,519
Arroz em casca (kg)	0,36	0,000	0,000	-14,286	38,462
Banana (dúzia)	0,40	0,000	2,703	-15,556	2,564
Batata-inglesa (kg)	0,44	2,326	-15,254	138,095	-10,204
Cacau (15kg)	45,41	6,772	1,302	-13,054	92,578
Café em coco (kg)	0,79	1,282	-7,407	-36,306	-20,202
Cana-de-açúcar (t)	26,53	-2,103	3,811	58,528	12,798
Feijão (kg)	1,08	0,935	1,613	-3,077	54,286
Fumo em folha (kg)	2,47	-0,803	3,153	0,881	13,303
Laranja (cento)	5,34	-0,743	-3,404	6,075	110,236
Milho (kg)	0,19	0,000	-10,000	-21,739	18,750
Mandioca (t)	70,16	-1,764	13,081	-20,534	-11,100
Soja (kg)	0,43	-2,273	6,897	6,897	38,710
Tomate (kg)	0,39	11,429	-6,977	-11,111	-15,217
Trigo em grão (kg)	0,26	0,000	0,000	10,000	18,182
Cebola (kg)	0,51	-1,923	-12,195	20,000	18,605
Mamona (kg)	0,38	-2,564	2,703	-30,909	2,703
Pimenta-do-reino (kg)	2,39	-5,159	-17,526	-60,976	-32,865
Sisal (kg)	0,36	0,000	6,452	10,000	16,129
Uva (kg)	0,69	–	–	-1,020	-6,757
Bezerro até um ano (cabeça)	246,35	4,439	-0,498	21,614	15,919
Boi gordo para corte (15kg)	43,04	-0,278	0,488	8,667	10,728
Vaca leiteira de raça (cabeça)	941,82	1,392	-3,031	9,822	12,174
Vaca leiteira comum (cabeça)	552,17	1,713	-2,513	17,559	11,678
Suíno para corte (15kg)	23,29	-0,851	4,175	6,476	9,497
Frango/galinha para corte (kg)	1,20	5,263	-0,893	8,824	16,505
Leite (litro)	0,29	0,000	-6,250	3,448	0,000
Lã (15kg)	37,05	-22,587	-12,749	18,451	23,500
Ovos (dúzia)	0,95	4,396	4,598	8,333	9,195
Mel de abelha (litro)	5,78	0,173	2,646	9,605	2,301
Boi magro (cabeça)	396,10	-1,546	2,084	20,191	8,230

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores
Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos média	Lavouras[1]	Lavouras produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária – IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Set. 2001	201,802	215,226	174,009	148,968	182,841	180,471	211,173	204,056	172,544	239,651	309,917	223,650
Out.	205,515	224,156	170,996	149,950	185,451	183,288	214,563	205,827	174,183	254,212	311,495	227,969
Nov.	209,350	227,692	174,950	154,337	189,598	186,200	214,880	207,795	178,112	254,871	316,030	230,182
Dez.	209,004	226,248	175,936	155,548	189,913	188,176	215,675	209,177	180,545	254,871	320,445	232,177

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras muncipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE-FGV.
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Arroz em queda

Preços continuarão a cair até a entrada da nova safra

Por Carlos Cogo, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro e Gregory Honczar*

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de fevereiro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de março de 2002. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para março de 2002. Os preços de março de 2002 são nominais.

MERCADO INTERNO

ALGODÃO (6) SUL DO BRASIL – R$15KG DISPONÍVEL

Para este ano, calcula-se uma produção aproximada de 770 mil toneladas, volume bem inferior à demanda interna que está estimada em 860 mil toneladas. Além disso, ainda há perspectiva de exportação de pluma, de pelo menos 100 mil toneladas, o que significará um enxugamento ainda maior do mercado. Tudo leva a crer que o cenário para o algodão será bem melhor em 2002 do que no ano passado. Primeiro, devido à redução da oferta, com a menor produção. Segundo, a cotação do dólar, que continua elevada frente ao real, inibindo as importações. Em terceiro lugar, a quase-certeza de que este ano não haverá racionamento de energia e as indústrias poderão operar com mais desenvoltura, acionando todos os seus teares.

ARROZ AGULHINHA R$/SC. 60KG

Os preços do arroz estão caindo porque muitos produtores retiveram estoques para venda em janeiro e fevereiro últimos e acabaram perdendo o pico dos preços em setembro e outubro de 2001. Os produtores mais capitalizados decidiram segurar por mais tempo parte da produção e agora precisam vender o cereal antes que o mercado seja abastecido com o arroz da safra nova, 2001/02, mas não encontram comprador porque a indústria tem estoque. Como o governo iniciou leilões em setembro e estendeu as vendas até janeiro e as importações dos países do Mercosul cresceram, os preços caíram e devem continuar em queda até a entrada da nova safra no Rio Grande do Sul, até encontrar um piso entre março e abril.

BOI GORDO R$/ARROBA

Em praticamente todas as praças pecuárias, o mercado segue com seus preços estáveis e com aumento de pressão de compra. A dificuldade em encontrar o boi terminado é grande em algumas regiões e as escalas de abate não avançam. Mesmo com dificuldades em comprar, os frigoríficos não estão autorizando aumentos nas propostas de preços. O mercado atacadista segue de maneira positiva e com manutenção dos preços praticados. No momento o mercado está voltado para o período de quaresma, que sempre acompanha uma diminuição de demanda de varejo.

CAFÉ TIPO 6/SC. 60KG

Embora os exportadores brasileiros sejam extremamente agressivos no mercado externo, desde janeiro as vendas brasileiras declinam em relação ao mês anterior, refletindo a natural sazonalidade da oferta do café brasileiro. As atenções estão voltadas para a próxima colheita e principalmente para o início de sua comercialização. É grande a expectativa quanto à decisão governamental em relação à proposta de financiar a estocagem de cerca de 10 milhões de sacas da próxima safra, de modo a possibilitar uma oferta menos abundante em 2002.

FEIJÃO CARIOQUINHA ESPECIAL R$/SC. 60KG

O plantio da segunda safra de feijão 2001/02, que está começando no Centro-Sul, deve crescer em razão das perspectivas de preço melhor. Os problemas climáticos na primeira safra 2001/02, em fase final de colheita, devem evitar a esperada queda brusca das cotações, ampliando a segunda safra 2001/02. Por conta da estiagem no Rio Grande do Sul, a quebra na primeira safra chegou a 15%, produção atingindo 133 mil toneladas. Em Santa Catarina, as perdas totalizaram 15% e a produção ficou em 96 mil toneladas. Outro fator que ajudou a manter os preços foi o atraso de plantio na região de Irecê, BA, em razão das chuvas.

FRANGO VIVO R$/KG

Pelos dados da UBA, o alojamento de 2001 ficou em 28,597 milhões de matrizes, volume 3,85% superior ao alojado em 2000 (27,536 milhões). Nos últimos cinco anos o alojamento de matrizes de corte aumentou quase 24% – perto de 5,5% anuais, índice conve-

*Carlos Gogo é consultor da Carlos Gogo Consultoria Agroeconômica: www.carlosgogo.com.br

Mundo: produção e estoque de grãos

Milhões de t

Produto	Produção			Estoque final		
	2001/02	2000/01	Var. %	2001/02	2000/01	Var. %
Trigo	578,6	582,8	-0,7	152,3	164,2	-7,2
Arroz beneficiado	392,2	307,0	-1,2	126,0	137,5	-8,4
Grãos forrageiros*	869,7	857,3	-0,4	165,5	188,7	-18,4
Milho	583,1	585,6	1,4	125,4	153,7	0,7
Soja	182,9	174,7	4,7	29,0	28,8	2,6
Farelo de soja	124,7	118,1	5,6	4,0	3,9	-4,0
Óleo de soja	28,5	27,0	5,6	1,4	2,5	-12,3
Total**	1.840,5	1.747,1	0,2	443,8	490,4	-9,5

Fonte: Usda, fevereiro 2002.
*Milho, sorgo, aveia, cevada e centeio.
**Trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado.

EUA: estimativas da safra

Milhões de ha e t

	Produto			
	Soja	Milho	Trigo	Algodão*
1. Produção				
Fev. 2001/02	75,06	251,85	60,75	3,74
Jan. 2001/02	78,68	241,49	53,29	4,37
Fev. 2000/01	78,68	241,49	53,29	4,37
2. Área plantada				
Fev. 2001/02	30,07	32,21	25,33	6,28
Jan. 2001/02	29,99	30,68	24,12	6,39
Fev. 2000/01	29,99	30,68	24,12	6,39
3. Exportação				
Fev. 2001/02	27,22	49,15	28,88	1,47
Jan. 2001/02	27,49	50,17	27,22	2,13
Fev. 2000/01	27,76	50,17	27,22	2,18
4. Estoque final				
Fev. 2001/02	6,75	48,24	23,84	1,31
Jan. 2001/02	7,76	39,27	18,26	1,87
Fev. 2000/01	7,35	39,27	23,70	1,92

Fonte: Usda, fevereiro/2002.
*Em milhões de fardos de 480 libras.

niente para uma evolução harmônica do setor. Só que em 1999 o alojamento deu um salto de mais de 16% em relação ao ano anterior, provocando crise em 2000 e uma evolução bem mais comedida em 2001. O desempenho do segmento de exportação será vital para sustentar os preços estabilizados em R$1,15 no estado de São Paulo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

Com a colheita em pleno avanço, os preços do cereal traçam um movimento atípico e sustentam com firmeza cotações entre R$10,50 a R$11,00 a saca no interior do Paraná. A seca do Rio Grande do Sul e Santa Catarina provocou quebra de 1,5 milhão de toneladas. A quantidade de produto comprometido com a exportação também já chega perto daquele número até meados de abril. A redução do tamanho da produção estimada em dezembro pela Conab já é dada como certa. Com uma oferta abaixo da demanda, o comportamento da safrinha ditará o movimento dos preços no mercado.

Soja-grão industrial R$/60kg

Depois de mais de um mês com as vendas de soja no mercado interno brasileiro praticamente restritas às indústrias, os exportadores estão se mostrando mais ativos, comprando soja no disponível em diversas regiões do país para cumprir embarques. Os números indicam um leve atraso na maturação das lavouras da safra 2001/02 e forte aceleração na colheita este ano. O início da colheita da soja no oeste do Paraná começa a valorizar o frete entre a região e o porto de Paranaguá. Na primeira quinzena de fevereiro, a alta foi pouco superior a 30%. A valorização do frete está apenas começando e o pico de preço é esperado para meados de março. Esse é mais um fator a pressionar as cotações em nível de produtor.

Mercado externo

Açúcar USc/lb. peso mundial branco

Depois de dois anos consecutivos de déficit mundial, a produção de açúcar volta a ser superavitária nesta safra de 2002/03. A estimativa é de que o excedente seja de 2,5 milhões de toneladas, com uma produção global de 136,5 milhões de toneladas, volume 3,8% maior que a safra anterior. O aumento da produção de cana-de-açúcar no Brasil e na Austrália e a recuperação da oferta de

Mercado interno

	Fev. 2001	Jan. 2002	1-21 fev. 2002	15-21 fev. 2002	Tendência
Algodão (6) Sul do Brasil[1] – R$/15kg disp.	34,68	30,33	32,84	33,03	Estável
Arroz agulhinha[2] – R$/sc. 60kg	38,28	43,83	41,17	40,30	Baixa
Boi gordo[3] – R$/arroba	43,66	46,46	46,05	46,00	Estável
Café tipo 6[4] – R$/sc. 60kg	154,02	126,41	126,88	127,82	Estável
Feijão carioquinha especial[5] – R$/sc. 60kg	60,05	63,95	60,75	63,40	Estável
Feijão-preto[6]	53,93	81,10	70,00	70,00	Estável
Frango vivo[7] – R$/kg	0,89	1,11	1,10	1,10	Alta
Milho amarelo semiduro[8] – R$/60kg	10,19	13,38	13,40	13,40	Estável
Soja-grão industrial[9] – R$/60kg	21,46	28,50	26,58	25,10	Baixa

Fontes: [1]Esalq/BM&F; [2]Bolsa de Cereais de São Paulo; [3]Esalq/USP; [4]BM&F; [5,6]Instituto de Economia Agrícola (IEA); [7]Associação Paulista de Avicultura (APA); [8,9]Bolsa de Cereais de São Paulo.

Mercado externo – médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/lb. peso mundial[1]	Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso[1]	Cacau Bahia US$/t[1]	Café contrato C, Nova York US¢/lb. peso[1]	Farelo de soja US$/t[2]	Milho two yellow US¢/bushel[2]	Soja em grão one yellow US¢/bushel 60kg[2]	Suco de laranja US¢/lb. peso	Trigo soft red US¢/bushel[2]
Fev. 2001	10,02	57,56	1.092,21	62,90	161,95	211,51	455,82	75,62	264,66
Jan. 2002	7,43	36,88	1.343,81	47,83	151,61	210,02	435,57	88,49	298,86
1-21 fev.	6,27	36,45	1.430,79	44,82	149,53	205,79	434,95	88,39	280,73
15-21 fev.	6,32	34,00	1.436,25	45,99	150,00	206,06	441,13	89,78	277,94

Fontes: [1]New York Security Exchange; [2]Chicago Board of Trade.

beterraba na UE justificam a maior oferta. A oferta brasileira de açúcar, por seu turno, poderá – incluindo Centro-Sul e Nordeste – atingir 20 milhões de toneladas, o que significa um incremento de 12% em relação à deste ano, ou 2 milhões a mais de toneladas.

Algodão 1-1/16" USc/lb. peso

A produção mundial de algodão deve exceder à demanda em 1,3 milhão de toneladas em 2001/02 e os estoques finais devem atingir 10 milhões de toneladas. Os fundamentos do mercado sugerem que a média do índice Cotlook A deve ficar em 45 cents por libra-peso na temporada, abaixo da média de 57 cents na estação anterior. Para 2002/03, a média está projetada em 54 cents. Em 2001/02, a produção mundial cresceu 2,3 milhões de toneladas. Assim, a colheita global em 2001/02 está estimada em 20,9 milhões de toneladas.

Café contrato C Nova York USc./lb. peso

Estão atrasadas a colheita e a comercialização de diversos países cuja sazonalidade da oferta determina a presença mais marcante no mercado externo nos últimos meses do ano. Aos poucos alguns desses países começam a normalizar o nível dos embarques. É o caso, por exemplo, dos países centro-americanos. Entre eles, Guatemala e El Salvador embarcaram no último trimestre de 2001 cerca de 50% da quantidade exportada no ano anterior. Espera-se grande aumento das vendas nos primeiros meses de 2002, quando o Brasil deverá reduzir o ritmo de suas vendas. É grande a expectativa quanto ao desenrolar da crise política na Colômbia.

Milho two yellow USc./bushel

A estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em fevereiro último ficou plenamente dentro das expectativas do mercado. As variações em relação aos dados divulgados no mês anterior foram insignificantes. Os preços na Bolsa de Chicago operam em normalidade, sem fortes oscilações, com contratos para entrega em maio cotados a 213,25 centavos de dólar o bushel (US$83,75 a tonelada).

Soja-grão one yellow/bushel

O clima na América do Sul continua pesando sobre os preços futuros na Bolsa de Chicago. Com o início da colheita, as exportações do continente estão começando a influir sobre o mercado dos

EUA. Exportadores norte-americanos estão correndo para antecipar vendas, também porque cresce o sentimento de que a demanda chinesa estará limitada depois de 20 de março, quando entram em vigor as novas regras para importação de transgênicos. Estima-se que os preços do produto nos EUA devam oscilar entre US$ 4,00 e US$4,50 por bushel.

Soja, farelo US$/t

A oferta e demanda mundial de farelo de soja estão bastante apertadas para a safra 2001/02, o que levou os preços futuros do farelo de soja às altas recentes. Essa tendência altista deve se manter a médio prazo. Deve haver mais um período de queda, mas um *rally* de preços deve voltar a ocorrer em função da situação dos fundamentos bastante altistas. Até hoje, as vendas norte-americanas de farelo de soja estão 26% maiores que as do ano passado.

Trigo Soft Red USc/bushel

A produção mundial de trigo na safra 2001/02 está estimada em 578,6 milhões de toneladas, inferior ao consumo mundial, projetado em 590,5 milhões de toneladas. Enquanto a produção mundial cai 4,2 milhões de toneladas na safra 2001/02, o consumo mundial deve crescer 1,3 milhão de toneladas. Com isso, espera-se que o consumo mundial na safra 2001/02 se situe 11,9 milhões de toneladas acima da produção. Os estoques finais mundiais na safra 2001/02 devem cair para 152,3 milhões de toneladas, contra 164,1 milhões de toneladas de estoques finais da safra 2000/01. Com a redução de 11,8 milhões de toneladas nos estoques finais mundiais na safra 2001/02, a relação entre estoques finais mundiais e demanda mundial anual deve cair para 25,8% na safra 2001/02, contra 27,8% na safra 2000/01.

0800 25-7788,
às suas ordens.

Este é o telefone do Departamento de Circulação de *Conjuntura Econômica*. Através dele você assina a revista de economia mais importante do Brasil, fica sabendo onde encontrá-la nas bancas e tira dúvidas sobre números atrasados. Além disso, recebe orientações para o acesso exclusivo do assinante ao conteúdo digital da revista na internet, incluindo as seções Conjuntura Estatística e Índices Econômicos.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O GUIA ECONÔMICO IMPARCIAL DE QUEM DECIDE.

Central de Assinaturas das Revistas do IBRE

Outros estados DDG: 0800.25.7788
Ligações do Rio: 2559.6040 • Fax: (21) 2559.6039

conjunturaeconomica@fgv.br www.fgv.br/conjuntura.htm



Roberto Rodrigues

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.

Justiça agrária

Seqüestros, crimes sem solução, invasões, assaltos, violência, rebeliões em penitenciárias, insegurança são temas diários em todos os canais da mídia, muitas vezes misturados a outros temas – direitos humanos ou sociais, direito de defesa –, criando severas dúvidas para o cidadão consciente sobre causas e conseqüências, sobre o que é justo ou não é, certo ou errado, legítimo ou ilegítimo.

Em um país de desigualdades sociais gritantes como o Brasil, o julgamento fica ainda mais complicado. É fundamental o bom funcionamento do Poder Judiciário. Sem Justiça não há a menor condição de estabilidade social e política; democracia e paz ficam em xeque e o crescimento econômico se esvazia em qualquer setor de atividade.

Sob a respeitável mas discutível bandeira da reforma agrária, violências de toda ordem têm sido cometidas por invasores que destroem impunemente o patrimônio público ou privado, proprietários que por não terem seus direitos garantidos acabam se armando para se defenderem, forças policiais que não cumprem a lei ou a cumprem arbitrariamente, governos que sobem no muro para não se desgastar, acadêmicos que se posicionam ao sabor das ideologias, e os verdadeiros problemas da reforma agrária não são discutidos seriamente.

A questão trabalhista se transformou em fantasma para empregados e empregadores da zona rural. Quase sempre o empregador é considerado *a priori* devedor em processos cuja instrução já é impressa por escritórios de advogados que vivem exclusivamente dessas causas.

As relações comerciais entre agricultores e indústrias de transformação são outro problema. Se a indústria de sucos, por exemplo, despreza contratos assinados porque a safra é maior que o previsto ou porque os preços caíram, os produtores estão perdidos: sua produção é perecível e a lentidão da Justiça não lhes permite uma luta equilibrada.

Meio ambiente é polêmico: há promotores obrigando agricultores a assinar compromissos de reflorestar áreas cultivadas há décadas sem base legal suficiente. Punições são impostas a fazendeiros porque áreas da mata de sua propriedade pegaram fogo, embora sejam absolutamente inocentes: é a culpa solidária...

Roubo de gado, defensivos e máquinas se avolumando e ninguém defende os produtores. Se eles se organizam, é ilegal, pois não podem caminhar na mesma direção dos paramilitares colombianos.

Quem define a função social da terra? Há um critério objetivo? Não, e qualquer atrito entre empregados e empregadores pode significar que ela não está sendo cumprida...

Muitas discussões perturbam a paz no campo. Diz-se que existe um claro preconceito do Judiciário contra os agricultores, fruto de uma imagem distorcida vendida à sociedade brasileira por governos passados que, optando pela urbano-industrialização, pintaram o produtor rural de chorão, incompetente, indolente, caloteiro, destruidor do meio ambiente, coronel...

Muitos acreditam que o acesso à promotoria e à magistratura de advogados muito jovens, sem experiência de vida, cria um Judiciário sem preparo para o exercício de tão espinhosa e nobre atividade. Ou que há bacharéis demais, muitos graduados em faculdades sem estrutura ou tradição, congestionamento de profissionais em busca da sobrevivência econômica, o que baixa o nível das ações nos fóruns de predominância rural.

É cabível alegar que a desigualdade social é tão catastrófica que certos direitos constitucionais – como o de propriedade, por exemplo – devem se submeter a outros maiores – como o dos sem-teto quando invadem prédios desocupados. A grande preocupação é a intranqüilidade existente no território agropecuário do Brasil, que reduz a estabilidade social e desestimula os investimentos, inclusive na abertura da fronteira agrícola, alavanca de inserção comercial externa, geração de empregos e riquezas.

O grande gargalo está na própria formulação dos instrumentos legais ou na correção de certos problemas ancestrais, como a propriedade legítima da terra. As leis precisam ser claras, diretas, reduzir interpretações subjetivas. Função social deve ser exaustivamente explicitada; direito de propriedade, absolutamente garantido. Cabe ao Estado resolver a desigualdade de renda com a sociedade, não ao juiz, ao arrepio da lei.

Já se falou muito, e ainda se fala, em uma justiça agrária. Uma especialização que talvez não seja necessária, desde que os agentes do Judiciário sejam treinados para o exercício da atividade e desde que as leis sejam bem explicitadas.

Com isso, preconceito, inexperiência, vedetismo e tendenciosidade seriam sepultados, a paz reinaria no campo e o Brasil cresceria neste setor em que, sem dúvida, é competitivo e eficiente.

AGRISHOW 2002

O MELHOR DA AGRICULTURA

A Força do Agronegócio para o Grande e Pequeno Produtor



FEIRA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA AGRÍCOLA EM AÇÃO
AGRISHOW
RIBEIRÃO PRETO - SP - BRASIL

ORGANIZAÇÃO

IMAQ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS

APOIO

IDES/FINAME - ESALQ/USP - FINEP
IAC - UNESP JABOTICABAL

CO-REALIZADORES

ABRASEM - ACI - ACIRP
AEASP - ANDEF - FAESP - MAPA
OCB - OCESP - PMRP - SAA - SIMERS

REALIZADORES

ABAG - ABIMAQ - ANDA - SRB

De 29 de Abril a 4 de Maio de 2002
Ribeirão Preto - SP - Brasil

APOIO INSTITUCIONAL

AC
apta
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TRANSPORTADORA OFICIAL

TAM

PATROCINADORES

BANCO DO BRASIL
banespa
Bradesco

O nome da fábrica é mini mas a produtividade é MAXI



No início dos anos 90, quem visitasse um local de beneficiamento manual de castanha-de-caju no Nordeste do Brasil encontraria um processo totalmente artesanal e com baixa produtividade, trabalho sem treinamento, pouca higiene e elevada perda por quebra da amêndoa ou má qualidade da matéria-prima. Hoje é muito diferente.

A parceria da Embrapa Agroindústria Tropical com algumas empresas da iniciativa privada permitiu o desenvolvimento de uma linha de equipamentos que otimizou o beneficiamento da castanha em pequena escala. A partir de 1994, com a participação de diversos agentes da cadeia produtiva do caju, começou a implantação de "minifábricas" que, integradas, foram batizadas de Módulos Agroindustriais.

Os equipamentos que compõem as minifábricas preservam os atributos de integridade, sabor, cor e odor e ainda apresentam, em média, um índice de 85% de amêndoas inteiras, contra máximo 60% da indústria tradicional. Com uma gestão compartilhada e um agente de exportação para representá-los, as minifábricas prosperaram no Nordeste, tornando-se capazes de competir em qualidade nos principais mercados do mundo. E o que é melhor: aproveitando a mão-de-obra da região e melhorando a renda do trabalhador local.

Mais uma prova de que, com soluções às vezes mini, é possível fazer uma **maxidiferença** no desenvolvimento de toda uma região.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Embrapa

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil